

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

TIAGO SILVIO DEDONÉ

**HISTÓRIA PÚBLICA, EDUCOMUNICAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PÚBLICA: Trânsitos possíveis a partir das narrativas históricas
institucionais no “Norte Pioneiro” do Paraná.**

CAMPO MOURÃO – PR

2025

TIAGO SILVIO DEDONÉ

HISTÓRIA PÚBLICA, EDUCOMUNICAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PÚBLICA: Trânsitos possíveis a partir das narrativas históricas
institucionais no “Norte Pioneiro” do Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Saberes

Área de Concentração: História Pública

Orientador(a): Dr(a). Jorge Pagliarini Júnior

CAMPO MOURÃO – PR

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silvio Dedoné, Tiago

História Pública, educomunicação e comunicação pública: trânsitos possíveis a partir das narrativas históricas institucionais no "Norte Pioneiro" do Paraná / Tiago Silvio Dedoné. -- Campo Mourão-PR, 2025.

146 f.: il.

Orientador: Jorge Pagliarini Júnior.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2025.

1. Educomunicação. 2. História Pública. 3. Portais Oficiais. I - Pagliarini Júnior, Jorge (orient). II - Título.

TIAGO SILVIO DEDONÉ

**HISTÓRIA PÚBLICA, EDUCOMUNICAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PÚBLICA: TRÂNSITOS POSSÍVEIS A PARTIR DAS NARRATIVAS
HISTÓRICAS INSTITUCIONAIS NO “NORTE PIONEIRO” DO
PARANÁ**

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JORGE PAGLIARINI JUNIOR**
Data: 25/08/2025 22:56:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jorge Palgiarini Junir– Unespar

Presidente da Banca e Orientador

Documento assinado digitalmente
 **ASTOR WEBER**
Data: 20/01/2026 20:54:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Astor Weber – Unespar

Examinador Externo

Documento assinado digitalmente
 **TAISE FERREIRA DA CONCEICAO NISHIKAWA**
Data: 28/08/2025 14:06:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Taíse Ferreira da Conceição Nishikawa – UENP

Examinadora Externa

Data de Aprovação

25/08/2025

Campo Mourão – Pr.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa, com profunda gratidão, aos meus pais, Therezinha Inácia Dedoné e Nilson Dedoné, que estiveram ao meu lado em todos os trajetos da vida, sustentando-me com apoio, fé, incentivo e amor, inclusive nos caminhos acadêmicos. Dedico-o, também, aos meus professores, da Educação Infantil ao Ensino Superior, que, com generosidade e compromisso, não mediram esforços para me ajudar a superar desafios e a ampliar meu olhar sobre os fenômenos do mundo por meio do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que até aqui tem me sustentado, com amor, proteção e cuidado.

Aos meus pais e a toda a minha família, razão da minha vida, que não mediram esforços para que eu conseguisse concluir esta formação tão potente para a minha carreira docente e de pesquisador;

À Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR (campus Campo Mourão – Pr), por nos oferecer, de forma pública e gratuita, uma formação com tamanha qualidade científica. Muita gratidão à Universidade Pública.

Aos professores do Programa de Pós - Graduação em História Pública (PPGHP), que são incríveis: um corpo docente de altíssimo nível, pesquisadores de referência, e que nos proporcionaram aulas profundas, debates potentes e muita generosidade. Imensa gratidão.

Ao meu orientador, Profº Dr. Jorge Pagliarini Junior, por toda a paciência, generosidade e orientação, por acreditar e me incentivar na pesquisa sobre as memórias públicas. Foi a partir de um precioso texto do professor Jorge que me senti instigado ao aprofundamento epistemológico da História Pública, em conexão com os campos os quais eu já percorria no âmbito da pesquisa – Educomunicação e Comunicação Pública.

Aos meus amigos queridos, que transitaram comigo nesta jornada. Foram muitas aulas, apresentações de trabalhos, leituras coletivas, apoio emocional e muita mobilização da esperança.

Aos valorosos professores doutores Astor Weber e Taíse Ferreira da Conceição Nishikawa, que aceitaram, com tanto carinho, apreciar a minha pesquisa e integrar, juntamente com o Profº Dr. Jorge Pagliarini Júnior, a minha banca de qualificação e defesa do mestrado. Foram contributos preciosos que ajudaram-me na tessitura da pesquisa.

Aos queridos Adriana Wandermurem Corrêa e Pedro Henrique Caires de Almeida, secretários do PPGHP, que sempre foram muito atenciosos no setor administrativo do programa, auxiliando-me com cuidado, apoio e generosidade.

Só Gratidão!

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

RESUMO

DEDONÉ, Tiago Silvio. **História Pública, Comunicação Pública e a Educomunicação:** Trânsitos Possíveis a partir das narrativas históricas institucionais no “Norte Pioneiro” do Paraná. 146 f. Dissertação. Programa de Pós- Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2025.

Como as prefeituras comunicam suas histórias em seus portais oficiais? Essa pergunta direta se desdobra na interpretação de que há umnexo, nitidamente estreito, entre os campos da História Pública, Comunicação Pública e a Educomunicação. Tal afirmação (ou hipótese) é fruto de dois aspectos fundantes: o primeiro, a experiência vivida por este pesquisador na intersecção destes campos, ao longo de duas décadas de pesquisas e práticas laborais sobre o fomento de ecossistemas comunicacionais democráticos, ancorados na práxis da Educomunicação e dos registros das narrativas do tempo; segundo, na Comunicação Pública, igualmente sob o aporte deste mesmo recorte temporal, engendrado no redirecionamento da ótica até então direcionada ao campo da comunicação governamental institucional. Soma-se a isso, o advento do campo da ciência historiográfica, a partir da História Pública, que, ao tecer o exercício desta convergência, articula contributos que encontram, nas duas áreas anteriores, diálogo epistemológico concreto, já que ambos os campos, além de coexistirem a partir dos fenômenos que circundam os públicos – ou audiências – pressupõem circularidade, engajamento, protagonismo, consciência histórico-crítica e autoridade compartilhada. Isto posto, o objetivo desta pesquisa é demonstrar a existência do ponto de intersecção, na mobilização de atores sociais, bem como, direcionar o olhar de atenção sensível, para as narrativas do tempo histórico presentes nos portais oficiais das Prefeituras de Andirá, Santa Amélia, Itambaracá e Bandeirantes, no “Norte Pioneiro” do Paraná – recorte espacial da pesquisa. Essas leituras apontam para a inevitabilidade de considerações de natureza ontológica, já que as reflexões aqui investigadas levam à conclusão de que é preciso pensar sobre o que existe, como existe ou quais são os princípios fundamentais que sustentam a realidade histórica narradas nestes espaços comunicacionais públicos. Para esta decodificação, a pesquisa utiliza como método a Análise do Discurso Crítica (ADC), além da Educomunicação, entendida como campo de interfaces. Esse exercício historiográfico está ancorado tanto em atividades de dimensão propositiva, de análise dos portais municipais, estudadas pelos conteúdos das suas narrativas históricas e pela realização de pesquisa com seus gestores, quanto em atividade de dimensão propositiva, com apresentação de práticas dialógicas focadas na apresentação de novos usos para os sites municipais.

Palavras-chave: Educomunicação; Comunicação Pública; História Pública; Discursos; sites municipais.

ABSTRACT

DEDONÉ, Tiago Silvio. **Public history, public communication and educommunication: possible transits based on institutional historical narratives in the “Norte Pioneiro” region of Paraná.** 2025. 146 f. Dissertation (Master’s Degree in Public History) – Graduate Program in Public History (PPGHP), State University of Paraná, Campo Mourão, 2025.

How do city halls communicate their histories on their official websites? This direct question unfolds into the interpretation that there is a demonstrably close connection between the fields of Public History, Public Communication, and Educommunication. This statement (or hypothesis) is the result of two foundational aspects: first, the experience of this researcher at the intersection of these fields over two decades of research and professional practice aimed at fostering democratic communicational ecosystems, anchored in the praxis of Educommunication and the recording of historical narratives; second, in Public Communication, likewise under the influence of this same time frame, driven by a redirection of the perspective previously focused on the field of institutional governmental communication. Added to this is the advent of the historiographical field, stemming from Public History, which, by weaving the exercise of this convergence, articulates contributions that find a concrete epistemological dialogue in the two previous areas. This is because both fields, in addition to coexisting based on the phenomena surrounding publics—or audiences—, presuppose circularity, engagement, protagonism, critical historical consciousness, and shared authority. Given this, the objective of this research is to demonstrate the existence of this point of intersection in the mobilization of social actors, as well as to direct a gaze of sensitive attention toward the historical narratives present on the official websites of the City Halls of Andirá, Santa Amélia, Itambaracá, and Bandeirantes, in the "Norte Pioneiro" region of Paraná—the spatial scope of the research. These readings point to the inevitability of ontological considerations, as the reflections investigated here lead to the conclusion that it is necessary to think about what exists, how it exists, or what the fundamental principles are that sustain the historical reality narrated in these public communication spaces. For this decoding, the research uses Critical Discourse Analysis (CDA) as its method, in addition to Educommunication, understood as a field of interfaces. This historiographical exercise is anchored in both a propositional dimension of analysis of the municipal portals, studied through the content of their historical narratives and through research with their managers, and a propositional dimension of activity, with the presentation of dialogical practices focused on proposing new uses for the municipal websites.

Keywords: Educommunication; Public Communication; Public History; Discourses; municipal websites.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Quadro: Interfaces e Diferenças entre áreas;	78
Figura 2- Imagem aérea – cidade de Andirá (PR).....	91
Figura 3- Imagem histórica da estação ferroviária de Andirá (PR).....	92
Figura 4- Print Screen do site da Prefeitura de Andirá (setor de memória).....	97
Figura 5 - Print Screen do site da Prefeitura de Andirá (setor de memória).....	97
Figura 6- Imagem aérea – cidade de Bandeirantes (PR)	98
Figura 7- Réplica de Castelo Medieval e Vinícola em Bandeirantes.	99
Figura 8- Print Screen do site da Prefeitura de Bandeirantes (setor de memória)	103
Figura 9 - Imagem aérea – cidade de Santa Amélia (PR).....	107
Figura 10-Print Screen do site da Prefeitura de Andirá (setor de memória).....	111
Figura 11-Imagem aérea – cidade de Itambaracá (PR)	113
Figura 12-Secretaria Municipal de Comunicação e Cultura de Andirá (PR)	120
Figura 13-Assessoria de Imprensa de Bandeirantes (PR).....	121
Figura 14- Divulgação - palestra sobre História Pública em Andirá (PR)	123
Figura 15- Formação em História Pública – Projeto Piloto.....	130
Figura 16- Formação em História Pública – Projeto Piloto	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1- UM RELATO MEMORIAL: A EDUCOMUNICAÇÃO, A HISTÓRIA PÚBLICA E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS NO TEMPO DE PORTAIS DE MUNICÍPIOS DO “NORTE PIONEIRO”.....	19
1.1 Narrativas do tempo: As experiências da Prefeitura de Bandeirantes	24
1.2 Narrativas do Tempo: As experiências da Prefeitura de Andirá.....	33
1.3 Educomunicação: conexões possíveis com a História Pública.....	38
1.4 Construindo Ecossistemas Comunicacionais com os públicos	44
CAPÍTULO 2- HISTÓRIA PÚBLICA: CONSTRUÇÕES REFERENCIAIS NO PERCURSO.....	46
2.1 O historiador no espaço público: tecendo novos paradigmas.....	58
2.2 Um olhar de atenção para os pressupostos teóricos da comunicação	62
2.3 O historiador público conectado: a mediação tecnológica e a história em movimento	70
CAPÍTULO 3- A HISTÓRIA PÚBLICA NARRADA NOS PORTAIS OFICIAIS, SOB GERÊNCIA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA: MEMÓRIAS, CARACTERÍSTICAS, OLHARES E PROPOSIÇÕES	80
3.1. Estrutura metodológica: Processos.....	85
3.2. Andirá, Bandeirantes, Santa Amélia e Itambaracá: o conceito de região	87
3.3. O “Norte Pioneiro”	89
3.3.1 Andirá – Categorias de Análise.....	91
3.3.2 Bandeirantes – Categorias de Análise.....	98
3.3.3 Santa Amélia – Categorias de Análise	107
3.3.4 Itambaracá – Categorias de Análise.....	113
3.4. Estrutura Metodológica: Questionário.....	117
CAPÍTULO 4 - PRODUTO EDUCACIONAL: FORMAÇÃO EM EDUCOMUNICAÇÃO E HISTÓRIA PÚBLICA.....	124
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
5. REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

A História Pública, nesta pesquisa, é especificamente entendida como um campo historiográfico composto de práticas dialógicas e propositivas, preocupa-se em envolver comunidades e indivíduos no processo de construção e interpretação histórica; a Educomunicação, campo interdisciplinar que combina Educação e Comunicação, propõe os meios e as metodologias para facilitar essa participação ativa e crítica através de práticas comunicacionais; e a Comunicação Pública, neste enlace, institucionaliza – por meio de seus instrumentos e políticas – a representação, a simbologia e a midiaticização da história pública local.

Seria possível, então, uma aproximação epistemológica entre os campos da História Pública, a Educomunicação e a Comunicação Pública? Quais seriam os fundamentos teóricos, metodológicos e as produções de sentidos na práxis que promoveriam esta intersecção? Será que o engajamento de atores sociais em um espaço público, garante a democratização de vozes, a escrita de si em um contexto coletivo e a perpetuação de um ecossistema comunicacional aberto, democrático e consciente diante dos fenômenos e experiências do tempo nos cenários públicos? Se considerarmos o papel estratégico dos setores de comunicação pública - por exemplo em ambientes como as prefeituras - , como o constructo narrativo destes espaços e cenários comunitários podem ser objetos em movimento para a produção e engajamento de narrativas do tempo para as populações envolvidas?

Estas são algumas das muitas questões que orbitam em torno da minha percepção enquanto jornalista, pesquisador da comunicação pública e do campo emergente da Educomunicação – área que surge, no Brasil, no final dos anos de 1990, através de olhares e indagações de pesquisadores do Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (NCE – ECA/USP) – e que pressupõe, a partir de áreas e metodologias, o envolvimento de públicos nas diversas agências de socialização, visando uma apropriação de conceitos como educação para/pelo/com os meios de comunicação midiáticos (alfabetização midiática); gestão da comunicação nos cenários; mediações tecnológicas; reflexão epistemológica; pedagogia da dialogicidade; expressões comunicativas através das artes, cidadania e protagonismo. Tudo isso, gerando, a partir da apropriação dos meios de comunicação, a produção de novos sentidos e paradigmas para a forma como o fluxo das informações são absorvidos, construídos e distribuídos, gerando emancipação nas audiências.

Soma-se a isso o fato de que, ao atuar como jornalista em espaços públicos, de 2005 a

2019 – como Secretário ou Assessor Municipal de Comunicação Social nas prefeituras de Andirá, Bandeirantes, Santa Amélia; e na Câmara Municipal de Vereadores de Londrina, no Paraná, e em assessorias e consultorias privadas de comunicação política, sempre busquei permear por uma vertente de reflexão cujo o intuito era romper com o paradigma funcionalista da produção, disseminação e imposição das narrativas dos fatos no tempo por parte de setores unilaterais de constructos informacionais, articulando, portanto, formas de envolvimento de audiências para narrar, construir, pavimentar diálogos e vozes, perpetuando representações social na estruturação das narrativas históricas, através de projetos ou programas educacionais.

Neste sentido, são essas questões que trago em minha pesquisa para o programa de pós-graduação em História com área de concentração em História Pública da Universidade Estadual do Paraná (Unespar – campus Campo Mourão). Em linha gerais, esta pesquisa versa sobre essa perspectiva de interfaces de campos. Nesse contexto, são traçados caminhos para um encontro entre a História Pública, a Educomunicação e a Comunicação Pública, na medida em que ambos os campos legitimam-se a partir da circularidade, envolvimento de públicos, apropriação de novos sentidos, busca pela cidadania, questionamentos críticos sobre narrativas do tempo impostas, consciência histórica, além de mobilização de espaços para a dinamização dos discursos.

Para não aportar-se em uma investigação demasiadamente ampla no âmbito dos fluxos informacionais das práticas laborais dos jornalistas – e outros profissionais da comunicação – que comandam os setores de comunicação pública nas prefeituras (como produção de notícias, coberturas políticas cotidianas, entre outros, que não são os objetos específicos), esta presente pesquisa articulará investigação sobre as narrativas do tempo nos portais oficiais – os sites -, das prefeituras de Andirá e Bandeirantes (cidades do Norte Pioneiro do Paraná) que, inclusive, contam com espaços destinados ao relato histórico em seus portais oficiais. Assim, também, direcionando um olhar atento a estes setores de Comunicação Pública, através de seus programas, estratégias e políticas públicas que atuam na memória e historicização local.

Nessa análise, a pesquisa investiga como está estruturada esta narrativa do tempo – com textos pictográficos e narrativas verbais, se há citações diretas de personagens, se ocorreram alterações contínuas ou não, como disseminam estas narrativas, quem coordena estes setores de comunicação pública e se há imposição político-ideológica neste processo, entre outros aspectos. Para além desses pontos, a pesquisa também se baseia em um campo historiográfico regional crítico, cotejando esta perspectiva com as narrativas encontradas nos portais de comunicação pública. A história está em movimento e, nesta ótica, observar como

se estabelece o engajamento de cidadãos e de vozes nesta construção histórica, que é permanente, se faz importante para entender a própria dinâmica do olhar sobre a representação social.

A Educomunicação, portanto, pode ser um paradigma estratégico para a História Pública, no sentido em que articula práticas e processos de comunicação, verbalização, embates subjetivos, construções comunicativas, por meio de ações de produções midiáticas, como: podcast, blogs, vídeos – documentários ou curta-metragens, produção fotográfica, produção estética em gêneros textuais multimodais, jornal informativo, aplicativos, expressões artísticas (nas diversas linguagens das artes), entre outras muitas formas de construção de narrativas críticas sobre objetos ou temas, envolvendo vozes e garantindo, de forma linear, a inserção de atores sobre as práticas e processos e a produção (que não se envereda, fundamentalmente, pela leitura da qualidade ou do nível técnico do objeto produzido, mas, que contempla o processo de engajamento, de circularidades, de disseminação de sentidos, de dialogicidade, de embates subjetivos, de reflexão sobre a prática).

Para a Educomunicação, pensar no comportamento do fluxo informacional, e cultural, de uma comunidade, de um povo, é pensar, concomitantemente, em como as vozes produzem e disseminam sentidos na existência e na experiência humana e social; ou seja, como lidam, de forma crítica, com os embates subjetivos sobre o tempo histórico e os fenômenos que vão se apresentando nos ecossistemas comunicacionais. Estas reflexões aportam uma consciência histórica. Portanto, a comunicação é essencial para entender os próprios processos da ciência do tempo.

É através da comunicação que as gerações mais velhas transmitem às gerações mais novas o seu acervo de experiências, os símbolos, as normas, os mitos acumulados. É através da comunicação que os indivíduos de uma mesma geração transmitem aos demais as suas descobertas, as inovações que vão adaptando uma determinada cultura às condições e às exigências da sociedade em sua marcha evolutiva. Em outras palavras, a Comunicação é o instrumento que assegura efetivamente a sobrevivência e a continuidade de uma cultura no tempo, promovendo inclusive a transformação dos seus símbolos em face aos novos fenômenos criados pelo desenvolvimento (Melo, 1998, p. 187).

A Educomunicação também se vale dos princípios norteadores da pedagogia da comunicação, destacada por Paulo Freire, quando nos lembra sobre a importância de pensar o diálogo humanizado e descentralizado, a democratização das vozes, comunicação humanizada e partícipe nas transformações que ocorrem nos cenários conforme a evolução do tempo, como aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma perspectiva inclusiva de

sentidos. Ele diz: “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1979, p. 69).

Nesse sentido, a partir da compreensão de que a principal ferramenta de trabalho do educador é a consolidação de ecossistemas comunicacionais abertos visando a intervenção social, algumas questões (e mesmo reflexões) pertinentes para o campo em questão, também se mostram estratégicas na ação de provocação no pensamento crítico: Qual o significado que damos às narrativas históricas delimitadas nos portais oficiais das prefeituras? Quem produz ou produziu estas histórias? Elas sofrem ou sofreram mutações? Sob qual fenômeno se estruturou os sentidos destas narrativas e como elas se articulam e são entendidas, no tempo presente? E estes atores contemplados, pioneiros e oficiais, são os únicos na formulação do espaço-tempo que articula o constructo do cenário espacial ou há outras histórias, memórias e personagens que não foram inseridos nesta construção? E como hoje, documentos, homenagens, reportagens, atividades escolares, perpetuam esta historicização replicada por gerações? E se observarmos a partir das estruturas da linguagem, não nos apresenta, por vezes, nestes portais, uma estruturação romântica, heroicizada, passível de novos olhares na interpretação do tempo? Como, hoje, no tempo presente, esta historicização seria contada? E por quem? Para quem? Com quem? Se partirmos da percepção da história em movimento, da história conectada, não poderíamos observar estas narrativas a partir de um compromisso engajado de novos olhares sobre o mesmo tempo? Estas indagações nos remetem à criticidade: como poderíamos mobilizar ações, programas, projetos, atividades pedagógicas, culturais, políticas, que, a partir dos recursos de comunicação midiáticas e das práticas educativas de comunicação, instigariam os públicos do presente à participação engajada, crítica e produtiva de resgate à memória e história? Qual seria, então, o papel dos setores de comunicação pública das Prefeituras, na perspectiva da mediação de práticas e processos diante destes paradigmas da história pública?

Estas provocações, num desejoso manifesto por respostas – e que certamente não encontrarão todas elas aqui nesta pesquisa, mas que se propõem à instigar um arsenal de possibilidades para justificar a intersecção possível –, direcionam, ainda mais, à observar o grande potencial de aproximações desta tríade, já que ambas, mesmo com suas especificidades epistemológicas, por essência, já apresentam interfaces, articulam o compartilhamento e a mediação do conhecimento para os múltiplos públicos, de forma a tornar acessível, aberto, livre, democrático a experiência com a narrativa histórica.

Nesse sentido, o conceito de comunicação pública “remete ao processo de

comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e a sociedade: um espaço de debate, de negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país” (Matos, 1999, p. 33).

Jorge Duarte (2007, p. 61) ressalta que

a comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e co-responsável. Portanto, é um bem e um direito de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito a aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas públicas, terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, às empresas privadas.

Portanto, no âmbito da Comunicação Pública, quando esta se refere à representação governamental diante das audiências e agências de integração e socialização local, entende-se que este é um espaço institucionalizado para a perpetuação da comunicação enquanto um bem social, portanto, também, um bem político, que engendraria práticas e processos de interação com os públicos, gerenciamento dos fluxos informacionais sobre a própria história e envolvimento das audiências.

Considerando o *lócus* do estudo, a interface entre os campos da Educomunicação, História Pública e a Comunicação Pública, e também muito deste processo ilustrado a partir de narrativas experienciais pessoais e laborais enquanto jornalista e professor ao longo dos últimos 20 anos, busco por um lado refletir sobre o percurso epistemológico destas áreas e a percepção de que há, de fato, uma convergência emergente e possível, orquestrada via pavimentação de ecossistemas comunicacionais abertos, democráticos, bem como a circularidade de fluxos informacionais, o engajamento de atores sociais, a autoridade compartilhada, a cultura digital, a ampliação da consciência histórica, o papel social estratégico dos setores de Comunicação Pública. Tudo isso, envolvo ao campo teórico da Educomunicação que, aqui, é apropriada como poderoso campo de interfaces – ou paradigma - para fazer a História Pública. Por outro lado, muito dessa experiência de trabalho e dessa análise historiográfica, busco indicar práticas de intervenção na configuração e usos dos portais das prefeituras e conteúdos históricos.

No âmbito metodológico, a pesquisa, bibliográfica e exploratória-documental, neste entorno, está ancorada na abordagem qualitativa, de cunho descritivo. Acopla-se, ainda, na proposição metodológica, a realização de um questionário para os agentes públicos responsáveis por este setor de alimentação memorial nos sites.

Além disso, insere-se na pesquisa, uma proposta de sequência didática, para a

formação em Educomunicação e História Pública, envolvendo os gestores da comunicação institucional, agentes culturais e outros atores que atuam na gerência da comunicação nos órgãos públicos, buscando, assim, decodificar as políticas de engajamento, diálogo ampliado e conscientização histórica aplicadas nas comunidades, além de fomentar uma formação voltada à escuta coletiva e à criação do Plano de Gestão em Comunicação Pública, com a História Pública. Utilizo, para este fim de decodificação, aporte teórico, como a Análise do Discurso Crítica (ADC).

O estudo está estruturado em 4 capítulos apresentados à seguir:

O capítulo I, sob o título: *Um relato memorial pessoal: a Educomunicação, a História Pública e a Comunicação Pública a partir das experiências no tempo de portais de municípios do Norte Pioneiro*, compreende um panorama geral dos campos teóricos apresentados, abordando, ainda, o relato memorial. Aqui, neste campo, delinea-se preceitos da experiência, do sentido da representação social, identidade. Quatro subtópicos estão inseridos em uma primeira abordagem: 1.1 - *Narrativas do tempo: As experiências na Prefeitura de Bandeirantes*; 1.2 - *Narrativas do tempo: As experiências na Prefeitura de Andirá*; 1.3 *Educomunicação: conexões possíveis com a História Pública*, levando em consideração que além da base epistemológica que sustenta a interface com os dois demais campos, a Educomunicação também é entendida como precioso campo de interface para fazer a História Pública; 1.4 *Construindo Ecossistemas Comunicacionais com os públicos*.

Já no capítulo II, a pesquisa tem como temática: *História Pública: Construções referenciais no percurso*. Aqui, além do aprofundamento aos pressupostos da História Pública, também apresenta uma discussão sobre o papel da comunicação, que é social e engajada, na articulação e pavimentação do campo. Para entender melhor esta leitura, há três subtópicos elencados. São eles: 2.1 – *O historiador, no espaço público, tecendo novos paradigmas*; 2.2 – *Um olhar de atenção para os pressupostos teóricos da comunicação*; 2.3 – *O historiador público conectado: a mediação tecnológica e a percepção da história*.

No capítulo III, a pesquisa dedica-se ao campo operacional do levantamento e decodificação de dados e narrativas, bem como à mobilização dialógica com os atores sociais institucionais que compõem os setores de Comunicação Pública, para investigar seus projetos, políticas e ações no tocante à memória local. Esta seção tem, como tema: *História Pública narrada nos portais oficiais dos governos, sob gerência da comunicação pública*. E há subtópicos que demonstram o aprofundamento proposto: 3.1 – *Estrutura Metodológica: Processos*; 3.2 – *Andirá, Bandeirantes, Itambaracá e Santa Amélia: o conceito de Região*; 3.3 - *O “Norte Pioneiro”*; 3.3.1 *Andirá – Categorias de Análises*; 3.3.2 *Bandeirantes –*

Categorias de Análises; 3.3.3 Santa Amélia – Categorias de Análises; 3.3.4 Itambaracá – Categorias de Análises; 3.5 - Estrutura metodológica: Questionário. O capítulo 4 concentra-se na proposição do projeto piloto: Produto Educacional: Proposta de formação em Educomunicação e História Pública.

Justifica-se, a pesquisa, a partir destes encaminhamentos e apresentações das narrativas memoriais das comunidades que integram o recorte espacial delimitado na minha experiência laboral e experiencial, ao longo de muitos anos. Também espera-se que o estudo dê conta de demonstrar a convergência possível entre estes três campos epistemológicos – História Pública, Educomunicação e Comunicação Pública - que, apesar de suas consolidadas teorias, abrem-se para possibilidades de mútuas contribuições e interações.

CAPÍTULO I

UM RELATO MEMORIAL PESSOAL: A EDUCOMUNICAÇÃO, A HISTÓRIA PÚBLICA E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS NO TEMPO DE PORTAIS DE MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO

É impróprio notar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Talvez fosse próprio dizer que os tempos fossem três presentes: o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes, e o presente das coisas futuras.

Carolina Maria de Jesus

Construir uma narrativa memorial, fruto de uma *Escrita de Si* no tempo, é um desafio instigante – e emocionante, já que as experiências não moldam apenas a sua historicidade, mas também dos mundos dos quais você vivencia a experiência de *ser* e *estar*, também. Larrosa (2002), diz que “é contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que nos damos, a nós próprios, uma identidade no tempo” (Larrosa 2002, p. 69). Passeggi (2010), em sua perspectiva de Memorial de Formação, traz reflexões que expressam esse processo interno de construção da identificação e representação das trajetórias do “eu”.

De acordo com ela, este é “um processo de pesquisa-formação que permite aos atores-autores historicizar suas aprendizagens, sua formação e seus saberes, ao reinventá-los, percebê-los, clarificá-los”. Dedoné (2019), sobre esta pavimentação autobiográfica e de memorial de formação, também destaca:

Todo sujeito é dotado de perfeitas experiências. A própria reflexão da palavra “perfeição” nos possibilita uma multivocalidade. Mas, o que me refiro, aqui, é o contexto da leitura de que todos os processos de experiências vivenciados pelo sujeito – estando no campo das boas realizações ou dos doloridos trajetos – constroem uma perfeita pavimentação para emancipação de uma escrita memorial de referência. Passamos de fases, o tempo todo. E elas são fundamentais para os processos de embates subjetivos e construção de realidades. Da fase da curiosidade ingênua, da experimentação e do aporte de senso comum, para a fase da epistemologia, calcada nos embates referenciais para explicá-la, sob o viés da tomada de consciência para a conscientização, o sujeito é alocado em um embate de percepções e construções de sentidos. (Dedoné, 2019, p. 4)

Antes, então, de buscar tecer alguns norteamientos reflexivos sobre o conceito e as áreas da Educomunicação, e qual a relação possível com a História Pública e a Comunicação Pública, quero destacar como este campo tríade chegou à minha experiência de formação e vida acadêmica, intervindo em novas formas de olhar o mundo (pelo menos o pequeno mundo onde eu estava inserido) e como ela fundamentou meus processos de pesquisas e práticas laborais durante longos anos. Meu objetivo, com esta narrativa inicial autobiográfica, é apresentar minha leitura de aproximação possível entre os campos objetos desta pesquisa, intervindo e articulando as minhas referências profissionais e acadêmicas.

Destaco, a priori, que esta conceituação de experiência, vem ao encontro das manifestações de Dewey, “Arte como experiência” (2010), em que ele traduz esta noção como algo que “tem que ter sentido”. São suas essas palavras:

A experiência, na medida em que é experiência, consiste na acentuação da vitalidade. Em vez de significar um encerrar-se em sentimentos e sensações privados, significa uma troca ativa e alerta com o mundo; em seu auge, significa uma interpenetração completa entre o eu e o mundo dos objetos e acontecimentos (Dewey, 2010, p.83).

Nesta citação, quando Dewey (2010) fala da “interpenetração completa entre o eu e o mundo dos objetos e acontecimentos”, nesta “troca ativa e alerta com o mundo”, observo o passado, desvendando, portanto, os fenômenos tão diversos que marcaram a minha trajetória, na prática de jornalista/professor/pesquisador/gestor público/militante dos movimentos sociais de juventude e políticos.

Ao iniciar esta narrativa dissertativa que busca interseccionar o objeto em questão, opto, então, por destacar o perfil de um sujeito social a partir das experiências pessoais, e retomo, assim como diria Clarice Lispector, a noção de “vitalidade”, acentuada por Dewey (2010), quando se quer dar um tom especial à experiência. De acordo com Walter Benjamin, naquele seu ensaio chamado de “Experiência e pobreza”, a “estrutura da experiência se encontra na do conhecimento e só se desenvolve a partir dele”.

Denise Jodelet (2017), quando nos fala da experiência e do vivido, enfatizando que a experiência “se refere à consciência que o sujeito tem do mundo em que vive” (Jodelet, 2017, p. 434), também pavimenta uma reflexão sobre a representação social de um sujeito nos trajetos do tempo, nas suas relações com os fenômenos os quais depara-se e as intervenções que norteiam as suas escritas de si. Ela menciona Vygotsky, que “define então a consciência como ‘experiência vivida da experiência vivida’ [...] diante do mundo experimentado, e o que equivale a um contato social consigo mesmo”, como indica Vygotsky (p. 434)”.

Jodelet, além de citar o que já foi dito, menciona, também, que há duas dimensões da experiência: a vivida e a cognitiva. A vivida implica vivência e/ou o vivenciado, ou seja, continua a autora, “a maneira como as pessoas vivenciam, no seu foro íntimo, uma situação e o modo como elaboram, por meio de um trabalho psíquico e cognitivo, as repercussões positivas ou negativas dessa situação e das relações e ações que elas desenvolvem na referida situação” (Jodelet, 2017, p. 435-436).

Destaca, assim, que a experiência comporta uma dimensão cognitiva, quando “favorece a experimentação do mundo e sobre o mundo, e concorre para a construção da realidade segundo categorias ou formas que são socialmente dadas” (p. 438). E, ainda, acentua que “é nesse nível que também se pode pensar a ligação com as representações sociais (p. 438).

Portanto, a narrativa é uma manifestação da minha experiência no tempo, pavimentando trajetos para o moldar de minha identidade e representação. Como disse Freire (2019), “o sujeito não se faz no silêncio, mas, sim, na palavra, no trabalho e na práxis (ação e reflexão)”. Desta forma, ao entender que a escrita de si é uma manifestação da trajetória no tempo, em plena ação, pavimenta-se, então, a experiência e a historicidade.

No âmbito do objetivo e das expectativas, Freire (1997, p. 22), em suas “*Primeiras Palavras*”, manifesta que a reflexão da experiência precisa ser “de forma crítica e crescentemente curiosa”. Conceição Evaristo, uma das mais potentes escritoras brasileiras, quando cunha, em seu livro “*Ponciá Vivência*” (2003), o termo “*Escrevivência*”, conceitua a articulação da experiência com as manifestações que afetam a existência, exigindo, assim, também, um olhar crítico e ativo sobre o mundo.

Também recorro, para justificar esta primeira parte da pesquisa em que trata-se das minhas memórias, convergindo com a temática, Foucault (2007), em seu livro “*As Palavras e as Coisas*”, quando ele diz que é importante descobrir o fio condutor que deu sentido às palavras, que desenvolvo neste trabalho de pesquisa, como um novelo de lã, tecendo meus trajetos por meio de uma espécie de mobilização crítica da esperança.

Candau (2011), em sua obra *Memória e Identidade*, fala destas experiências e relações do indivíduo com a sua própria historicização, mobilizando, assim, olhares sobre a memória coletiva onde está inserido.

São dele as palavras

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho da memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações,

dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida no presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças, engajamentos em direção ao futuro (Candau, 2011, p. 60).

Ao explicar estas direções, o autor indica que a identidade e a representação do sujeito social são construídas em processo, perpetuando, assim, o sentido da experiência humana do ator no diálogo organizado com o seu ecossistema. Todas as experiências conjugam-se em uma articulação de uma narrativa, uma espécie de texto de/em formação. Aliás, para enfatizar, lembremos que Barthes (1984), enfatiza que “*texto quer dizer tecido*”, tecendo uma alusão metafórica que culmina, as experiências discursivas de um sujeito, como uma espécie de *colcha de retalhos*.

Isso alude à memória de um ator social em sua plena reflexão existencial. Neste campo, conceituamos a memória sobre várias vertentes, mas, se faz, também, necessário perceber a práxis desta manifestação, já que o objeto desta pesquisa perpassa pelo papel da memória em mecanismos de comunicação, articulando o sentido do engajamento de sujeitos. E como se dão estas manifestações das memórias, no curso coletivo? Bergson (1999), em sua obra *Matéria e Memória* postula duas qualidades de memórias sendo orquestrada em um cenário: a “*memória hábito*” e a “*memória pura*”.

Para ele, a *memória pura* está alocada nas lembranças, nas referências imagéticas e dos sentidos. Utilizam-se destas imagens e destas referências para serem processadas. Ela refere-se, portanto, à verdadeira recordação consciente, que permite reviver as experiências passadas de forma ainda mais profunda, sensível e criativa. A *memória hábito*, como já é possível interpretar, tem a ver com a constância informacional desta memória, em uma espécie de replicação contínua do passado. Ou seja: está relacionada a comportamentos automáticos e repetitivos que não exigem uma ação consciente ou esforço de recordação. Está ligada à prática e ao corpo. Candau, citado anteriormente, ao relativizar a força da memória coletiva e pensar numa memória compartilhada nos fala de uma memória do hábito-protomemória; de uma memória propriamente dita- fruto da interpretação; e uma memória coletiva, compartilhada pelo grupo; esta última, não mais do “eu”, mas ancorada na identidade.

Para iniciar, portanto, os relatos experienciais, parto da descoberta da Educomunicação (depois, numa primeira convergência com a Comunicação Pública; e mais tarde, com a História Pública). Eu conheci as primeiras referências teóricas e práticas deste campo ainda no ano de 2003, quando eu estava na metade do meu curso de graduação em jornalismo, durante a disciplina de Comunicação Comunitária, ministrada pelo jornalista e

Profº Guilherme Borges.

Me encantei com a forma como o campo teórico se apresentava como uma alternativa paralela (para não dizer oposta) à hegemonia das mídias clássicas e seus métodos de circularidades de informações, orquestrando uma proposta de produção de mídias para/pelo/com os públicos diversos, em suas características, territorialidades, condições sociais e de acessos, visando, assim, uma democratização de vozes e um engajamento de pessoas voltadas à construção de narrativas de resistência, lutas sociais, produção criativa e de consciência crítica.

A Comunicação Popular esteve muito em evidência nos períodos sombrios da ditadura militar no Brasil e na América Latina, com a produção não oficial de jornais, fanzines, lambe – lambe (um tipo de cartaz informativo fixado nas caladas da noite, nos grandes centros urbanos em pleno período da ditadura militar, nos postes de iluminação e muros, denunciando e publicizando os horrores dos anos de chumbo), entre outros produtos de mídias, feitos por cidadãos comuns, que apropriavam-se dos processos de construção da informação para produzir suas narrativas de engajamento e de luta política.

Mesmo com o fim do regime militar no Brasil (que durou de 1964 a 1985) e a redemocratização, esta vertente da comunicação produzida para/pelo/com os públicos diversos tornou-se cada vez mais presente nas comunidades e agências de socialização, principalmente aqueles que, de alguma maneira, vivenciavam explorações, vulnerabilidades, injustiças, preconceitos e cerceamentos; e que lutavam por coletivos e causas em que viviam a experiência da invisibilidade, em uma expressiva contraposição das narrativas dos fatos e da história produzidas e disseminadas pelas grandes mídias hegemônicas de massa, e por mecanismos de comunicação dos órgãos oficiais de governo. Esse contexto levou a Comunicação Popular e Comunitária a resistir ao tempo, sendo objeto de estudos sociais e de intervenções políticas/culturais. Hoje, com o advento das novas tecnologias e democratização de acessos e produções de mídias, esta comunicação popular tornou-se ainda mais atuante nas lutas sociais.

Faz saber que a comunicação alternativa, popular, comunitária, segundo a Profª Dra. Cícilia Peruzzo, uma das maiores autoridades epistemológicas neste campo de estudos no país

[...] não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação (Peruzzo, 2008, p. 2).

Na Universidade Estadual de Londrina (UEL), por exemplo, há muitos anos, o Centro

de Comunicação e Artes (CECA), conta com um núcleo de pesquisa e um programa de Pós – graduação lato sensu em Comunicação Popular e Comunitária, investigando estes fenômenos da democratização da comunicação e seus efeitos nas sociedades, bem como o engajamento e protagonismo de atores.

Ainda durante o meu percurso na graduação, no princípio dos anos 2000, passei a me dedicar às leituras deste paradigma de interfaces e a mobilizar a criação de projetos, como jornais comunitários, feitos para/pelo/com movimentos sociais, dos quais eu participava (Pastoral da Juventude, da Igreja Católica; Juventude Petista, do Partido dos Trabalhadores; e a ONG Anália Franco, voltada aos cuidados de pessoas em estado de extrema vulnerabilidade social em Bandeirantes - Paraná).

Diante do exposto, nas manifestações seguintes, o capítulo versa sobre esta tessitura da “*Escrita de Si*”, articulando a intersecção dos campos, sob o olhar da práxis de um jornalista educador, comprometido com o olhar da História Pública. No capítulo 1.1, por exemplo, delinheio as minhas experiências na Prefeitura de Bandeirantes, em uma primeira relação de edificação de ecossistemas comunicacionais, questionando a linearidade e o aspecto funcionalista do até então planejamento da Comunicação Pública. Aqui, neste recorte temporal e laboral, experiencio os primeiros olhares e a implementação das intervenções dinâmicas, por meio de práticas e processos de renorteamento da função estratégica deste campo, instigando, a partir do paradigma da Educomunicação, a mobilização e o engajamento de atores das diversas áreas da sociedade e do poder público, em prática de um coeficiente dialógico enriquecido.

No capítulo 1.2, a narrativa da “*Escrita de Si*”, perpassa pelo aprofundamento e amadurecimento subjetivo empregado ao campo da Comunicação Pública, na articulação de políticas de democratização da comunicação destas interfaces e da ampliação da representação social coletiva. Já no capítulo 1.3, sob o título “Fundamentos, áreas e metodologias da Educomunicação: intersecções possíveis com a História Pública”, é inserida, na reflexão, o campo da Educomunicação como um paradigma. Neste espaço, apresentamos as áreas e os fundamentos que sustentam a epistemologia da interface comunicação e educação, e aplicamos ao contexto da dialogicidade

1.1 Narrativas do tempo: As experiências na Prefeitura de Bandeirantes (Pr.)

Em 2005, já no final de minha graduação, assumi, pela primeira vez, uma função pública institucional: Assessoria de Imprensa, na Prefeitura Municipal de Bandeirantes (na época comandada por um prefeito que havia sido meu professor de Língua Portuguesa no

Ensino Médio, em uma escola pública, e também liderava o Partido dos Trabalhadores na comunidade – Prof^o José Fernandes da Silva – falecido recentemente), ficando até dezembro de 2008, gerenciando a comunicação pública institucional.

Foi neste recorte temporal, e neste espaço, que percebi que a comunicação não poderia ser entendida, apenas, como um canal de publicização dos feitos governamentais e marketing político dos gestores que comandavam o município. E, sim, precisaria ser entendida como um bem social de engajamento de públicos, de consciência histórica, de construções reflexivas e críticas, de mobilização dos atores, de articulações, possibilitando instrumentos e pavimentando caminhos para a participação coletiva, popular, nestas esferas da construção pública, em um entendimento de que o espaço público é um tecido do povo, em suas diversas representações, principalmente os que mais precisam. Poderia ser até entendido, este pensamento, como uma certa “*utopia*”, de cunho socialista; mas, para mim, além disso, era perfeitamente legítimo e possível ocupar este espaço, ao enxergar a comunicação governamental como um bem social público – para/pelo/com os públicos; uma pavimentação para trajetos de emancipação.

Nesse sentido, redirecionei, durante estes anos, a ótica governamental empregada à gestão da Comunicação Pública nesta prefeitura, e passei a articular um plano de ação estratégico que envolvesse todos os setores da administração, para que pudessem ampliar interações democráticas por meio de projetos de participação social, legitimando a cidadania e a consciência política. O setor de Assessoria de Imprensa, o qual eu gerenciava, conduziu todo este processo, intervindo e alterando, diretamente, nas configurações comunicacionais do governo com a sociedade.

Neste período, os municípios do Norte Pioneiro ainda não contavam, todos, com sites para a comunicação dos atos e memórias, portanto, os referenciais históricos da comunidade – objetos desta pesquisa - , estavam em espaços memoriais, centro de arquivos e documentos nas Prefeituras.

Foi um período meteórico, com intensas ações concomitantes, prospectando o engajamento de atores sociais, a gestão da comunicação e a circularidade de informações, visando a ampliação de conhecimentos e a garantia de direitos e vozes. Eu estava há apenas seis meses no governo, quando, no dia 18 de junho de 2005, promovi o primeiro Fórum Municipal de Educomunicação, em Bandeirantes, em uma busca por uma nova experiência de comunicação e educação, comunicação e cultura política, engajamento social e novos ecossistemas.

Professores da Rede Municipal de Ensino participaram de um dia de muitas

aprendizagens sobre como tecer intersecções entre a comunicação e a educação, em um período em que não haviam, em Bandeirantes, escolas com acessos à internet e projetos de comunicação educativa. Estabeleci uma parceria com universidades, pesquisadores da comunicação e jornalistas representantes da imprensa, que vieram ministrar cursos de práticas educativas em comunicação e debates visando à modernização do sistema de ensino e representação social. Mais de 350 pessoas participaram deste evento, que aconteceu no salão paroquial Frei Raphael Proner, no centro de Bandeirantes.

O sucesso foi tão grande, e os temas impactaram de tal forma, que em apenas um mês depois, no 22 de julho de 2005, promovemos o segundo encontro, desta vez, com o nome de Fórum Regional de Educomunicação, com o objetivo de ampliar os debates sobre a Educomunicação e a Comunicação Pública democrática. O encontro contou com a participação de outros setores do poder público municipal, representantes de instituições comunitárias e sociais da cidade, da região, e da capital, Curitiba, que vieram trazer experiências de engajamento e garantia de direitos humanos por meio das reflexões sobre o papel social e político da comunicação. Mais de 400 pessoas participaram desta formação, que abordou diversos temas e debates.

A partir deste feito, o papel do setor de Comunicação Pública na Prefeitura de Bandeirantes foi se ampliando e se consolidou sob uma nova ótica de gestão de processos, pautado em engajamentos e interações. Após este segundo encontro de mobilização e inserção educ comunicativa no poder público, percebi que era a hora e o momento de construir projetos comunitários ainda mais assertivos para que as populações das comunidades pudessem, também, se apropriarem dos processos de construção de mídias, produzirem suas próprias narrativas memoriais e mecanismos, e articulassem agrupamentos de debates coletivos sobre as realidades sociais enfrentadas, projetando uma visão histórico-crítica de suas representações e das formas como os fluxos de informações oficiais – principalmente das mídias clássicas –, apresentava-os no tempo.

Isso se deu da seguinte forma: o setor de Comunicação Pública da Prefeitura mobilizou a criação de um projeto denominado *Comunicação Comunitária*, levando aos bairros da cidade, para crianças, jovens e adultos, cursos de produção de jornais impressos, jornal mural, vídeo-documentários, produção fotográfica, e oficina de Educação para os Meios, na expectativa de que as narrativas construídas sobre estes espaços, sobre a história em movimento nestes cenários, tecessem um olhar mais realista de suas narrativas e existências, fomentando, assim, nestes atores, uma leitura crítica da mídia apurada, em uma estratégia de alfabetização midiática, formando cidadãos mais protagonistas e críticos.

Em uma das comunidades mais pobres e considerada, na época, mais violenta da cidade - onde, inclusive, fui criado - , Vila São Pedro, ministrei um projeto de comunicação comunitária às quartas e sextas-feiras, no período noturno, nas instalações do Centro Municipal de Educação Infantil João do Carmo Santiago, para mais de 50 adolescentes e jovens. Na época, o setor de Comunicação Pública da prefeitura, o qual eu gerenciava, conseguiu uma parceria importante com uma empresa de produção fotográfica da cidade, que disponibilizou equipamentos e professores, para que fosse possível articular parte dos trabalhos. Foram períodos de intensa formação de cidadania, humanização, de reflexão coletiva sobre o pertencimento e identidade político-social.

Este projeto recebeu premiações e reconhecimento, inclusive da Academia de Letras, Ciências e Artes de Bandeirantes (ALCAB), que organizou uma exposição com os trabalhos fotográficos e vídeos-documentários produzidos pelos alunos dos cursos de Comunicação Comunitária. Para que esta ação nos bairros pudesse acontecer de forma ainda mais afirmativa, estabeleci uma parceria com a Faculdade Cristo Rei (Facrei), de Cornélio Procopio, onde eu ainda era acadêmico de jornalismo, que convidou os professores da instituição para integrarem o projeto, ministrando as aulas e oficinas, em forma de projeto de extensão.

Da mesma forma, a Educomunicação e a Comunicação Pública, à época (2005), também direcionaram um caminho de ação para a população idosa, através do Projeto Conviver – um órgão atrelado à Secretaria Municipal de Assistência Social -, com foco nas narrativas históricas. Foi desenvolvida um cronograma de rodas de diálogos com os idosos, em forma de “chá da tarde”, sobre a história da cidade, relatadas por eles, pioneiros não oficiais da comunidade, que enaltecem incríveis narrativas do tempo, críticas sobre esta documentação e registros oficiais, além de refletirem sobre o tempo presente.

O Projeto Conviver funcionava como uma espécie de “creche do idoso”, onde cerca de 80 idosos ficavam o dia todo no lugar, sendo atendidos com atividades terapêuticas ocupacionais, expressões artísticas, cuidados médicos, alfabetização, recebiam as refeições e, no final do dia, eram levados para a casa, afim de manterem os vínculos familiares. O setor de Comunicação Pública produziu, na época, um documentário sobre estas narrativas e atores, que relatavam as alterações da história de forma sensível e cheias de memórias.

Outro foco de ação de intervenção neste mesmo ano aconteceu nas escolas municipais de Bandeirantes, logo após os dois primeiros fóruns de Educomunicação. O setor de Comunicação Pública propôs e coordenou um projeto chamado: “Minha Escola, Minha História”, sob o aporte educacional, no qual os alunos de todas as escolas municipais

tiveram formações sobre o uso da comunicação, como mecanismos para a dinamização da aprendizagem.

O objetivo deste projeto era produzir, de forma lúdica e educativa, fotografias, jornais e documentários sobre a história da instituição de ensino na comunidade escolar onde estavam inseridos. Os alunos pesquisavam, roteirizavam, produziam a cenografia, entrevistavam os antigos professores, alunos e gestores das escolas, produziam peças comunicativas (com o meu auxílio e dos professores).

No ano de 2006, articulei uma programação intensa, por várias frentes, também sob o foco da Educomunicação e da Comunicação Pública. A começar, nos dias 23, 24 e 25 de março deste ano, organizei o III Fórum Estadual de Educomunicação, reunindo mais de 1200 pessoas, em Bandeirantes. Vieram pesquisadores, jornalistas, historiadores, comunicadores públicos, professores, gestores de organizações não governamentais, autoridades políticas de várias partes do país, para a ampliação científica do debate sobre a Educomunicação e a Política Pública. Foram palestras, conferências, oficinas de produção de mídia, debates coletivos, além de apresentações dos trabalhos aplicados em Bandeirantes.

Deputados estaduais e federais, reitores de universidades, senadores da República, prefeitos de várias cidades da região, representantes do Teatro Guaíra (na pessoa de sua então diretora, Nitis Jacon – *in memoriam*), jornalistas de vários veículos de imprensa (Jornal, Rádio, Televisão), professores e pesquisadores da educação e da comunicação, estiveram presentes, ministrando reflexões e fomentando projetos de extensão e políticas públicas. O evento teve repercussão nacional, com o direcionamento de olhares de pesquisadores de várias universidades do país.

Entre os convidados presentes estavam a Dra. Nita Freire, viúva do educador Paulo Freire – Patrono da Educação Brasileira - , que falou sobre o legado de seu esposo na educação do Brasil, a educação popular, a pedagogia da esperança, e a relação intensa da filosofia e fortuna crítica de Paulo Freire com o campo da Educomunicação, através da pedagogia da dialogicidade, a democratização e o engajamento social.

Entre os muitos pesquisadores, o professor Dr. Ismar de Oliveira Soares (acompanhado de outros pesquisadores da ECA – USP), uma das maiores autoridades científicas no mundo sobre o campo das interfaces comunicação e educação, à época coordenador da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, considerado o “pai” da Educomunicação, que ministrou conferências e dialogou sobre a importância das políticas públicas no campo. Ele apresentou um relato historiográfico da trajetória do campo.

Após a repercussão deste evento, a Assembleia Legislativa do Paraná concedeu uma

premiação especial (Voto de Louvor) à Prefeitura de Bandeirantes, pelo Projeto de Educomunicação implementado via setor de Comunicação Pública; e a mim, concedeu uma Menção Honrosa, pelos “relevantes serviços prestados ao Paraná”. A Universidade de São Paulo (USP) estava promovendo o Simpósio Brasileiro de Educomunicação, convidou a Prefeitura de Bandeirantes para apresentar durante encontro que aconteceu na sede do então Jornal da Tarde, as experiências educacionais que aconteciam no município, para um público de autoridades acadêmicas do Brasil e do exterior, pesquisadores, representantes de organismos sociais que atuavam na seara educacional.

Da mesma forma, as ações da Comunicação Pública foram apresentadas durante II Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, sob o título: “A educomunicação como aporte para a mobilização social”, em 2006, em um evento organizado em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC – RS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Neste período, mobilizei, na gestão da Comunicação Pública, uma proposta de intervenção com um curso de capacitação continuada em Educomunicação, em Bandeirantes, denominado *Práticas Educativas em Comunicação*, com foco na formação de professores e gestores educacionais. Duas vezes por semana, na sede da Escola Municipal Leda de Lima Canário, no centro de Bandeirantes, os professores da rede municipal de ensino reuniam-se para estudar produções científicas, artigos e obras sobre o campo temático, e projetando produções em interfaces de comunicação e educação nas escolas em que estavam inseridos.

Este projeto perdurou por vários semestres (até o fim de 2008), formando centenas de professores de Bandeirantes e de cidades da região do Norte Pioneiro do Paraná. Neste ano, de 2006, conclui a minha graduação e me tornei bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, defendendo uma monografia com foco temático na Educomunicação e Políticas Públicas.

Em 2007, além de todos estes projetos prospectados no plano de gestão do departamento de Comunicação Pública da Prefeitura de Bandeirantes - e ambos em pleno desenvolvimento desde 2005 -, mobilizei o IV Fórum Estadual de Educomunicação, no Ginásio de Esportes da escola Educandário Santa Isabel. O professor Dr. Ismar de Oliveira Soares (ECA – USP) – considerado a grande referência no Brasil e no mundo, nas discussões sobre a área - , voltou à Bandeirantes, a meu convite, para apreciar o fenômeno educacional que havíamos implementado por meio da nova ótica de gestão da Comunicação Pública.

Junto a ele, o evento ainda contou com a presença da professora Dra. Izabel Leão,

também da ECA – USP, para participar da formatura de conclusão de curso dos alunos/professores que realizaram a formação em Educomunicação durante o ano. Ambos também ministraram conferências durante o IV Fórum. Outros especialistas de grande importância nestas discussões, como a professora Dra. Cicília Peruzzo, então da Universidade Metodista (SP), referência no país no campo de estudos em Comunicação Comunitária e Popular; a professora Dra. Alice Atsuko Matsuda Pauli, então docente da Faculdade Cristo Rei (PR), pesquisadora em Literatura e Comunicação; o Prof^o Dr. Rozinaldo Antônio Miani, então coordenador do Programa de Pós – graduação em Comunicação Comunitária e Popular, da Universidade Estadual de Londrina (UEL); os jornalistas Wilson Kirsh (Rede Globo) e Viviane Castro (Rede Record), entre outros, também integraram a equipe de palestrantes do encontro. Centenas de pessoas do Paraná e sul de São Paulo participaram dos debates e reflexões que, neste recorte temporal, já haviam avançado bastante no Brasil.

Neste período, agitado em produções políticas de democratização da comunicação, e científicas de reflexão da práxis educ comunicativa (inclusive em constantes parcerias com universidades e associações de pesquisas), o setor de Comunicação Pública da Prefeitura de Bandeirantes já contava com diversos colaboradores contratados para ajudar na gestão dos projetos e dos trabalhos cotidianos de produção de informações e coberturas de pautas das ações governamentais.

Eu liderava uma equipe aguerrida de jovens focados na compreensão da comunicação como um bem social. Ainda neste ano de 2007, mobilizei o I Fórum Municipal de Educomunicação e Saúde Pública (que embora fosse municipal, acabou sendo inter-municipal, já que contou com as presenças de profissionais de saúde pública de várias cidades da região).

Enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias e outros profissionais de setores relacionados para debaterem sobre como usar os mecanismos da comunicação como instrumentos para ampliação dos ecossistemas comunicacionais abertos e democráticos nestes ambientes, fomentando, assim, uma humanização ampliada nos atendimentos, um engajamento e participação mais afirmativa dos atendidos nos processos de gestão, bem como estratégias para o gerenciamento dos fluxos informacionais correlatos. Além dos debates, também ocorreram oficinas práticas de produção de mídias durante o Fórum. Após o encontro, calendarizei consultorias nos postos de saúde, hospitais e demais espaços da Secretaria Municipal de Saúde, para acompanhar e orientar as aplicações educ comunicativas.

Um aspecto importante para pensar a Comunicação Pública em espaços

governamentais é a garantia da ampliação do coeficiente comunicacional com os diversosatores sociais. Minha compreensão, portanto, sobre o campo, perpassava sobre o fomento de estratégias de produção das políticas públicas para/pelo/com os atores sociais envolvidos. De nada adiantava tantas ações e programas se a comunicação não mediasse a cultura, o despertar crítico e cidadão, o senso de pertencimento e a historicização destes atores e deste tempo na comunidade.

Para tanto, outra ação que a Comunicação Pública orquestrou foi o ciclo de encontros com os movimentos sociais, dentro da própria prefeitura (propositalmente e simbólico), no próprio espaço do setor de Comunicação ou na sala de conferência, para que eles pudessem trazer as pautas, necessidades, projetos e ampliassem ecossistemas dialógicos com o poder público de forma horizontalizada. Estes atores, juntamente com o setor de Comunicação Pública, estudavam pautas temáticas, orçamentos, apresentavam realidades situacionais e prospecções, e redigiam, em conjunto, propostas de legislação e projetos para encaminhamento às autoridades do governo apreciarem e aprovarem.

Eram encontros que reuniam, às vezes, até 20 ou 30 pessoas, para tratar dos temas de interesses dos públicos. Grupos LGBTQIAP+ (antes, GLS; depois, GLBT); Movimentos de Juventude (com atores de vários setores da sociedade jovem); do Movimento Negro; das Mulheres; representantes de universidades; do Movimento Sem Terra; das instituições religiosas; das associações dos bairros; das ONG's; dos setores culturais; de movimentos políticos; e de vários outros agrupamentos e setores sociais. Além de articular a proposição, eu coordenava estas reuniões, e sempre que possível, haviam as presenças do Prefeito, Vice-Prefeito, vereadores. Uma ação direta de apropriação do espaço público, da prefeitura, para a ampliação dialógica com as audiências e construção coletiva das pautas que iam para as aprovações.

No início de 2008, fui eleito, em Brasília, coordenador do Fórum Estadual de Políticas Públicas de Juventude, com dezenas de votos advindos dos representantes das prefeituras do Paraná. Uma intensa mobilização política, em grande parte articulada pelas lideranças da Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT) do Paraná, a qual eu também integrava e representava. Minha formação política veio da JPT e fui um dos 27 gestores de juventude do país, a trabalhar no embasamento da relatoria de projetos federais de relevância, como, por exemplo, o Projovem, o Pronaf Jovem e o Juventude Cidadã, que mudaram a vida de milhares de jovens pelo país, na primeira gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os trabalhos de Comunicação Pública da Prefeitura de Bandeirantes também foram apresentados, a convite, no Fórum Social do Mercosul, realizado em abril de 2008, na

Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba. E destaque em diversos veículos de Imprensa, entre os quais, Jornal da Tarde (SP), Gazeta do Povo (Pr.), Tribuna do Vale (Pr.), Folha de Londrina (Pr.), Jornal de Londrina (Pr.), Folha do Norte Paranaense (Pr.), entre outros.

No ano de 2008, recebi o convite para atuar como docente na Faculdade Cristo Rei, de Cornélio Procopio, onde eu havia me formado dois anos antes, em 2006, no curso de bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo; e na coordenação e docência do curso de pós – graduação em Educomunicação.

Com a finalização da gestão municipal, neste ano, e a chegada de uma outra gestão - e com outro olhar sobre as políticas públicas - , o setor de Comunicação Pública da Prefeitura de Bandeirantes foi extinto e, com ele, os projetos criados em minha gestão. Deixei a gestão em 31 de dezembro de 2008, um dia antes da posse do novo grupo gestor, entristecido por ver um sonho de reconhecer a Comunicação Pública como poderoso bem social de engajamento ser desmantelado, mas, muito satisfeito com os frutos e com as lutas que travamos. Professores, servidores da saúde e de diversos outros setores, continuaram, isoladamente, seus projetos educacionais, visando a missão de democratização da comunicação.

Após a saída desta Prefeitura, fui, logo em seguida, em janeiro de 2009, imediatamente contratado pela Prefeitura de Santa Amélia, uma pequena cidade do Norte Pioneiro do Paraná (de apenas cinco mil habitantes), ao lado de Bandeirantes, para mobilizar a gestão da comunicação pública. Fiquei pouco mais de um ano nesta comunidade, mas, o suficiente para implementar, assim como em Bandeirantes, ações de engajamento público, por meio da comunicação.

Entre as estratégias, a formação continuada em Mediações Tecnológicas na Educação, para os professores da Rede Municipal de Ensino, além de projetos de comunicação voltados à população jovem. Um dos mais importantes programas desenvolvidos em Santa Amélia foi a ação educacional nas aldeias indígenas, com foco na produção de levantamento histórico, narrativas memoriais da cultura indígena, registro das manifestações dos anciãos. Até meados de 2010, dividia o tempo entre a gestão da Comunicação Pública nesta comunidade, com a docência na graduação e pós – graduação. Após este período, fiquei apenas na graduação.

No ano de 2014, assumi a Assessoria de Comunicação da presidência da Câmara de Vereadores de Londrina (uma cidade, na época, com mais de 500 mil habitantes), onde também mobilizei projetos de ampliação de ecossistemas comunicacionais para articulação com movimentos sociais, democratizando vozes, fomentando políticas públicas. Mas fiquei

muito pouco tempo. Apenas um ano. Uma experiência forte e muito emancipatória.

1.2 Narrativas do tempo: As experiências na Prefeitura de Andirá (Pr.)

Em 2015, à convite, voltei ao Norte Pioneiro. Agora, para a cidade de Andirá, com o objetivo de assumir a Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM. Fui convidado, a partir de um pedido bastante direto do gestor: fomentar as mesmas ações realizadas em Bandeirantes, anos antes, e avançar nas políticas de democratização da comunicação na região. E, assim, eu fiz, com um pedido: institucionalizar a Educomunicação, tornando-a Lei Municipal.

Desta forma, ao concluir a minha participação na gestão (pois tudo na vida é finito), fosse possível que gestores futuros dessem continuidades, com o amparo legal e orçamento previsto. Assim como trabalhado na primeira comunidade, foi preciso renortear a ótica até então empregada – bastante funcionalista - à missão do setor de comunicação pública no governo de Andirá e na comunidade. Portanto, começar do zero as ações e políticas públicas de Comunicação Institucional, a partir de um novo olhar de gestão estratégica, ou seja, com o olhar no espelho dos planos exitosos de Bandeirantes e com a determinação para novos voos na mobilização da comunidade e na pesquisa sobre o campo.

O primeiro passo foi orquestrar um plano de gestão e calendarizar ações específicas para a comunidade de Andirá, tecendo conexões com as diversas audiências, estudando as suas inserções dialogais no poder público, os ruídos e gestão de crises, e implementando novos formatos de relações entre o governo e o povo. Se faz necessário destacar, aqui, uma observação: há uma distinção importante entre a concepção laboral da Assessoria de Imprensa e a Assessoria de Comunicação, funções estas mobilizadas por jornalistas em espaços públicos ou privados. Enquanto que a primeira está focada em relação ampliada com a imprensa e a produção de notícias e conteúdos do assessorado para disseminação nos veículos de imprensa; a segunda, vai muito além, também projetando, entre as várias funções, ações de ecossistemas comunicacionais abertos e democráticos com os públicos, tornando-os, neste sentido, atores ativos e protagonistas em programas e projetos da própria ação comunicativa governamental.

Portanto, é nesta segunda vertente funcional, que um jornalista público precisa atuar, dinamizando as aproximações e as participações coletivas dos públicos nos espaços governamentais, inclusive intervindo com suas vozes, projetos, presenças, nas proposições de políticas públicas. E como fazer isso sem um espaço de democratização da comunicação? Não é possível, se o interesse é de fomento ecossistêmico. Soma-se a essa visão de assessoria de

comunicação, a inserção da Educomunicação como metodologias ou paradigma norteador, para engendrar uma perspectiva participacionista.

Mais uma vez, esta área do conhecimento apresentou-se, para mim, como ferramenta afirmativa para o desenvolvimento de um novo plano gestor. Criei projetos comunitários, primeiro, para envolver os públicos e iniciar uma nova cultura de comunicação do povo com o poder público. O projeto “Prefeitura nos Bairros”, por exemplo, levando serviços e, fundamentalmente, um “Gabinete Itinerante” visando a ampliação dialógica dos cidadãos com os setores e atores institucionais foi uma alternativa. Mas não foi só isso. Observando as falhas comunicacionais com setores de juventude e culturais, projetamos a criação de dois importantes projetos: a Coordenadoria Municipal de Juventude e o Movimento dos Ativistas Culturais, que resultaram em ramificações em projetos comunitários e tornaram-se objetos de Leis.

Entretanto, visando pensar em como o setor de Comunicação Pública poderia intervir nas dimensões governamentais para dinamização das comunicações, criamos um ciclo de cursos de capacitação, intitulado “Práticas Educativas em Comunicação”, que privilegiasse todos os servidores e setores do poder público, sem distinção de setor, idade, tempo de serviço, escolaridade, função pública. Todos que tiveram interesse, participaram: administração, obras e serviços urbanos, saúde, educação, agricultura, meio ambiente, assistência social, cultura, desenvolvimento econômico e turismo, entre outros.

Desta forma, podíamos mapear e entender melhor como a comunicação aberta poderia contribuir com a formação de uma prática laboral mais eficiente e harmônica. Os atores sociais destes espaços foram convidados para participarem de um curso de formação onde foram apresentados temas como: educação para os meios, mediações tecnológicas, gestão da comunicação nos espaços públicos, psicologia da comunicação; direito, ética e cidadania; comunicação organizacional; fundamentos, áreas e metodologias da Educomunicação; análises de experiências práticas, entre outros.

Os servidores públicos participaram de duas fases desta capacitação continuada; uma, em 2015, com 40 horas; já em 2016, outra, com 90 horas. No total foram mais de 20 módulos de formação continuada, com a participação de importantes especialistas convidados ministrando as conferências. Nesta segunda oferta, além das aulas, todas as quintas-feiras, no Cine Teatro São Carlos (Cinema da cidade), o conteúdo programático também contou com oficinas práticas de Fotografia, Fanzine, Jornal Impresso, Audiovisual e Gestão de projetos (as oficinas práticas ocorriam nas instalações da Escola Municipal Ana Nery).

A experiência prática também possibilitou a produção de projetos educacionais

nos departamentos diversos onde os servidores atuavam. Este processo de produção, inclusive, que renorteou a forma como os setores públicos dialogavam com os públicos, foram requisitos para a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso, ao final.

Entre estes trabalhos diretos aplicados nos setores pelos próprios servidores alunos do curso de formação em Educomunicação, alguns destaques são relevantes citar: o Centro de Convivência dos Idosos (CCI), que atendia dezenas de idosos por dia, em uma espécie de “creche do idoso”, passou a contar com a produção de fanzine, atividades artísticas para a expressão comunicativa, oficinas de Leitura Crítica da Mídia (leitura e interpretação de textos jornalísticos), produção fotográfica e rodas de diálogos sobre memórias da cidade.

Uma experiência sensível e, forte, ao mesmo tempo, já que as narrativas dos idosos apontavam para a historicização parcializada construída ao longo do tempo por atores e discursos oficiais. Observe que esta aplicação, com o público idoso, lembra muito a aplicação com o mesmo público, quando desenvolvido, outrora, na cidade de Bandeirantes, no Projeto Conviver.

O mesmo êxito aconteceu no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) – órgão atrelado à Secretaria de Ação Social – onde os profissionais funcionários do setor produziram, em parceria com adolescentes em situação de medida sócio-educativa, oficinas de educação para os meios (Leitura Crítica da Mídia), produção de roteiro para vídeo – documentário. A aplicação da educomunicação, neste ambiente, instigou os adolescentes e dinamizou as análises e as ampliações dialógicas, gerando significativos resultados de socialização.

No Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) – outro órgão atrelado à Secretaria de Ação Social – os trabalhos focaram-se na produção de jornais impressos, em oficinas com os beneficiários do Programa Bolsa Família. A mesma produção se deu no Projeto Esperança, instituição social que cuidava, na época, de 120 crianças em situação de vulnerabilidades, possibilitando com que elas se expressassem. Em todas as escolas do município e Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI), as experiências de produção renderam criativos projetos fotográficos, produção de vídeos, jornais, Jornal Mural, Fanzine, dinamizando os processos de ensino – aprendizagem e ampliando ecossistemas comunicacionais.

Os alunos do Educom, servidores dos setores administrativos da Prefeitura, também dedicaram-se à produção. Como são várias áreas que compõem este bloco (Protocolo, RH, Licitação, Finanças, Tributação, Informática, Compras, Atendimento, Telefonia e outros), eles

se reuniam duas vezes por semana, na sala de licitações do prédio principal da prefeitura, para produzirem dois Jornais Murais e um Newsletter (comunicação interna entre os funcionários), que eram atualizados periodicamente, organizando o fluxo das informações.

Os servidores das secretarias de Viação e Serviços Públicos (que cuidavam de coleta de galhos, corte de árvores, limpeza pública e infraestrutura), juntamente com os profissionais do setor de Meio Ambiente e a Defesa Civil, se juntaram para a produção de um vídeo documentário e documentação fotográfica. Esta foi a maior turma de servidores alunos do Educom de Andirá. Eles tinham encontros semanais em ambientes externos, onde fotografavam e filmavam situações de cortes irregulares de árvores, destruição da mata ciliar, detectavam e reportavam os cuidados necessários com as nascentes de água e até promoveram uma simulação de incêndio, onde os alunos profissionais servidores da Defesa Civil, explicavam os passos dos trabalhos.

Na Secretaria Municipal de Saúde, os trabalhos também foram intensos no âmbito da relação com a comunicação. Todos os Postos de Saúde da cidade participaram das produções, principalmente de jornais. As pautas eram sobre patologias e entrevistas com profissionais da saúde e população. Os mais de 300 alunos – servidores municipais, das mais diversas áreas, ainda tiveram outro desafio: apresentar seus trabalhos de conclusão de curso, durante a última aula.

Cada equipe subiu ao palco do Cine Teatro São Carlos, munidos de imagens e materiais para mostrar, no telão, a aplicação educ comunicativa, os processos e os resultados de emancipação dialógica. Ao todos foram 16 apresentações, de departamentos e secretarias diversas.

Autoridades, imprensa e familiares dos participantes lotaram o Cine Teatro para acompanharem os trabalhos finais. Além da apresentação no palco, cada grupo de alunos – servidores da prefeitura também produziram murais com fotos e memorial descritivo sobre seus trabalhos, sendo colocados em exposição de destaque no holl de entrada do Teatro. Todos os grupos de alunos - servidores entregaram um projeto para o Prefeito da época, ao Secretário Municipal atrelado a sua função e ao coordenador do curso, contendo a fundamentação, os objetivos, as metodologias aplicadas, cronograma, referenciais bibliográficos e justificativas de cada um dos trabalhos apresentados.

Eles receberam certificados que, além de comprovação da formação continuada, serviram para elevação de níveis do Plano de Cargos e Salários. Em 24 de março de 2016, através de um Projeto de Lei, encaminhado pelo executivo à Câmara Municipal de Vereadores, culminou na aprovação da Lei 2763/16, que institucionalizou a Educomunicação,

reconhecendo-a com um efetivo programa de intervenção em Comunicação Pública.

A Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) – a qual, anos depois, passei a integrar, como pesquisador e conselheiro-, o Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP, e vários outros órgãos de pesquisa em Educomunicação, que há anos já acompanhavam os meus trabalhos educacionais nas cidades do Norte Pioneiro, passaram a intensificar, ainda mais, o direcionamento de olhar para as práticas que estávamos desenvolvendo, agora em Andirá - Pr. Durante uma das formações, o Profº Dr. Ismar de Oliveira Soares, da ECA-USP, que já havia estado presente, duas vezes, nas formações educacionais que ocorreram anos antes em Bandeirantes (2006 – 2007), desta vez, esteve presente, mesmo virtualmente, em um telão, no Cinema lotado da cidade, falando às centenas de servidores públicos, dos mais diversos setores, que estavam formando-se.

São deles, estas palavras, que muito nos emocionaram:

É importante reconhecer que Andirá se apresenta ao Brasil, através de uma iniciativa pioneira, que é a de levar o conceito e a prática educacional para os diferentes setores das secretarias municipais. Eu diria que Andirá se apresenta aos estudiosos da educação no país, se apresenta aos gestores de projetos nesta área, como um modelo a ser estudado, a ser analisado e a ser replicado. É significativo, principalmente, naquilo que nós chamamos de âmbito da reflexão epistemológica. A pergunta é: como é possível aplicar o conceito da educação em áreas de atividades que são geralmente desenvolvidas a partir de uma perspectiva que nós denominamos como funcionalista de comunicação? É muito interessante e muito rico saber que esta prática passou a envolver setores tão diversificados”. SOARES, Ismar de Oliveira. Depoimento (08/2016) São Paulo: NCE/ECA – USP, 2016.

Em 2017, já em nova gestão pública municipal, além dos trabalhos educacionais já aplicados, o setor de Comunicação Pública da Prefeitura de Andirá mobilizou um novo desafio: a criação da Escola de Comunicação e Artes. Neste momento, a Secretaria de Comunicação passou a gerenciar, também, a área cultural do município; agora, denominada: Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação (SECCOM), atendendo mais mil alunos em cursos de produção de audiovisual, ballet, música, dança contemporânea, artes visuais, capoeira, artes cênicas, Hip Hop, Libras e Braile, Técnica Vocal, Educação, Violino, entre outros. Foi criado, também, o projeto “Cultura nos Bairros”, levando, periodicamente, nos espaços públicos abertos das comunidades, atividades ao ar livre de expressões artísticas e de comunicação.

Em fevereiro de 2019, findou-se o meu tempo de gestão na Comunicação Pública, deixando importantes marcas que perduram até hoje em ações governamentais. A Escola de

Comunicação e Artes, fundamentada no pressuposto teórico da Educomunicação, existe até hoje, mesmo depois de troca de gestores. Isso, muito em razão da institucionalização que articulei quando Secretário, já embasado na experiência da descontinuidade na primeira cidade, Bandeirantes. Neste momento, fui para a educação privada, assumindo a coordenação de comunicação e marketing de um grupo educacional e a docência na Educação Básica – Ensino Médio, nas áreas de Arte e Língua Portuguesa.

Em 2024, fui aprovado e convocado em três concursos. Na Prefeitura de Andirá, como professor e pedagogo; em Bandeirantes, como professor. Neste ano de 2025, aceitei o convite da atual Prefeita de Andirá, e assumi a Coordenação Pedagógica de Formação Continuada de Professores e Gestão de Projetos Educacionais, na Secretaria Municipal de Educação, com o foco na criação de projetos e programas voltados à mobilização e modernização da educação pública. A refundação das formações educacionais, passou a ser, novamente, operacionalizado nesta comunidade, por meio de formações pedagógicas específicas e projetos nas instituições de ensino.

Neste relato memorial, expressa-se, portanto, apenas algumas das muitas memórias e muitos caminhos traçados nos espaços públicos, ao longo dos vários anos, pensando a Comunicação Pública como um bem social e defendendo a percepção, a partir da práxis, de que a Educomunicação legitima-se como campo teórico e prático para estratégias de engajamento, circularidade, cidadania, protagonismo, registros do tempo e conscientização histórica. Neste sentido, não é possível deslocar toda esta memória e prática, do campo e práxis da História Pública. Estão imbricados, na mobilização da esperança e da consciência coletiva; da comunicação e do engajamento de atores diversos.

1.3 Os fundamentos, áreas e metodologias da Educomunicação: conexões possíveis com a História Pública?

O memorial apresentado anteriormente demonstra, a partir de trajetórias históricas de interfaces, muitas potencialidades da Educomunicação, um campo teórico marcado pela mobilização de ampliação da consciência crítica e social a partir da comunicação. Elas são trazidas para o programa em História Pública, agora, a partir do objeto específico: as narrativas do tempo nos sites oficiais das prefeituras de Andirá e Bandeirantes, comunidades por onde permeei. O objetivo duplo, foi de entender e sugerir usos para a apresentação histórica desses portais, como pode se deduzir, nas páticas de Educomunicação.

Afinal, as potencialidades da Educomunicação são alcançadas pelos portais das

prefeituras quando narram e acionam histórias e memórias, mas, também, quando provocam novos olhares e novas escritas. Neste sentido, faz-se necessário refletir: Quais concepções de história, tradições, conceitos-chaves e correntes teóricas se apresentam explicita e/ou implicitamente nas narrativas históricas dos sites municipais? Como produzir consciência histórica a partir de metodologias que venham a compor a apresentação, e mais que isso, a produção de histórias desses municípios? Acreditamos que a resposta para essas questões, discutidas ao longo dessa dissertação, estejam ancoradas na História Pública.

Para o professor Ismar de Oliveira Soares, da ECA-USP, principal referência no Brasil e no mundo, por Educomunicação entende-se como:

O conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer “ecossistemas comunicativos”, qualificados como abertos e participativos, garantidos por uma gestão democrática dos processos de comunicação nos diferentes ambientes de relacionamento humano (envolvendo, no caso, em igualdade de condições, a comunidade como um todo, seja ela educativa ou comunicativa); ampliar o potencial comunicativo e as condições de expressividade dos indivíduos e grupos humanos, mediante práticas culturais e artísticas, assim como através do uso dos recursos disponibilizados pela era da informação, tendo como meta prioritária o reconhecimento do protagonismo infantojuvenil; favorecer referenciais e metodologias que permitam às comunidades humanas relacionarem-se, enquanto sujeitos sociais, com o sistema midiático (Soares, 2014, p. 17).

Desde a década de 1960 o conceito da Educomunicação passou a circular nos estudos sobre educação, comunicação e cultura na América Latina. Autores como Mário Kaplún, argentino, naturalizado uruguaio, que escreveu a obra *La educación por la comunicación*, publicado em 1992, foi um dos grandes propositores do aprofundamento da reflexão sobre esta interface comunicação e educação, tecendo diagnósticos a partir das políticas públicas e dos estudos culturais. Este termo, por ele utilizado pela primeira vez, designava o olhar para a leitura crítica da mídia, especialmente nos programas desenvolvidos por organizações da sociedade civil.

Importante destacar, ainda, que o período dos anos de 1960 foi marcado por diversas rupturas políticas nos países latinos. Inclusive no Brasil. Neste cenário, a apropriação dos processos de construção da informação e a produção de mídias alternativas para disseminação das lutas sociais, dos movimentos populares, educação e comunicação, militâncias políticas que articulavam frentes contra-hegemônicas, também ancoravam-se nesta percepção de mídia e educação crítica. Autores como Cicília Peruzzo, pesquisadora da comunicação popular e comunitária, teceu contributos estratégicos para o entendimento sobre os fluxos das informações não oficiais e das alternativas dialógicas críticas absorvidas pelas sociedades.

Esta comunicação alternativa engendrou forças para uma comunicação democrática, pautada em uma alfabetização e letramento midiático. Na obra *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania* (1998), Peruzzo destaca as diversas formas de comunicação: popular-folclórico, popular-massivo e popular-alternativo. Ela define a comunicação popular como “prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante, da chamada ‘grande imprensa’ (PERUZZO, 1998, P. 119).

O conceito de Educomunicação, já a partir do final dos anos 1990, passa a ser ressignificado, refletindo de modo mais preciso a uma prática social voltada a uma nova maneira de conceber e produzir a comunicação. Principalmente, em razão da investigação realizada na Universidade de São Paulo entre os anos de 1997 e 1999, conduzida pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE), sob liderança do Prof^o Dr. Ismar de Oliveira Soares. O estudo teve como objetivo compreender de que forma comunidades periféricas da América Latina utilizavam os recursos comunicacionais para enfrentar problemas sociais que as atingiam, sobretudo aqueles decorrentes do autoritarismo dos regimes militares e das profundas desigualdades socioeconômicas que marcaram a região, em especial entre as décadas de 1960 e 1980.

Entre os principais resultados da pesquisa, destacou-se a constatação de que, em oposição aos modelos hierarquizados e unidirecionais de comunicação predominantes em diferentes esferas sociais - incluindo os meios de comunicação e as instituições escolares -, os grupos populares adotavam práticas comunicativas fundamentadas no diálogo. Tais práticas asseguravam espaços efetivos de fala, escuta e expressão para todos os integrantes das comunidades, configurando aquilo que a teoria da educomunicação passou a denominar de “ecossistemas comunicativos abertos e democráticos”, como enfatiza Soares (2011) na obra *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação*. São dele estas palavras:

O termo , como uma figura de linguagem para nomear um ideal de relações , construído coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, levando em conta, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias. Aproximamo-nos da imagem propiciada pela ecologia, quando considera as metamorfoses pelas quais passam os biomas, deixando perceber, em determinado território, a existência de diferentes tipos de relações entre os mundos físico, biológico e social, com maior ou menor velocidade de mutação, com maior ou menor densidade da vida. Entendemos, assim, metaforicamente, que – como no meio geofísico-biológico – também no meio social existem sistemas áridos e fechados de interconexões, tanto quanto sistemas ricos e intensos de expressão vital (Soares, 2011, p. 44-45).

Para consolidar o campo foi preciso estabelecer as áreas de intervenção, que sustentam a construção do paradigma educomunicativo.

São elas:

- *Educação para os Meios* - que refere-se aos estudos, observações de fenômenos e implementação de estratégias de decodificação dos processos de construção da comunicação. Está associado à alfabetização midiática, ou ao letramento informacional, formando sujeitos ativos e críticos frente aos processos comunicacionais.
- *Gestão da comunicação* - atuando no entendimento sobre como funciona o fluxo comunicacional nos espaços em que são implementados projetos midiáticos, como a escola, por exemplo. O teor reflexivo parte da percepção de que a comunicação nos espaços sociais é insumo fundamental para os processos de emancipação dos sujeitos. E, estes, são construídos a partir do embate das subjetividades, onde os atores interseccionam culturas, histórias, aprendizados, representações, desejos e perspectivas. Gerenciar o fluxo da comunicação, de forma harmônica, é o desafio do gestor de processos comunicacionais. Neste sentido, está alocada ao planejamento, organização e execução dos planos, programas e projetos.
- *Mediação tecnológica* – compreende os estudos acerca das intervenções educativas e comunicacionais por meio do advento de recursos tecnológicos, dinamizando práticas docentes e gestoras, atuando em uma cultura digital ampliada, prospectando projetos pedagógicos diferenciados voltados ao uso de mecanismos, como: fotografia, produção audiovisual, podcast, blogs, softwares, entre outros recursos. Faz-se necessário, ainda, enaltecer que a educomunicação, a partir desta área, não se fixa no papel da instrumentalização, entenda como suporte. Mas, as mediações da cultura, do conhecimento, embasam o desenvolvimento ecossistêmico por meio dos recursos.
- *Expressões comunicativas através da arte* – caracteriza-se, na educomunicação, pelo olhar sensível acerca da comunicação apresentada nas expressões artísticas. Tudo é arte. E toda arte é um texto em comunicação. A linguagem, as expressões, a estética, a cultura, a arquitetura, os sentidos, são manifestos que, no campo

temático, ancora-se na produção e disseminação dialógica.

- *Pedagogia da comunicação* – está alocada, principalmente, à educação formal, mas, também, pode-se aplicar o conceito na educação não- formal e informal. É uma abordagem educativa que compreende a comunicação como dimensão constitutiva do processo de ensino-aprendizagem, valorizando o diálogo, a participação e a circulação democrática da palavra. Trata-se de uma pedagogia que promove a construção coletiva do conhecimento, o pensamento crítico e o protagonismo dos sujeitos, integrando práticas comunicacionais, midiáticas e educativas em contextos formais e não formais
- *Reflexão Epistemológica* – Embasa-se no olhar científico sobre os processos educacionais. Ou seja: a sistematização, a investigação dos fenômenos, os processos e resultados, articulando a interface da teoria e prática. Esta é uma área muito importante já que o campo se firma teoricamente, e enquanto paradigma norteador, a partir das experiências documentadas e analisadas, e das produções científicas engendradas pelos pesquisadores do campo.

A História Pública, enquanto campo de reflexão e prática historiográfica, tem se constituído a partir da problematização dos usos sociais do passado, das formas de circulação do conhecimento histórico e dos públicos com os quais a história dialoga. Para Thomas Cauvin (2016; 2020), a História Pública não se limita à divulgação de conteúdos históricos, mas envolve processos colaborativos de produção, mediação e apropriação do passado, nos quais historiadores e comunidades constroem conjuntamente narrativas socialmente significativas. Essa perspectiva desloca a história de uma posição de autoridade exclusiva para um espaço de negociação de sentidos, aproximando-se diretamente dos princípios defendidos pela Educomunicação.

No contexto brasileiro, Ana Maria Mauad (2017) destaca que a História Pública se consolida como um campo atento às múltiplas linguagens, aos suportes midiáticos e às disputas simbólicas que atravessam as narrativas históricas no espaço público. Ao analisar fotografias, exposições, arquivos digitais e produtos culturais, Mauad evidencia que a história, quando tornada pública, é sempre mediada por escolhas estéticas, comunicacionais e políticas. Tal compreensão dialoga diretamente com a perspectiva educacional, que reconhece os meios e as tecnologias não como instrumentos neutros, mas como mediadores culturais que

estruturam a produção de sentidos e a aprendizagem histórica.

Benito Bisso Schmidt (2014; 2018), por sua vez, enfatiza o caráter político e ético da História Pública, sobretudo no que se refere às relações entre memória, identidade e poder. Para o autor, as narrativas históricas produzidas no espaço público — especialmente aquelas vinculadas a instituições estatais — participam ativamente da construção de versões legitimadas do passado. Essa reflexão é central para a análise dos portais oficiais de prefeituras, uma vez que tais espaços configuram arenas de disputa simbólica, nas quais determinadas memórias são destacadas enquanto outras permanecem silenciadas. A Educomunicação, ao propor a gestão democrática da comunicação e a ampliação das vozes sociais, oferece ferramentas conceituais para tensionar esses processos de seleção e exclusão.

Ricardo Santhiago (2016; 2020) contribui ao campo ao enfatizar a dimensão processual e relacional da História Pública, defendendo práticas que envolvem escuta, diálogo e coprodução narrativa. Para o autor, fazer História Pública implica reconhecer os públicos como sujeitos históricos, portadores de saberes, memórias e experiências legítimas. Essa concepção aproxima-se fortemente do paradigma educ comunicativo, sobretudo no que diz respeito ao protagonismo dos sujeitos e à valorização das narrativas locais.

Ao pensar os sites institucionais como espaços potenciais de interação - ainda que frequentemente operem de forma unidirecional - abre-se a possibilidade de reconfigurá-los como ambientes educ comunicativos de produção histórica compartilhada, envolvendo atores sociais e percebendo o papel social da comunicação.

Dessa forma, a interseção entre Educomunicação e História Pública se materializa na análise das narrativas do tempo presentes nos portais das prefeituras de Andirá e Bandeirantes. A partir dos aportes de Cauvin, Mauad, Schmidt e Santhiago, compreende-se que tais narrativas não são meramente informativas, mas constituem práticas discursivas que educam, orientam olhares e produzem sentidos sobre o passado local.

A Educomunicação, ao enfatizar o diálogo, a participação e a construção coletiva do conhecimento, permite pensar usos alternativos e ampliados desses portais, nos quais a história oficial possa ser tensionada, enriquecida e ressignificada pela participação das comunidades. Assim, este trabalho assume que a História Pública, quando atravessada pelo olhar educ comunicativo, amplia seu potencial formativo e emancipatório.

Ao articular comunicação, educação e história, torna-se possível não apenas compreender como os municípios narram suas trajetórias, mas também propor metodologias e práticas que favoreçam a produção de consciência histórica, o fortalecimento da identidade local e o reconhecimento das memórias plurais que constituem esses territórios. Nesse

sentido, a Educomunicação não se apresenta como um campo externo à História Pública, mas como uma lente teórica e metodológica capaz de aprofundar suas dimensões participativas, pedagógicas e democráticas.

1.4 Construindo ecossistemas comunicacionais com os públicos

Soares (2011, p. 44) no diz: “Entendemos assim, metaforicamente, que – como no meio geofísico – biológico –, também no meio social existem sistemas áridos e fechados de interconexões, tanto quando sistemas ricos e intensos de expressão vital”. Esta afirmação nos possibilita compreender que os processos comunicacionais só legitimam-se a partir de uma pedagogia da dialogicidade, mobilizada por atores que envolvem leituras subjetivas sobre a experiência humana a partir da comunicação.

Neste sentido, a Educomunicação se manifesta por meio dos ecossistemas comunicacionais abertos, ricos, democráticos, que contribuem com a produção de sentidos e a consciência histórica dos sujeitos sociais. Ao conceito Consani define:

O conceito de “ecossistema comunicativo” identifica-se com a noção de comunidade educativa desde que seja articulado transversalmente por processos comunicativos, o que pressupõe a gestão compartilhada de processos, a horizontalidade de organograma (empowerment) e o estímulo ao protagonismo. (CONSANI, 2008, p.40).

Jesús Martim-Barbeiro (2002), na obra *La educación desde la comunicación* nos lembra que o desafio que o ecossistema comunicacional nos apresenta não está associado, necessariamente, aos processos tecnológicos os quais fazemos parte naturalmente, mas, direciona para a percepção da existência novas ambiências as quais tecemos construções subjetivas, existenciais, dialogais, e desta forma, mobilizamos a perpetuação de novos espaços.

No âmbito desta pesquisa, o conceito de ecossistemas comunicacionais pode ser compreendido como o conjunto de relações, práticas e fluxos de comunicação que se estabelecem em determinados territórios sociais e institucionais, nos quais diferentes sujeitos produzem, compartilham e negociam sentidos sobre o passado e o presente. Sob a perspectiva da Educomunicação, esses ecossistemas se caracterizam pela abertura ao diálogo, pela participação e pelo estímulo ao protagonismo social; já no campo da História Pública, manifestam-se nos espaços onde as narrativas históricas circulam, são disputadas e

ressignificadas, como os portais oficiais das prefeituras analisadas. Assim, ao narrar memórias e histórias locais, esses ambientes digitais não apenas informam, mas também educam, provocam consciência histórica e possibilitam novas leituras e escritas do tempo, fortalecendo vínculos identitários e ampliando a relação entre comunidade, história e comunicação.

De acordo com Martim-Barbeiro (1995, p.150), “a comunicação é questão de culturas, e não só de ideologias; a comunicação é questão de sujeitos, atores, e não só de aparatos e estruturas; a comunicação é questão de produção, e não só de reprodução”. Portanto, é segundo o autor, é questão, então, de interfaces e de produção coletiva de sentidos.

Daniel Bramo Nascimento de Carvalho e Ronaldo Nunes Linhares, no artigo intitulado *Multiletramentos com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: por uma educação inclusiva e autônoma*, defendem que a escola deve se transformar em um espaço de circulação de múltiplas linguagens, mídias e práticas culturais. A obra dialoga com a noção proposta por Martín-Barbero de que os processos educativos acontecem em ambientes comunicativos complexos, descentralizados e permeados por mediações culturais. Assim, os ecossistemas comunicacionais são compreendidos como ambientes vivos de produção de sentidos, nos quais educação, comunicação, cultura e tecnologia se entrelaçam.

Soares (2011, p. 25) ao falar sobre a consolidação do campo da Educomunicação, enfatiza que já “se formou, conquistou autonomia e encontra-se em franco processo de consolidação”, e assim, , portanto, “um novo paradigma discursivo transversal, constituído por conceitos transdisciplinares”, ancorado na natureza relacional, processual, interdiscursivo, comunicacional.

A interdiscursividade, vale dizer, o diálogo com outros discursos, é a garantia da sobrevivência do novo campo e de cada uma das áreas de intervenção, ao mesmo tempo em que vai permitindo a construção de sua especificidade. Este interdiscurso é multivocal e o seu elemento estruturante é a polifonia. A alteridade é a dimensão constitutiva deste palco de vozes que polemizam entre si, dialoga ou complementam-se.

Portanto, a Educomunicação se configura como campo estratégico para produzir ecossistemas comunicacionais abertos e democráticos, com livre circulação dos fluxos informacionais e contribuir para que o engajamento de atores, a circularidade e o processo de consciência histórico-crítica seja possível, mobilizando novas percepções de mundo.

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA PÚBLICA: CONSTRUÇÕES REFERENCIAIS NO PERCURSO

As funções que o conhecimento histórico pode desempenhar no mundo contemporâneo, portanto, resultam de dois fatores: das necessidades e das demandas do nosso presente e das possibilidades e limites na produção cognitiva da história. São justamente esses dois aspectos que estão em profunda mutação: o mundo contemporâneo volta-se ao passado com novas necessidades e anseios e os historiadores voltam-se ao seu ofício com novos questionamentos.

Ricardo Marques de Mello

História Pública, Educomunicação e Comunicação Pública nutrem de uma visão democrática da participação social nos processos de construção do conhecimento, do coeficiente comunicacional ampliado e da consciência histórica dos espaços e dos atores sociais. Quando falamos de princípios como circularidade e engajamento, estamos falando de comunicação; quando destacamos a importância do engajamento de atores, enquanto um pavimento para a reflexão crítica da história, falamos de comunicação; ao mencionar uma atmosfera estratégica de gestão de ações e projetos para a efetivação das práticas com vínculo histórico, falamos de gestão da comunicação.

Ao refletir sobre a história do passado ou do tempo presente, sendo democratizadas em diversas agências e espaços de circulação e construídas a partir de muitas subjetividades interconectadas, também estamos nos referindo às informações e comunicações operacionalizadas nas narrativas que convergem para discursos do tempo histórico.

Na introdução do livro *História Pública e História do Tempo Presente*, os historiadores Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges, escrevem uma abertura textual intitulada: *A terceira margem do tempo: cruzamentos possíveis entre a história pública e história do tempo presente*. Nela, eles tecem a seguinte observação sobre a relação dos campos, que ajudam a embasar o pressuposto epistemológico:

Se a história do tempo presente é aquela que se faz em meio às correntezas temporais, com suas peculiaridades a cortar o tempo vivido pelo(a) historiador (a), a história pública é sensível à busca dos sujeitos do presente que conferem sentidos ao passado, ora com demandas ideológicas, ora consumistas, ora para fins de fortalecimento de lutas políticas do momento. Nos dois campos da história é possível detectar o compromisso com os sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa, com a potência da história e da memória como força irruptiva e insurgente no contemporâneo. As discussões que cercam os usos do passado e a possibilidade de criar um conhecimento que seja aplicado ao presente, estabelecendo uma justificativa de caráter social, com alcance para além dos muros acadêmicos, são, também, características que tornam os dois campos uma espécie de trincheira para o

posicionamento fundamentado de historiadores e historiadoras diante das demandas coletivas de passado, memória e de história (Rodrigues; Borges, 2021, p. 09).

A História Pública é, portanto, um campo de mobilização de atores envolvidos à consciência crítica e ampliada da existência do ser no tempo, bem como de que forma é compreendida a representação social das manifestações e fenômenos neste intercruzamento ecossistêmico comunicacional constante de fatos, sentidos, experiências e subjetividades. Isso se dá, em razão da compreensão da circularidade (leia-se, comunicação) e do engajamento que culmina em consciência social, cultural e histórica – e na responsabilidade política no tempo.

A História Pública no Brasil inicia-se (se é que podemos delimitar o recorte), oficialmente, em 2011, a partir de um curso, reunindo historiadores e autoridades acadêmicas, na Universidade de São Paulo, sob o tema “*Curso de Introdução à História Pública*”. O objetivo era tecer reflexões e apontamentos sobre a práxis epistemológica do campo, fomentando, assim, estratégias para o redirecionamento do olhar acerca da representação social e profissional do historiador no mercado, bem como a relação com as mídias, na expectativa de angariar instrumentais e metodologias para a ampliação das audiências.

Este é, teoricamente, o marco temporal da História Pública no Brasil, que viu, após este evento, diversos outros congressos e debates sendo articulados sob o manto da temática. O nascimento da História Pública também tinha um desafio: aprofundar-se sobre os problemas, as demandas, as multivocalidades características da culturalidade do país, diferenciadas sobre a imersão da História Pública em outros lugares, como EUA, Inglaterra, França, entre outros lugares que absorveram o campo teórico e prático, a partir de seus outros olhares e lugares.

Entre as iniciativas significativas que houve recentemente estão a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), em 2012; e a criação do Programa de Pós – Graduação Stricto sensu em História Pública, na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – campus Campo Mourão / PR) – pioneira, ela é a única universidade brasileira a ofertar curso *stricto sensu* em História Pública, direcionando o olhar dos pesquisadores do país e do mundo, para as reflexões e produções propiciadas não apenas no programa, mas, na construção desta escola teórica de referência.

Na primeira obra publicada no Brasil a respeito do tema – *Introdução à História Pública* -, pela editora Letra e Voz, fruto do curso realizado na Universidade de São Paulo, as autoras Juniele Rabelo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, refletem sobre o novo campo, tecendo leituras subjetivas para a conceituação.

A História Pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. Nesse sentido, a História Pública pode ser definida como um ato de “abrir portas e não de construir muros”, nas palavras de Benjamin Filene (Almeida; Rovai, 2011, p. 7).

O campo refere-se, isto posto, ao estudo e à prática de produção e disseminação de conhecimento histórico fora dos círculos acadêmicos tradicionais, com um foco em tornar a História mais acessível, engajante e relevante para o público em geral. Isso envolve múltiplos espaços de mediação, entre os quais, os ambientes da comunicação pública – objeto desta dissertação.

Ao investigar os aportes do campo, percebe-se que, em várias partes do mundo, a História Pública surge com o advento do fenômeno social expresso em seu recorte temporal e espacial. Ou seja: cada região que pressupõe o aprofundamento do campo de uma forma, e assim o faz em virtude da experiência cultural, política e de suas demandas muito específicas.

Nos Estados Unidos da América (EUA), o campo se desenvolve muito em razão dos problemas de inserção no mercado de trabalho, a falta de posto para os historiadores e a necessidade de mobilizar alternativas e inserções laborais para que estes profissionais pudessem atuar. Liddington (2011, p. 34), por exemplo, explica que o campo está relacionado ao método histórico fora da academia. “Historiadores públicos estão a trabalho sempre que, dentro de suas qualificações profissionais, são parte do processo público”.

No artigo intitulado “*O que é, como e por que História Pública? Algumas considerações sobre indefinições*” (2017), o professor Bruno Flávio Lontra Fagundes, pesquisador da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), destaca que essa linha temporal da construção do campo, reforça como nos EUA o conceito acoplou-se ao campo das ofertas de mercado, em razão das complexidades econômicas que afetaram professores de história. Ao ponto, inclusive, do site do *National Council on Public History* (Conselho Nacional de História Pública) disponibilizar uma espécie de “páginas de empregos”, semanalmente atualizada, propiciando um dimensionamento deste olhar mais laboral sobre a atuação do historiador.

Assim sendo, a História Pública, por lá, ganha uma dimensão de atuação institucional profissional, de inserção no mercado de trabalho, com o advento de agências especializadas em atendimentos às empresas ou personalidades (inclusive políticas) que contratam historiadores para o levantamento de pesquisas específicas e produções que visam o

atendimento privado, ou mesmo público, mas, que estabelece uma série de interfaces ou aspectos norteadores para o entendimento da representação social do historiador.

Soma-se, neste aspecto, a falta de oportunidades de trabalho em um determinado recorte temporal, com a visão estratégica de expansão da oferta dos contributos dos historiadores na sociedade americana, que encontram, nas empresas, nos projetos de instituições públicas, no interesse em levantamento memorial de autoridades políticas e famílias, muitas oportunidades. Ressalta-se, também, que este não foi o único aspecto que engendrou um pensamento sobre esta alocação ou identidade do historiador.

Foi também através de questionamentos sobre a disciplina, a profissão e o campo, a identidade e o perfil, que a história pública surgiu nos EUA e na Europa nos meados dos anos de 1970. O artigo de Henry Rousso, "*L'histoire appliquée ou les historiens thaumaturges*" (1984), apresenta uma reflexão crítica sobre o papel dos historiadores na sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito à um espécie conceitual denominada "*história aplicada*" e à busca por soluções práticas que a história poderiam oferecer para questões políticas e sociais.

Em sua reflexão crítica, Henry Rousso emprega o termo "taumaturgos" para problematizar a postura assumida por determinados historiadores que se apresentam como "curadores" ou "agentes mágicos", capazes de oferecer respostas a questões sociais complexas por meio de interpretações históricas. Tal expressão remete diretamente à obra clássica de Marc Bloch, *Os Reis Taumaturgos*, representativa da tradição erudita da Escola dos Annales, na qual se investigam as crenças medievais relativas ao suposto poder curativo dos reis.

Ao utilizar essa analogia, Rousso não apenas estabelece um paralelo com o trabalho de Bloch, mas também propõe um contraponto crítico. Enquanto Bloch se debruça sobre as estruturas de longa duração e as mentalidades coletivas do passado, o historiador contemporâneo — figurado como um "novo taumaturgo" — é criticado por adotar uma perspectiva utilitarista e imediatista, tratando a História como uma ferramenta para solucionar demandas do presente. Dessa forma, o autor chama atenção para um fenômeno crescente em que se espera dos historiadores uma atuação imediata, voltada à aplicação prática de seu saber, em detrimento de uma abordagem mais analítica, reflexiva e desvinculada de finalidades pragmáticas imediatas. As observações do autor, em seu artigo, estão, em grande parte, centradas na ideia de que a história não pode ser utilizada como um meio de solução de problemas imediatos e concretos. Para ele, a história não deve ser reduzida a uma função utilitária e aplicada, pois isso diminui sua complexidade e riqueza enquanto disciplina

acadêmica.

Entretanto, no espaço americano, este aspecto levantou-se como reflexão: uma distinção entre o historiador acadêmico e o historiador público – o primeiro, atuando nos centros de pesquisas e universidades; e o segundo, ampliando representação com atuações em museus, arquivos públicos, imprensa, mídias cinematográficas, e consultorias em iniciativas privadas. Talvez as críticas ou preocupações de Rousso evidencie, em demasia, esta separação entre a história acadêmica e a história mais aplicada e atenta aos fenômenos do tempo presente. Ou seja, a história pode – e deve – ser relevante para o presente, desempenhando um papel estratégico na reflexão e na orientação das decisões atuais, sem perder a rigidez acadêmica e o distanciamento crítico.

Portanto, faz saber, a História Pública atua em consolidação de um novo paradigma discursivo transversal, pavimentando uma atuação e uma narração do tempo em escala pragmática, considerando as intervenções, as mobilizações, o engajamento, os contributos em assessorias e produções. Este campo é rapidamente disseminado em países anglo-saxões, de forma mais extensiva, e em outras regiões do mundo, como Austrália, França, Alemanha, entre outros, até chegar ao Brasil.

Na Inglaterra, por exemplo, outro ambiente de referência na reflexão sobre a História Pública, o *Movimento Workshop*, com cursos de formação continuado, protagonizado pelo historiador Raphael Samuel, culminou na construção do novo olhar sobre a experiência laboral do historiador. Em 1976, em decorrência, nasce a revista *History Workshop Journal*, potencializando as discussões e produções científicas envolvidas ao campo emergente. Outrossim, “na Europa, portanto, a História Pública esteve empenhada em desvendar como são processados os usos políticos da história e em descobrir como diferentes grupos sociais elaboram seus sentidos do passado” (Carvalho, 2016, p.36).

O objetivo era estabelecer estratégias para comunicar a história de forma mais ampla e interativa, engajada e participativa; envolvendo os públicos diversos na produção do conhecimento histórico e disseminando o método historiográfico para compreensão do passado. Assim como, também, estimulando a consciência histórica.

Podemos dizer que um dos expoentes criadores deste movimento foi o historiador estadunidense Robert Kelley, que, inclusive, instituiu o primeiro curso de graduação em História Pública que se tem notícia, na Universidade da Califórnia, Santa Barbara, em 1976. Bastante criticado pelo olhar pragmático a que estabeleceu o campo, ele diz: “o historiador tem um especial modo de ver os negócios humanos, e um especial modo de explicá-los” (Kelley, 1978, p. 111).

Ele apresenta, neste viés reflexivo, o historiador, como aquele ator envolto ao binômio: pesquisa e ação laboral; sem deslocamento, no entanto, por entender que este pode – e precisa – estar fomentando os contributos de partilha a partir de sua expertise e habilidades.

No seu sentido mais simples, História Pública se refere ao emprego de historiadores e ao método histórico fora da academia: em governo, corporações privadas, mídia, sociedades históricas e museus, mesmo em práticas privadas. Historiadores públicos estão no trabalho sempre que em sua capacidade profissional, eles são parte do processo público. Um problema precisa ser resolvido, uma política precisa ser formulada, o uso de uma fonte ou a direção de uma atividade tem de ser mais efetivamente planejada – e um historiador é chamado a mostrar a dimensão do tempo: isto é História Pública (Kelley, 1978, p. 111).

Pensar o novo campo também aciona o compromisso de ampliação do olhar social e laboral dos estudantes, acadêmicos de história nas universidades, visando uma construção de perspectiva orientada sobre os quais novos aspectos também precisariam despertar nestes atores, que já estavam à adentrarem no mundo profissional do historiador. Desta forma, ele defende

Nós concluímos que o melhor método era começar a treinar pequenos grupos de estudantes graduados em habilidades de história pública, inculcando-lhes a ideia de uma carreira mais pública do que acadêmica, e enviando-lhes para fora [da universidade], um por um, para demonstrar seu valor através de seu trabalho” (Kelley, 1978, p. 113).

De fato, Kelley promove uma espécie de “chacoalhada” no mundo acadêmico tradicional, o que resulta em críticas severas como a do historiador Henri Roussou (1984), que questiona o movimento responsabilizando-o com a criação de um novo historiador, sem fundamentação crítica e epistemológica e muito mais ligado à uma espécie de escritório de negócios.

(Oferece) Toda uma série de serviços, desde a redação de folhetos históricos à informatização de arquivos de empresa, passando pela assistência jurídica. Ele se dirige a toda uma panóplia de clientes: empresas, coletividades locais, associações. Ambiciosa, sua iniciativa procura vender a história como um serviço econômico, a despeito de seus campos tradicionais, o ensino, a pesquisa ou a edição (Roussou, 1984, p. 105 – *acréscimo nosso*).

A crítica não foi ampliada só na Europa, também foi sentida em *casa*, já que Kelley viu surgir e crescer um arsenal de ataques à forma como o seu conceito pragmático, até então acoplado à História Pública, direcionou o olhar de atuação e representação do

historiador. Aliás, até hoje, várias críticas advindas de conglomerados acadêmicos tradicionais acionam olhares de desconfiança e leituras críticas que se elevam na narrativa de minimização do papel deste campo. De Groot (2018), por exemplo, tece esta leitura, quando afirma que falta, no campo, robustez epistemológica, científica, para a discussão

A História Pública carece de engajamento teórico nesta área, uma falta de acuidade em nível historiográfico com relação a instituições com as quais historiadores públicos trabalham (não apenas negócios, claro, mas também instituições de caridade, arquivos, museus e universidades). Isto conduziu a disciplina a uma falta de autoconsciência quanto a envolver-se com empresas, e significa que há poucas ferramentas internas de crítica para o cada vez mais contexto universitário neoliberal privatizado também (De Groot, 2018, s.p.).

Fato é que o historiador do século XXI precisa mesmo direcionar um novo olhar cultural – embasado no teor epistemológico apurado, calcado nas investigações dos fenômenos a que se manifesta a inserção da História Pública -. No objeto de pesquisa em questão, o qual aporta-se nas narrativas memoriais dos sites das prefeituras do Norte Pioneiro do Paraná, faz-se necessário tecer uma questão fundamental: na articulação de cuidados com as memórias e narrativas nos sites, há presença de uma leitura profissional de história?

Mas, se faz necessário lembrar que o historiador, também, precisa estar decodificando o seu tempo histórico, atuando nas interpretações dos fenômenos e nas manifestações sociais, como é o caso, agora, de uma série de desafios mediados pelas tecnologias emergentes que, inclusive, tem cooptado mentes e consciências redirecionando para uma inversão (ou, ainda, revisão) história/social/cultural muito rapidamente.

Para este contraposto, a urgência de uma História Pública centrada em seus pressupostos teóricos, mas, também, aberta aos novos conhecimentos e acoplada aos novos instrumentais da comunicação e da cultura digital, para fazer frente em lutas simbólicas de batalhas, se fazem necessárias. Penso que a História Pública, outrora bastante atacada por ser uma ousada experiência pragmática de tomada dos espaços externos não acadêmicos, possa ser, agora, detentora dos mais afirmativos soldados de batalhas nos campos tão diversos da discussão coletiva sobre a historicização. Os historiadores públicos são engajados, conscientes e militantes.

Se nos anos de 1970, nos EUA, historiadores estavam vislumbrando, pelas janelas, as ruas metafóricas do mercado de trabalho, em tempos econômicos difíceis; hoje, no entanto, ocupam espaços também dominados por reacionários, negacionistas, fascistas, revisionistas: as redes sociais, os aplicativos, o audiovisual, os blogs, o podcast, o informativo jornalístico, a publicidade, a comunicação comunitária, a roteirização, a música, o teatro, a arte visual, a

literatura, a cultura digital. Estamos ocupando todos os espaços dos ecossistemas comunicacionais.

Portanto, dois aspectos são fundamentais, aqui: o primeiro, a sensível compreensão histórica da História Pública (sem querer ser redundante, mas, deslocando-os em suas configurações e expressando a urgência da ação mobilizadora); a segunda, volto ao tema central desta dissertação: o papel da Educomunicação e da Comunicação Pública, em consonância com a História Pública, como estratégias fundamentais para, no primeiro momento, articular uma espécie de pedagogia da dialogicidade a partir da consolidação de ecossistemas comunicacionais abertos e democráticos; além, claro, de ofertar um olhar mais apurado sobre a apropriação dos meios de comunicação para dinamizar as relações, a circularidade das informações e o engajamento do público nas produções. Além disso, ocupar os espaços públicos, sejam os setores da comunicação institucional, os museus, os círculos de debates, a educação, as redes sociais, e todos os demais ambientes a que se possa relacionar com a manifestação da comunicação pública, pavimentando a História Pública, em compromisso com a defesa da consciência histórica.

Neste sentido, ao compreender este processo, vislumbra-se, ainda mais claramente, a percepção de que há, de fato, uma intersecção emergente possível entre os campos da História Pública, Educomunicação e Comunicação Pública. Isso, pois, não é só o passado a que a História Pública espera engajar os públicos para um processo de reflexão crítica. Também. Mas, ainda, despertar o olhar para os fenômenos da história em movimento, no tempo presente, a que eles estão inseridos e moldando. Ao trazer a história para o espaço público, os historiadores têm o desafio de discutir as implicações contemporâneas da memória histórica, buscando formas de engajamento ativo com o público do presente, respeitando-os e valorizando-os em suas *escritas de si*.

E, neste sentido, temos outro aspecto importante – e um pouco polêmico, digamos – para refletir e considerar sobre o campo: a autoridade compartilhada. Nesta seara, um dos mais célebres autores da história que tratam desta metodologia de engajamento é Michael Frisch, que em 1990, escreve uma obra bastante utilizada, até hoje, pelos historiadores públicos e comunicadores públicos: *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History* (Uma autoridade compartilhada: ensaios sobre o ofício e o significado da história oral e pública).

Nela, o autor da coletânea de ensaios argumenta que a História Oral e a História Pública desafiam a ideia tradicional de uma "autoridade" histórica que reside exclusivamente no historiador. Ou seja: a história oral, ao incluir as vozes de indivíduos e grupos da sociedade

(públicos múltiplos, muitas vezes silenciados e marginalizados), promove uma autoria compartilhada, onde o historiador e o sujeito da história (ou a comunidade) co-produzem o conhecimento histórico.

Isso transforma o papel do historiador de um narrador para um facilitador, articulador, mediador de práticas e processos que permitem que diferentes vozes se expressem. E pressupõe que, nesta mobilização funcional, a História Pública se efetiva, nas experiências dos atores envolvidos, em uma ação de mediação do espaço-tempo e de facilitação de uma consciência histórica.

Além disso, em seu conceito, valoriza os saberes dos públicos e seus olhares sobre a linearidade do tempo, além dos aspectos norteadores que orbitam em torno desta linearidade (os fenômenos, as bifurcações), fornecendo *insights* valiosos, por meio das narrativas orais, apontando, inclusive, que nem sempre a documentação oficial que gera fonte consegue captar essências e processos da conjuntura social e da compreensão aprofundada da realidade dos atores sociais, manifestada na dialogicidade humanizada com estes indivíduos. Ele também defende posicionamento de que o historiador não deve ser apenas um observador, mas sim um participante ativo no processo de construção do conhecimento histórico junto com as comunidades.

Frisch sugere que os historiadores devem se posicionar como mediadores do tempo, que ajudam a interpretar e a dar voz às experiências históricas que poderiam ser negligenciadas. Ele vê, neste sentido, esse papel, como uma forma de democratizar o conhecimento, permitindo que grupos marginalizados, como minorias e classes populares, tenham suas histórias reconhecidas e valorizadas, em contraponto ao apagamento de suas vozes no tempo.

A obra também aborda a importância da reflexão crítica sobre o processo de pesquisa histórica, especialmente quando se trata de História Oral, em uma conexão com a disseminação destas biografias narrativas simbólicas, muito ao encontro do que pressupõe a História Pública. Para ele, o historiador deve ser sensível ao contexto e à subjetividade dos relatos dos sujeitos sociais, considerando as distorções, as memórias seletivas e até mesmo as influências externas que podem moldar as narrativas coletadas.

Fagundes (2017), refletindo a partir de Frisch, enaltece

A questão da autoridade remete, primeiramente, no interior do debate sobre História Pública, ao conceito já quase canônico de “shared authority” de Michael Frisch, ao trabalhar na perspectiva da História Oral, a uma ideia de autoridades de interlocução que sabem a seus modos sobre algo. O item “autoridade” está encarnado no debate sobre História Pública e sua importância advém de certa recusa

da parte de historiadores em aceitar que a autoridade que uma formação científica concede não possa com alguma igualdade de condições discutir com outros que não tenham a formação que não conta com a sanção científica. Egresso da História Oral, Frisch elabora o conceito de “shared authority” (autoridade compartilhada) pensando nesta possibilidade de diálogo entre quem sabe história a seu modo – sejam historiadores formados ou qualquer cidadão.

Compartilhar a experiência de construção, produção, diagnóstico, reflexão da história com outros atores não historiadores, é um desafio significativo e que pode provocar deslocamento de sentidos sobre a identidade e existência do historiador. Mas, ainda assim, compreendendo andar sob uma espécie de linha tênue (a que se ampara na cientificidade e a fundamentação epistemológica inegociável), a História Pública reconhece, também, a capacidade dos atores não acadêmicos de refletirem e produzirem registros da história, dentro de seus espaços e agrupamentos coletivos sociais e culturais, e mediados pela representação social individual e coletiva, a identidade, as experiências. Mais uma vez, claro, aportados em uma consciência histórica.

Assim, em uma ação de engajamento, democratiza-se a relação dos sujeitos com os fenômenos do tempo, enquanto também autores no processo. Os historiadores passam a ser elos fundamentais para a ampliação da consciência história. Malerba (2014), por exemplo, enfatiza que é “imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos assumirem a importância da dimensão pública de sua atividade, ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público”, (Malerba, 2014, p.43).

O professor Dr. Ricardo Marques de Mello, do PPGHP, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar – campus Campo Mourão), em seu texto “*O que é teoria da história? Três significados possíveis*”, convida-nos à refletir sobre a inserção do campo da epistemologia nas transformações historiográficas do cotidiano social. São dele estas palavras: “O significado da expressão teoria da história é alterado, quando se compreende por história as ações dos homens no tempo”. Desse modo, complementa que, “a palavra história deixa de designar uma disciplina/área do conhecimento e passa a denotar fatos, eventos, atos, de âmbitos variados, - individual e comunitário, social, mundial. Teoria da história, dessa perspectiva, refere-se às interpretações possíveis acerca da história em si” (Mello, 2012, p. 377).

Essa reflexão sugere que, quando a entendemos como as ações humanas no tempo, a

teoria da história passa a ser o estudo das diferentes interpretações sobre essas ações. Isso desloca o foco da história como um campo do conhecimento para a história como realidade vivida. Essa perspectiva parece apresentar uma aproximação entre história e vida cotidiana, reforçando a importância da interpretação histórica em múltiplos níveis (individual, social, global).

No livro *“Que história pública queremos?”* (2018), uma importante e potente coletânea organizada pelos autores Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Trindade Borges, referências nas discussões sobre os fundamentos da História Pública no país, um conjunto de 20 autores tecem grandes reflexões, sob olhares epistêmicos distintos, que se acoplam no entendimento do campo. No artigo: *“Como e por que fomentar uma História Pública latinoamericana”*, a autora Marta Gouveia de Oliveira Rovai diz que o conceito do campo está atrelado às vozes e lutas de povos, públicos diversos, muitas vezes violentados pelos sistemas de poder dominantes, que esperam a oportunidade de terem suas vozes e suas narrativas do tempo – passado e presente – autorizados, no âmbito da reflexão crítica e representativa.

Entende-se que a chamada a uma História Pública seja emergente para se conhecer, ensinar e reconhecer a alteridade e a dignidade de seguimentos sociais historicamente apartamentos e aspectos públicos do poder e violados em seus direitos na América Latina, a partir das demandas e múltiplas vozes contra uma história colonizada (Rovai, 2020, p.307).

A autora e pesquisadora, que é considerada uma expoente da História Pública no Brasil, enfatiza este compromisso humanista, democratizante, dialogal, da História Pública, principalmente, na sustentação de forças e engajamentos que pressupõe a garantia de direitos e reconhecimentos das identidades.

A História Pública deve ser um meio de ampliação destas vozes, procurando o descentramento de lutas e versões e o entendimento das multiplicidades identitárias na elaboração, no registro e na difusão de saberes que possam se transformar, muitas e muitas vezes, em denúncias sobre opressões e discriminações históricas em suas diferentes facetas (econômicas, sociais, políticas, sexuais e de gênero, religiosas e culturais), mas também atuando como mecanismos de apropriação conceitual e tecnológica de grupos para que se promova a construção de formações discursivas, por meio de práticas em rede que contemplem suas historicidades, ao mesmo tempo em que estimule a formação de comunidades de ouvintes e se democratize as formas de dizer. (Rovai, 2020, p.307-308).

Apesar de que, em diversos países e povos, a inserção da História Pública é observada por direcionamentos específicos transversos, é importante ressaltar que ela também se

configura como uma área de intersecções multifacetada.

É nesse sentido — de consolidação de ecossistemas comunicacionais e de articulação com outros campos do saber — que se delineia um elo profícuo entre a Educomunicação e a História Pública, fomentando e impulsionando diversas formas de intervenção e contribuição no campo da formação humana e cultural dos sujeitos em seus contextos. Essa aproximação se revela ainda mais significativa quando considerada sob a perspectiva da comunicação pública, que funciona como eixo de ancoragem conceitual, ao oferecer um espaço de mediação entre os saberes científicos, os interesses coletivos e as narrativas construídas pelas instituições públicas. Nesse contexto, destaca-se tanto a mobilização de olhares sensíveis quanto a elaboração de práticas narrativas do tempo que conferem sentido à experiência social e histórica dos indivíduos.

Há, portanto, um paradigma discursivo emergente engendrado-se a partir das peculiaridades culturais e regionais dos estudos e estudiosos do campo, que observam e experienciam o campo de forma a manifestarem as narrativas, expectativas, críticas e demandas do tempo sob a ótica de cada lugar. Mas, um aspecto é fundamental acentuar: as aplicações da História Pública (ou inserções dela) estão norteadas, como disse Cauvin (2016) em três frentes particulares: a comunicação da história a audiências não acadêmicas, a participação pública e a aplicação da metodologia histórica a situações do presente.

Consideramos, então, que a História Pública se manifesta como um movimento reflexivo constante para interpretar os fenômenos, compreender os efeitos no mundo/tempo, as narrativas sobre o passado e o olhar crítico para o tempo presente. Mas, isso, só pode ser potencializado por meio das ações de consciência histórica, levando, aos públicos, com o advento de articulações e planejamentos públicos de projetos correlatos que instiguem possibilidades de interação com o objeto do passado para melhor entender os seus espaços temporais, sociais, culturais. Esta pesquisa, que se prospecta, busca observar a partir destes olhares – e destes lugares.

Cabe ainda considerar o fato de o Brasil ter sido impactado pela vertente dos estudos culturais na América Latina, pavimentando caminhos para os direitos humanos, o reconhecimento da democratização das vozes, o engajamento coletivo e comunitários de sujeitos sociais, o enfrentamento aos silenciamentos ou apagamentos da história e dos personagens não escolhidos pelo poder em dados cenários ou áreas de socialização, entre outros aspectos nesta seara, sem apartar-se, também, de um olhar para as possibilidades de mercado de trabalho, que, aliás, poderia ser um campo ainda mais acentuado.

Entretanto, faz-se necessário apontar a reflexão de que, as especificidades que orbitam

a História Pública local divergem em grande medida das elencadas em outras regiões, em razão, como dito, de suas culturalidades, identidades, representações, peculiaridades narrativas, entre outros aspectos. É por isso, inclusive, que esta pesquisa busca entender, ainda, os fenômenos nas narrativas em comunidades distintas, com suas representações na história regional.

No capítulo 2.1, na sequência, tecemos uma reflexão sobre a importância da atuação do historiador no espaço público, engendrando ações e estratégias que legitimem o que pressupõem a própria História Pública: a autoridade compartilhada, a circularidade, o engajamento.

2.1 O historiador, no espaço público, tecendo novos paradigmas

Como enfatizou Silveira (2020), “o desenvolvimento da História Pública e a profissionalização das historiadoras e historiadores são processos relacionados”. Trago este relato do Prof^o Dr. Pedro Telles da Silveira, para delinear uma breve reflexão sobre os conflitos identitários dos historiadores que, no âmbito dos cenários de formação (nos cursos de licenciaturas ou bacharelados em história), nem sempre encontram aportes programáticos curriculares que tecem uma aproximação prática com outros ambientes possíveis de inserção e intervenção no mercado de trabalho, seja público ou privado.

A História Pública pressupõe circularidade, engajamento, um olhar atento à visão histórico – crítica da realidade situacional a que se insere o tempo histórico. Isso quer dizer que o historiador público é aquele que tem o aporte científico, acadêmico, investigativo, analítico, mas, também, está antenado à uma série de conexões, espaços e instrumentos novos, úteis na formulação de estratégias do tempo presente para a ampliação da consciência histórica.

Seja em um centro de documentação pública, ou em uma biblioteca, um museu, uma empresa, uma instituição educacional, em qualquer ambiente, pode-se perceber a sua inserção lidando com as memórias e com a pavimentação de caminhos para a efetivação desta consciência individual e/ou coletiva. O historiador público, portanto, é um historiador do seu tempo. Schmidt (2018) explica que, neste sentido, há uma ausência de teorização sobre esta atuação fora do espaço acadêmico, historicamente centrado na pesquisa e na docência.

Diversos profissionais da história, formados nos métodos da disciplina, optaram, em função de causas diversas, que vão do gosto pessoal à necessidade de sobrevivência, por não atuarem nem como professores nem como investigadores nas poucas

instituições para além das universidades voltadas à pesquisa histórica no país (Schmidt, 2018, p. 17).

Certamente há carência, inclusive, de pesquisas que tratem de aprofundar-se nos estudos sobre o *perfil do historiador público*, não especificamente sobre o campo em si, mas, sobre o que levou o profissional a despertar-se na área, bem como delinear a estrutura dos sentidos subjetivos que orbitam em torno deste sujeito. É um ator social que surge a partir de muitas reflexões internas e acadêmicas sobre o seu papel social de historiador consciente dentro do campo e da sociedade em transformação, detectando fenômenos adversos sobre as narrativas do tempo e suas respectivas possibilidades de contributos.

O perfil deste historiador público está alocado à concepção laboral de um ator que vem para promover práticas e processos com o intuito de ampliar a coletividade, o senso popular e comunitário, o sentido das experiências mobilizadoras e transformadoras, a diversidade de atores envolvidos aos processos historiográficos, além de uma capacidade leitora crítica apurada de mundo, que multiplica-se em ações.

Rogério Rosa Rodrigues, no artigo *Política de alianças: das vantagens e potencialidades da parceria entre história pública e teoria da história*, texto que integra a coletânea *História Pública e Teoria da História*, enfatiza que “em sua proposta de produzir conhecimento junto com a comunidade, na sua labuta de compartilhar a autoridade de sua fala com outros sujeitos, está entre as possibilidades mais latentes no contemporâneo e do qual a articulação entre teoria e história pública tem muito a contribuir” (Rodrigues, 2024, p. 48).

O historiador público está, então, em sala de aula, fomentando novos olhares sobre a ciência do tempo, mas, com um leque ampliado sob a ótica múltipla a que se manifesta estes fenômenos que tecem as narrativas legitimadas da sua história. O seu perfil está atrelado a qualquer ambiente, entendendo-se com uma identidade historiadora possível de intersecções nas agências múltiplas de socialização.

Com isso, também emergiu um novo sujeito: o historiador público, e não mais o historiador “diferentão” que, ao contrário da maioria de seus pares, não atua como professor ou pesquisador *stricto sensu*, mas em espaços públicos e privados variados, como museus, arquivos, memoriais e secretarias de turismo; ou gerenciando websites e blogs; ou assessorando produtoras de cinema e editoras. Sujeito esse que busca espaço, voz e, sobretudo, reconhecimento profissional (Schmidt, 2018, p. 18).

No já mencionado artigo “*O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública*”, Silveira (2020) preocupa-se bastante com esta questão voltada à possibilidade de conflito existencial do sujeito historiador, em plena aceleração do tempo,

cujo os processos de análise, apresentações, construções, estão acoplados. Ele perpassa, inclusive, por várias referências que vão expondo, em subsídio teórico, as complexidades laborais e identitárias do historiador.

Doutor em História e naquele momento atuando profissionalmente em uma agência de marketing, ele questiona as prospecções de atuação do historiador no mundo globalizado e cheio de conflitos, ao tempo em que tece uma realidade que justifica parte da conceituação estruturada sobre a História Pública, a de que ela abre leques possíveis de atuações distintas da docência e da pesquisa na sobrevivência do mercado, um pensamento que, inclusive, converge com as leituras do campo nos Estados Unidos:

Ao mesmo tempo, tendo esboçado esse amplo panorama, gostaria de apontar o que parece ser uma ausência no debate a respeito da inserção social do conhecimento histórico: a temática do trabalho e das relações trabalhistas. Historiadoras e historiadores reforçarão sua presença no espaço público sob condições muito diversas daquelas anteriormente existentes e, numa economia para a qual a informação é cada vez mais a principal mercadoria, se tornarão parte do mercado de produção de conteúdo, tarefa para a qual nossos cursos de graduação e pós-graduação pouco os têm preparado. Torna-se necessário repensar a atuação de historiadoras e historiadores sob o prisma do trabalho, de modo a conceber novas identidades profissionais enquanto historiadoras e historiadores que atuarão em espaços que não o universitário ou escolar. Essa necessidade é tanto maior quanto, devido às mudanças nas condições de acesso a postos universitários e à deterioração das condições de trabalho na educação básica, mais e mais historiadoras e historiadores escolherão vias alternativas para sua atuação (Silveira, 2020, p. 02).

Na Introdução da coletânea *História Pública e Divulgação da História* (2019), os professores e pesquisadores Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares (editores desta obra literária), tecem uma série de questões que pode ser úteis para provocar reflexões oportunas sobre as relações possíveis entre a comunicação e a História Pública, de maneira que antecede as angústias dos historiadores em encontrarem uma fórmula plausível e um pavimento seguro para a explanação do campo, quando afirmam que a “nossa percepção é a de que os historiadores parecem hoje convictos da necessidade de desenvolver uma melhor comunicação com o grande público” (Carvalho; Teixeira, 2019, p. 16).

Entre estes questionamentos tecidos, apresentam-se

Restam, contudo, alguns nós a serem desatados: como fazer um bom trabalho de divulgação de História? Como tornar as nossas pesquisas, questões e problemas historiográficos relevantes para um público tão amplo? Como podemos divulgar a História de forma que ela não só dê visibilidade ao nosso trabalho, mas seja capaz também de contribuir para a cidadania? Como a divulgação de História pode contribuir para os debates que são constitutivos do espaço público? A divulgação de História feita por um historiador profissional tem as mesmas características da divulgação da História feita por outros profissionais? Enfim, como, por meio da divulgação da História, os historiadores e historiadoras poderão continuar sendo

relevantes para a sociedade sobre o qual falar?

Ao que demonstram, nos questionamentos, duas preocupações consideráveis: a primeira, acerca da manifestação da essência do campo, que só se solidifica ao interseccionar práticas e processos com a comunicação, entendendo-a como o elo fundamental para que manifeste condições para uma estratégia efetiva de disseminação dos relatos e memórias públicas, em consonância com o debate público, sobre os temas diversos, culminando em uma ampliação da responsabilidade sobre a consciência histórico-crítica.

Por outro lado, o arsenal de indagações vem ao encontro de uma outra preocupação: a da possível ameaça (ou não) desta estratégia de ecossistemas comunicacionais democráticos de inserção de novos atores (leia-se, aqui, outros profissionais que mediatizam a historicização dos objetos, temas ou fenômenos), como possível minimizador da identidade acadêmica do historiador, enquanto uma representação social.

Fato é que a História Pública, apesar dos receios – e desconfianças – aparentes dos historiadores clássicos, não parece ter nascido com o fito de ir à “caça” dos historiadores, destronando-os de suas concepções subjetivas laborais e epistêmicas. Pelo contrário. O que parece, a partir destes autores refletidos, é que os historiadores são convidados a ampliarem o coeficiente dialógico com o mundo externo, em uma espécie de *nova pedagogia da dialogicidade histórica*, instigando-os, e atualizando-os, na seara da percepção dos fenômenos da atualidade.

Isso, pois, este novo tempo midiático, muito pautado em uma disputa agressiva e desconstruída de narrativas sobre o passado (e sobre a história do tempo presente), tem exigido, dos acadêmicos, historiadores e atores diversos que contemplem a civilidade, a justiça social, a memória, formas de utilização das mídias diversas (com ênfase nas mídias digitais), para popularizar leituras sobre o tempo.

Neste sentido, o que pode-se observar é a importância tão essencial do historiador, para ajudar à trazer luz à esta disputa de narrativas, bem como, também, a importância do engajamento de atores sociais – mesmo que não historiadores, por formação –, na apropriação da consciência histórica, no domínio de mecanismos comunicativos, e na publicização dos fatos e eventos de interesse coletivo, pautando a sociedade ao despertar da leitura crítica das mídias e destes mesmos fatos mediatizados.

Assim como muitos comunicólogos e educadores pautam a elevação da consciência crítica social e a sua relação com as mídias por meio de uma “*educação para os meios*”, “*leitura crítica da mídia*”, “*alfabetização midiática*” ou “*letramento midiático*” (e, aqui,

rememoramos um dos fundamentos da Educomunicação: a *Educação para os Meios*, já destacado anteriormente), porque não pensar, portanto, em uma espécie de “*letramento historiográfico para o século XXI*”, ou um “*letramento historiográfico público*”, que seja pautado nesta versão de mundo das comunicações – e da cultura digital –, imbuídos na consciência de que vivenciamos uma guerra cultural e uma aceleração social do tempo, embasadas em uma nova narrativa experiencial? Fato é que não temos tempo a perder e as reflexões sobre os novos perfis e identidades dos historiadores acompanham o próprio evoluir deste tempo histórico.

Se apropriar dos meios de comunicação de massa e inserir-se nos mecanismos dialógicos das redes sociais, portais de notícias, programas públicos de história social, das políticas afirmativas, nos cenários da mídia de massa, nos espaços da comunicação popular e comunitária, são desafios para os historiadores do século XXI, ao entender que, ao saírem da sala de aula (seja como aluno ou como docente), estão amplamente conectados com um mundo globalizado, midiaticizado, no exercício da tensão constante das narrativas, seja nas suas telas de celulares, em seus canais de podcast ou vídeos, em seus portais de notícias, em suas redes sociais.

O enfrentamento, neste viés, carece de um historiador público amplamente antenado, conectado, inclusive, atento – e rápido – na decodificação dos malefícios simbólicos sobre o tempo, engendrados por atores que gladiam na arena da consciência. Um exemplo disso, é a Inteligência Artificial, em suas múltiplas possibilidades de construções narrativas pictóricas e audiovisuais, aparentemente realistas e aportadas em construções de realidade. Quais, quando e como o historiadores, hoje, dedicam-se ao fenômeno do tema?

2.2 Um olhar de atenção para os pressupostos teóricos da comunicação

A proposta deste subtópico é buscar ampliar os olhares sobre o papel da Comunicação, enquanto um insumo abstrato e dotado de sentidos e conexões que legitima a prática social, formando subjetividades. Além disso, também buscar as tessituras com os demais campos – História Pública e Educomunicação – que engendra esta pesquisa. Complementa o capítulo I, na medida em que ancora-se na Comunicação, reconhecendo-a como um bem social transformador e uma área epistemológica valorosa para trazer os contributos ao debate.

Este universo, comunicacional, da existência humana, acopla-se às lutas pelo domínio das narrativas. Outrossim, as lutas pela civilidade. Na mesma coletânea, *História Pública e Divulgação da História* (2019), um dos artigos denominado “*A História é notícia: Temas*

históricos e o ofício do historiador em reportagens publicadas na Folha de São Paulo”, a historiadora e jornalista Juliana Sayuri, nos brinda com um misto de pressupostos teóricos advindos dos Estudos da Mídia e História, mas, a sua reflexão também é bastante marcada pelo alerta a que destaca, sobre o foco dos aspectos norteadores que circundam o fluxo das informações e suas construções

Antes de tudo, sinto que é preciso pontuar que, na pureza do mundo ideal, jornalistas e historiadores trabalham com a mesma matéria – prima, a informação. No melhor dos dias, buscam oxigenar o debate público a partir de princípios democráticos e do potencial educativo e emancipatório da informação. Entretanto, no mundo real, pressões, interferências e interesses produzem um campo minado com conflitos de ordem política, econômico e cultural (Sayuri, 2019, p. 42).

Há uma narrativa máxima escutada pelos estudantes de jornalismo – ou outras áreas da comunicação –, nos bancos universitários, desde o início de sua trajetória acadêmica: a de que a informação é poder. Se assim o é, deve-se, portanto, ter uma atenção sensível para os processos de construção e manejo das informações, priorizando pela responsabilidade ética e histórica. Ou seja: quais interesses orbitam em torno da construção da realidade histórica, mediada naquele tempo, naquele espaço, para aquela audiência? Observamos, nesta referência, que esta é uma preocupação da História Pública (ou, deveria ser): a interpretação dos fatos, a construção da realidade, o manuseio das narrativas discursivas.

Há uma outra máxima que os jornalistas e comunicólogos (como eu, por exemplo), sempre escutam no mundo acadêmico da comunicação, também desde em seus primeiros dias de bancos universitários: a de que a imparcialidade é fruto essencial para o bom jornalismo. Leva-se à fundo esta orientação, mas, como anteriormente destacado pela Juliana Sayuri, há um mundo *ideal* e há um mundo *real*, em constante disputa e em manifestação distinta. Isso quer dizer que a luta pela apropriação da narrativa, a construção e condução da informação consciente e coerente, como registro do tempo, sofre, de fato, uma série de intempéries na jornada. Sejam intervenções políticas, econômicas ou ideológicas (ou, concomitantes).

Para alguns autores, tudo está pautado em uma disputa ideológica. Por exemplo: no âmbito da estruturação da narrativa, na produção do gênero notícia, na forma como trabalha com os depoimentos orais ou pictográficos, documentos, de uma fonte para uma produção de informação, tudo advém da peculiar escolha (ou recorte) subjetiva de um sujeito, ou de um veículo de comunicação, ou de uma teoria metodológica.

Nesta seara reflexiva, até mesmo as palavras as quais utilizo, as manchetes (títulos) as quais acoplo em uma informação para a comunicação de massa, perpassa por uma escolha –

do jornalista escreveu, do editor que representa os proprietários do veículo de imprensa e que irá editar o texto para publicação, ou das causas e “linhas editoriais” que justificam a representam social dos produtores.

Em *Pedagogia do Oprimido* (2011), Paulo Freire tece um olhar sobre o conceito de ideologia e sua intervenção na produção dos sentidos sociais. Ele diz: “não existe imparcialidade, todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”. Neste sentido, o autor, que foi bastante influenciado pelos escritos de Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Jurgen Habermas, Wilhelm Reich, filósofos, sociólogos e pensadores marxistas da Escola de Frankfurt que, desde o final dos anos de 1930, teciam análises sobre as questões da ideologia e do estabelecimento de novos modelos de análise social, a partir de uma Teoria Crítica, que se aprofundava nas condições sociopolíticas e econômicas para a transformação da realidade.

Eles mostram que não existe neutralidade ideológica e que todos somos ideologicamente influenciados, só que uns percebem isso e outros não, já que depende muito da capacidade cognitiva da cosmovisão entendida que o sujeito tem sobre a sociedade, sobre si mesmo, e sobre a historicização, que por vezes, só é entendida a partir de recortes da experiência social estabelecida ou ideologicamente modificada.

Ao refletir sobre este tema a partir das teorias da comunicação, uma delas nos chamam a atenção, aqui: a Teoria (ou hipótese) do *Agenda-Setting*, um campo que compõe a Escola Norte-americana de Comunicação, que estuda os efeitos cognitivos da comunicação de massa. Ou seja: trata da influência que a mídia tem no agendamento público, pautando os debates, as conversas, os temas sociais, influenciando a reflexão política, cultural, social, ideológica dos sujeitos em suas comunidades. De maneira mais clara: o que a mídia pauta hoje, mais tarde está sendo refletido nos grupos sociais, nas padarias, no salão de cabeleireiro, nas casas, nas igrejas, na escola, nas câmaras de vereadores e outros espaços do poder público.

Para o *Agenda Setting*, a mídia pauta a sociedade todos os dias, que se alimenta consciente ou inconscientemente. Essa teoria (ou hipótese – há esta discussão em aberto), dos anos de 1970, foi cunhada pelos pesquisadores da comunicação Maxwell McCombs e Donald L. Shaw - da Faculdade de Comunicação da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos - e, até hoje, é referência frequente nos estudos e pesquisas da comunicação social. Mas é importante destacar, ainda, que antes mesmo destes dois expoentes, o tema da influência de audiências já havia sido pautado nos EUA por meio do jornalista Walter Lippmann, que publicou na década de 1920, um livro intitulado *Opinião Pública*, que

expressa as estratégias de narrativas de convencimento dos públicos, ou seja, temas que eram considerados de interesse coletivo (Barros Filho, 1995). O objetivo destes autores era verificar a hipótese de que os *mass media* (mídia de massa) influenciavam, de fato, a percepção dos eleitores no que diz respeito aos temas mais importantes para o país.

Outro autor de referência que trata dos aspectos do redirecionamento de ótica sobre determinadas mídias, com o intuito de promover uma construção de realidade no tempo, é o brasileiro Perseu Abramo, jornalista e sociólogo. Ele escreve, nos idos dos anos de 1980, uma obra literária denominada *Padrões de manipulação na grande imprensa*, que acaba tornando-se uma clássica referência nos estudos sobre a comunicação social e os efeitos na construção da subjetividade humana.

Em 2016 ele é relançado, pela filha do autor – agora já falecido -, a também jornalista Patrícia Cornils – e outros colaboradores que revisaram o texto original, de 1980 -. Entre os apontamentos, destacados como padrões, estão: Padrão de ocultação, Padrão de Fragmentação, Padrão da inversão (Inversão da relevância dos aspectos, Inversão da forma pelo conteúdo, Inversão da versão pelo fato, Inversão da opinião pela informação), Padrão de Indução, Padrão global ou o padrão específico do jornalismo de televisão e rádio.

Nas suas narrativas ele alerta sobre a importância de buscar a aplicação de um jornalismo sério, e de uma educação – ou alfabetização - para a mídia, que se norteie pela visão da democratização da comunicação e esteja atento aos diversos padrões que, geralmente, conduzem ações de manipulações de narrativas.

Se a sociedade não lutar, também, pela democratização da comunicação, o aumento do poder tecnológico nas mãos de uma elite dominante, sem participação do conjunto social, não vai significar mais democracia. Ao contrário, significará mais dominação, mais exploração, mais opressão, mais desigualdade, mais injustiça. Portanto, menos democracia. É o que chamo de Paradoxo da Comunicação. A luta pela democratização da comunicação, para ser vitoriosa, tem de ser de toda a sociedade. Mas os jornalistas têm um papel de alta responsabilidade nessa luta porque eles sabem perfeitamente como, nesta paradoxal profissão, é necessário e possível, sim, procurar a verdade, mas muitas vezes o que se encontra é o erro, a distorção e a manipulação (Abramo, 2016, p. 88).

Ao pensar a História Pública em intersecção com a comunicação, faz-se necessário lembrar que é um desafio aparente, para aprofundamentos em pesquisas que consigam detectar os pressupostos teóricos possíveis que engendram a relação destes campo, já que cada um reúne preocupações e leituras sobre um mesmo foco: o público; além, claro, de também compartilharem a missão de pensar possibilidades de ampliar os ecossistemas

comunicacionais abertos para que os sujeitos sociais insiram-se na prática da interpretação dos fenômenos. A ideologia da notícia, por exemplo, é um fenômeno.

Nesta perspectiva, os campos – História Pública, Educomunicação e Comunicação Pública - também estão interseccionados na produção dos sentidos e na reflexão sobre o poder, já que ao apropriar-se das produções de informação, também está apropriando-se, de estruturas de poder que podem inserir atores em um pavimento subjetivo ou intencional. A relação da História Pública com a Comunicação é manifestada, muitas vezes, a partir de uma tensão de representação. Marialva Barbosa (2016), em seu artigo *Imprensa e História Pública*, que compõe a coletânea *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*, compartilha uma certa preocupação acerca dos processos de construção das informações na historicidade. Em sua narrativa, tanto a comunicação, quanto a história, mobilizam uma disputa pelo lugar de fala, na produção e disseminação da narrativa, nas quais:

A reflexão sobre as relações entre imprensa e história pública enseja, num primeiro momento, um debate em torno dos usos do passado que são realizados pelos meios de comunicação e, num segundo momento, considerações sobre a equação meios de comunicação e história. Isso porque ao considerar a existência de uma história pública, a história está destacando a emergência de ampliação de seu lugar de fala. Ao fazer isso, cria-se no que diz respeito aos conteúdos e às representações da imprensa uma tensão entre o papel que os meios de comunicação se autoatribuem e o lugar que ocupam na história. (Barbosa, 2016, p. 121).

Na verdade, a comunicação social envolve os processos de produção, circulação e recepção de mensagens que circulam pela sociedade, incluindo as mídias tradicionais (televisão, rádio, jornais) e as novas mídias digitais (redes sociais, portais de notícias, *podcast*, e outros).

O campo busca entender como a informação é transmitida, produzida, como ela afeta as relações sociais – principalmente no âmbito da manifestação dos sentidos -, e como as práticas comunicativas moldam a percepção pública sobre diversos assuntos, incluindo a História. Vimos, anteriormente, duas perspectivas teóricas que ajudam a explicar este fenômeno da relação da sociedade com as estruturas do poder comunicacional: a teoria do *Agenda-Setting* e os Padrões de Manipulação da Grande Imprensa.

Ambas, compartilham a preocupação de que, de fato, se não houver princípios éticos e de responsabilidade cidadã, a produção da informação, que é histórica, engaja pessoas à construções ou desconstruções subjetivas que as afetam em suas manifestações dialógicas e de relações com o tempo.

A pergunta central deste processo, é: como a comunicação poder ser um elo formativo, educativo, para pavimentar emancipações e criticidade? Se pensarmos nos pressupostos teóricos da Educomunicação, por exemplo, lembramos que Freire (1971, p. 69), nos orienta que a “educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mais um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Isso nos remete à questão desta pesquisa: como entender as intersecções possíveis entre os campos da História Pública, da Educomunicação e da Comunicação Pública? E isso só se confira a partir da democratização de processos dialógicos que culminarão no engajamento de atores em práticas e processos, bem como na compreensão dos fenômenos, instigando uma reflexão crítica sobre quais papéis a comunicação, enquanto recurso com fortuna crítica teórica própria, se firma neste processo de interface com os demais campos, também amplamente consolidados epistemologicamente.

Mário Kaplún, professor, jornalista e expoente da teoria latino-americana de comunicação (foi o primeiro teórico a usar o termo Educomunicação, à época, nos idos dos anos de 1950, para designar a educação para os meios e a mediação tecnológica na educação e comunicação), diz que “la verdadera comunicación no está dada por um emissor que habla y um preceptor-recipient que escucha, sino por dos seres o comunidades humanas que dialogan (aunque sea a distancia y a través de médios artificiales)”, (KAPLÚN, 1984, p. 14).

Se analisarmos o papel da comunicação social a partir do olhar da mediação, podemos nos aprofundar nas análises que tecem esta convergência com a História Pública de forma mais acentuada. Por exemplo: enquanto que a comunicação precisa dos fatos históricos, as fontes orais e documentais para legitimar uma narrativa, a História Pública precisa dos meios de comunicação para fazer, a partir da apropriação e dinamização dos instrumentais e técnicas, a disseminação criativa e convidativa dos fatos, articulando, assim, a ampliação da consciência história.

Ambos os campos lidam com a mediação de saberes e o olhar atento aos fluxos informacionais, ou seja, como um conhecimento é transmitido para diferentes públicos, e os afetam, engajando-os – pressuposto da História Pública - . A Comunicação Social também preocupa-se com o engajamento, a audiência, os resultados na absorção dos conteúdos distribuídos, buscando compreender a recepção da informação pelo público.

E detalhe importante: públicos não são máquinas, ou depósitos de informações. São consumidores, com perspectivas cognitivas e sociológicas próprias – individuais e coletivas -, que ressignificam o que consomem e adequam à experiência da vida. Neste aspecto, ninguém consome uma coisa de aparência duvidosa ou de gosto ruim. Assim, para ambos os campos,

faz-se necessário reconhecer a importância de respeitar e se adaptar à forma como o público interpreta e se engaja com os conteúdos apresentados. Outro aspecto estratégico, na compreensão da intersecção destes campos, é o direcionamento de um olhar de atenção para como as narrativas são formadas e como elas moldam a compreensão coletiva do passado.

A comunicação, então, legitima-se, na História Pública, como o instrumento norteador e colaborador do fluxo informacional, ao tempo em que também legitima-se, na interpretação subjetiva dos fatos, uma espécie de autoridade compartilhada, já que muitos atores, em processos de embates subjetivos, constroem as suas leituras de mundo e experiências juntos aos fatos. Aliás, o termo “autoridade compartilhada” é muito caro ao campo de estudos da História Pública, pois pressupõe um exercício colaborativo de construção e interpretação do fato, do fenômeno, da manifestação histórica em dado momento, em dado recorte espacial, em dado sentido da experiência humana.

Essa atuação de ecossistema comunicacional colaborativa, como ressaltam Mauad, Almeida e Santhiago (2016, p. 12), “na qual diferentes agentes produtores trabalham dialogicamente”, contribuem para a formulação do novo campo de interfaces, sob o manto do compartilhamento. Esse viés epistêmico advém do historiador norte-americano Michael Frisch (2016, p. 62), que chama de “autoridade compartilhada”, no sentido de que “na natureza da história oral e da história pública, nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado”.

Observamos como se legitima, fatalmente, a relação da Comunicação com a História Pública, em razão do compromisso, de ambas, em democratizar memórias, fatos, fontes, relatos, sentidos, diálogos, informações, saberes e experiências que moldam a compreensão do tempo histórico. Ao tecer um compartilhamento plausível de autoridade, não se desconecta a legitimidade apropriada de cada uma na detenção de seus pressupostos epistemológicos sobre o olhar ao tempo. Mas, tecem interações possíveis, e autorizações mútuas, na percepção deste mesmo tempo e suas influências.

Ao falar desta temática, nos aportamos na consciência – individual e coletiva –, e da existência – também individual e coletiva –, enquanto representação social no seio da historicização.

Para Freire,

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com os homens e mulheres transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modifica-lo.

O mundo pronunciado se volta, por sua vez, problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir dele novo pronunciar, dialeticamente (Freire, 1987, p. 78).

A fala de Paulo Freire sustenta a noção de responsabilidade do processo (ou fluxo) manifestado no embate das subjetividades. É nesta dialogicidade consciente e generosa que a troca informacional nutre a compreensão do mundo. E, ao falar destes fatos e efeitos do mundo, fala-se, portanto, da história em movimento, que se manifesta no cotidiano das pessoas que a estão produzindo, ou absorvendo-a.

Mas, também nos chama para a compreensão de que há, na existência humana, um compromisso com o porvir, no sentido de que a existência não pode ser muda e silenciosa, já que existimos a partir do embate das subjetividades e da historicização construída ao longo da vida.

Portelli (2006, p. 111), acerca desta manifestação da existência em produção constante da história, também nos lembra que “tanto os fatos, quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”.

A comunicação, então, seja ela na expressão da dialogicidade com o outro, ou na articulação de mecanismos midiáticos, são transpassados pela existência subjetiva do ser humano. Outrossim, particularizamos o sentido, mas, consciente de que ele é coletivo, na medida em que a minha comunicação – mesmo partindo da individualidade -, intervém na essência coletiva.

Freire, também nos diz:

Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (Freire, 1980, p. 39).

Freire nos aponta que o mundo existe de maneira objetiva, independentemente da percepção ou da vontade do ser humano. Ou seja, há uma realidade que pode ser conhecida, estudada e compreendida pelas pessoas. Essa realidade é externa a nós, e podemos tentar entender como ela funciona. Diante disso, entendemos que a circularidade dos sentidos das coisas e dos fatos, e o engajamento dos sujeitos sociais, legitimam a essência humana, que é comunicacional e memorial. destaca que o ser humano não é apenas um ser que interage superficialmente com os outros ou com o mundo, mas é, essencialmente, um ser de relações profundas.

Ou seja, o homem se constitui a partir de suas interações com o outro e com o ambiente, de maneira mais complexa e significativa do que um simples contato. Quando cita: "Não apenas está no mundo, mas com o mundo", ele diferencia esta concepção de "estar no mundo" de "estar com o mundo". Estar "no" mundo implica existir nele, mas estar "com" o mundo sugere uma relação ativa e dialógica com ele. Isso significa que o ser humano não é passivo, ele interage, transforma e é transformado pela realidade que o cerca.

Essa relação com o mundo não é apenas física, mas também cognitiva e emocional. Essa pedagogia da dialogicidade, estruturando um ecossistema comunicacional d*emonstra que o ser humano é um sujeito social de relação ativa com o mundo, e isso só é possível porque ele se abre à realidade, se coloca em uma posição de escuta e aprendizado contínuos, promove intersecções e embates subjetivos e, com isso, articula novos aprendizados e registros da sua experiência no tempo. Ele é um "ente de relações" porque, ao se relacionar com o mundo e com os outros, ele também se define e se constrói.

2.3 O historiador público conectado: a mediação tecnológica e a percepção da história em movimento

Por enveredar-se sobre a decodificação da comunicação nos fluxos da dialogicidade e da memória, é preciso considerar o historiador do tempo presente. Essa seara vem legitimar, ainda mais, a História Pública, pois com o advento da internet, dos aplicativos digitais, dos jogos eletrônicos, dos recursos informáticos cada vez mais modernos, do audiovisual, da fotografia, da produção de informativos on line, as práticas e processos do campo têm dinamizado a interação com as audiências, a produção informacional e a circularidade; e levado o historiador à apropriação das mediações tecnológicas, como forma de amplificar e dar mídia aos fatos, às narrativas, aos fenômenos do tempo.

Portanto, um novo historiador se desponta. E qual é o seu perfil? Aquele que, além de detentor dos conhecimentos históricos, também se envereda pelo universo comunicólogo, superando desafios e ampliando conhecimentos sobre como produzir meios de comunicação, seja no universo tecnológico, seja na estruturação da linguagem jornalística, no design estético da imagem, ou quaisquer outros mecanismos utilizados como recursos no processo de disseminação do fato histórico e na busca pela mobilização de atores, numa interação ecossistêmica.

Neste sentido, o mundo virtual, as mediações emergentes das novas tecnologias têm contribuído, de forma estratégica, não apenas para o professor de história pautar de forma

mais atrativa os seus conteúdos programáticos estabelecidos em sala de aula, como, também, no campo da História Pública, para a melhor compreensão do contexto midiático e formulação de programas, projetos ou políticas de engajamento de atores em torno de uma temática de interesse historiográfico em uma comunidade ou em uma agência de socialização. Por exemplo: ao produzir um podcast, sobre um tema abordado em sala de aula, o professor de história é convidado e instigado a também aprender e dominar os recursos informáticos, os aplicativos; ao mobilizar um projeto de História Pública sobre a memória de uma comunidade, utilizando a história oral para o registro, o historiador se coloca na posição técnica de cinegrafista, roteirista e comunicólogo detentor das habilidades específicas de capturas de imagem e domínio técnico para edição posterior, além de preparar o cenário (que também é um texto pictórico - expressando sentidos e narrativas - tão bem explicado na teoria da semiótica sobre os signos e significados).

O historiador do século XXI é aquele amplamente conectado. Muitos deles, inclusive, nascidos após a chegada da internet e a democratização dos aparelhos, aplicativos em celulares e softwares correlatos – os chamados nativos digitais –, que não veem distinção na relação dos debates, docência e construções do campo histórico com as novas tecnologias – e não veem, pois não é questão, para eles. Pelo contrário. É comum, e parte inerente da sua identidade social e profissional, justamente por terem crescido usufruindo destes mecanismos para a dinamização das interações nas relações sociais. Neste sentido, suas percepções sobre a comunicação e sua interface com História Pública são um pouco mais natural.

Mas, diante deste fenômeno ampliado das novas mídias, um tema é considerável: a autoridade, já brevemente refletida anteriormente. Para o professor Bruno Leal Pastor de Carvalho, no seu artigo intitulado “*Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?*”, publicado na coletânea “*Que história pública queremos?*” (2018), esse tema é preocupação manifestada. Ele faz um relato temporal da disciplina de história, ao longo de mais de cem anos, demonstrando como os movimentos acerca da profissão legitimaram o papel do historiador como base para as discussões sobre o tempo.

Da mesma forma em que é uma preocupação, no sentido de lutar contra uma desconsideração desta representação social, ele também tece que parte dos historiadores enxergam esta questão como polêmica, em razão do fato de que, neste sentido, o historiador pode acabar sendo considerado uma espécie de “polícia” do tempo.

Já o professor da Universidade Federal de Uberlândia (MG), Giliard da Silva Prado, em seu artigo intitulado “*Por uma história digital: o ofício do historiador na era da internet*”, paira sobre a relação da história digital com a História Pública, destacando que “as mudanças mais expressivas provocadas pelas plataformas e redes sociais digitais dizem respeito ao público, que já não apenas receptor, mas produtor e disseminador de conteúdo”, (Prado, 2021, p. 19). Nesse aspecto, argumenta que há uma grande quantidade de narrativas históricas sendo produzidas por atores de diversos agrupamentos sociais, usuários da internet, nem sempre historiadores, mas, atores de diversas agências de socialização e interesses, que difundem as suas memórias. E qual o problema nesta questão?

Esse é um ponto crítico de reflexão, pois, mesmo com o discurso da democratização e facilitação do acesso, e o compartilhamento de autoridade, enquanto fenômeno, o papel do historiador como mediador se faz estratégico. Na História Pública, este é um tema fundamental, já que apesar da essência metodológica do campo, ainda assim, a representação social do historiador público enquanto um detentor dos instrumentais acadêmicos norteia a consciência crítica apurada, conforme relato de Noiret (2015).

Construir uma história pública digital que seja capaz de fazer frente e de mediar de modo crítico a manifestação incessante das memórias privadas – e das memórias coletivas embalsamadas – é certamente um papel profissional destinado ao trabalho do ‘public historian’ (NOIRET, 2015, p. 40).

Sob este enfoque nos direcionamos à análise da forma de representação social deste sujeito historiador que, no espaço digital, tem-se, travado, em uma forte disputa em torno do discurso histórico – e não há possibilidade de sair deste embate, em razão da constante elevação desta disputa de narrativas presentes nos mais diversos e democráticos mecanismos de comunicação digital atuais -.

A preocupação de Carvalho (2020), a saber, é manifestada na seguinte questão: Como tudo isso se comportaria em uma sociedade imersa nos meios digitais, em que as noções de reconhecimento e autoria parecem redimensionadas? Ele reflete: “A minha hipótese é que a autoridade do historiador não desapareceu no mundo digital, mas que ela tem sido eclipsada por uma multiplicidade de discursos que, até então, tinham ocupado um papel muito marginal no campo de disputas pelo passado” (p. 171).

O autor lembra que estas complexidades na representação simbólica e de autoridade do historiador, em razão da imersão acadêmica, têm sofrido a exacerbação de disputas muito em razão das transformações ocorridas a partir dos anos 2000, com o advento de uma nova

arquitetura de informação, mais social, mais intuitiva e caracterizada por um alto grau de convergência digital, a internet tornou possível que seus usuários deixassem seus tradicionais papéis de consumidores de conteúdos e se tornassem produtores.

Neste sentido, um fato tem gerado alerta: ainda é tímida a participação dos historiadores no mundo digital, mesmo sabendo que houveram muitos avanços nesta relação sensível. Primeiro, pois, em sua própria formação profissional, tradicionalmente acadêmica, analítica, observadora e introspectiva, nem sempre este mundo informático, midiático, moderno e globalizado no trato interacionista, esteve presente, o que faz com que, hoje, exista uma certa insegurança manifestada. E essa não é uma observação apenas para o mundo da formação do historiador.

O próprio campo da educação, e da formação docente, neste sentido, reluta muito para que a cultura digital e a comunicação (que, aliás, são norteadoras nas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular – BNCC) sejam mais presentes nas escolas e nas formações dos alunos e professores. Tem avançado muito (principalmente depois da pandemia do Covid – 19, em que houve uma ruptura paradigmática acerca das mediações tecnológicas na educação, o que fez com o campo das tecnologias emergentes na educação saltassem em números de instrumentos, aplicativos, metodologias e recursos possíveis).

A Educomunicação, um dos elementos deste tripé que aporta esta pesquisa (História Pública, Educomunicação e Comunicação Pública), estuda justamente esta deficiência na sensibilização sobre o uso dos meios de comunicação e digitais para a dinamização do processo de ensino e aprendizagem (formal, informal ou não formal), e ampliação da consciência crítica. Anteriormente citada aqui nesta pesquisa, entre os fundamentos, áreas e metodologias da Educomunicação, a Mediação Tecnológica, desde o princípio do campo teórico, ainda no final dos anos de 1990, já era uma preocupação que direcionava o olhar de atenção para a educação.

Para que se legitimasse uma alfabetização midiática – e um letramento midiático – era preciso que os professores, desde a sua formação docente, tivessem o contato, a experiência prática, e a práxis digital. Mas, foi só após a pandemia é que este despertar sagrou-se ainda mais urgente para as autoridades políticas, pesquisadores, órgãos do governo, instituições educativas privadas.

A relação desta reflexão com o universo de formação do historiador, justifica, de certa forma, como este campo digital encontrou novas configurações na produção subjetiva, no encantamento, no despertar para as pontes possíveis entre os campos, na apropriação dos mecanismos comunicacionais. Mas, ainda é tímida, se comparada, hoje, com o universo da

pedagogia, que já prepara o educador para um mundo amplamente midiaticizado, visando, justamente, o enfrentamento dos fenômenos do tempo presente. Carvalho (2020) também alertou sobre isso

Parece evidenciar uma inversão: se “no mundo analógico” o historiador era uma voz hegemônica ou a grande autoridade na produção dos discursos sobre o passado, no “mundo digital” esta autoridade está fragmentada. Há, hoje, muitas “vozes autorizadas” a produzir esse tipo de discurso. Essa autoridade escora-se em dois pressupostos fundamentais: embora não sejam os únicos: 1) a capacidade de alcançar grandes audiências, o que parece, por si só, revestir o produtor de discurso de credibilidade diante do grande público; e 02) a capacidade de dominar a nova linguagem digital, garantindo presença no “espaço público” virtual e sendo eficaz na comunicação com ampla audiência. Atualmente o historiador tem encontrado muita dificuldade para dominar estes dois pressupostos (Carvalho, 2018, p. 170).

Apesar de desafiada, a autoridade do historiador ainda é a base fundamental para a concretude informacional sobre a historicização, compreensão dos fenômenos que circundam as narrativas do tempo, além de entender as complexidades de eventos históricos. Isso, pois, a formação e a atuação do historiador/pesquisador são marcadas por um rigor metodológico que exige tempo, reflexão e análise crítica. Embora cada vez mais presente, o historiador precisa ocupar o “espaço público” da internet, e dos demais meios de comunicação, ampliando o hall das atuações e representações.

É justamente nesta “ausência de tomada de espaço”, que narrativas radicais reacionárias, fundamentalistas e de clara ideologia de contestação, se apresentam, ganhando audiências, lucrando com a desconstrução historiográfica. Ou seja: como na internet não há uma curadoria rigorosa, pode haver a disseminação de revisionismos históricos que buscam negar ou minimizar eventos significativos, como genocídios, ditaduras, ou movimentos sociais, a partir de uma interpretação tendenciosa. Carvalho (2018) também tece considerações sobre o tema, quando expressa que “por muito tempo, os departamentos de história estiveram afastados do grande público. Então, enquanto a pesquisa e o ensino se constituíram em óbvias inclinações para os historiadores, a divulgação científica nunca foi encarada (Carvalho, 2018, p. 170).

Rovai (2016) nos orienta que a democratização dos acessos e da produção de mecanismos de disseminação da história, na reflexão e construção do campo, possibilitam o “amadurecimento de uma sociedade em busca da compreensão de si mesma enquanto coletividade”, (p.186). É fato que este é um processo estratégico para que os atores sociais tenham contato com os informes históricos relevantes para a decodificação dos fatos e produção do conhecimento histórico.

Este novo paradigma social, discursivo e de representação a que o estudo do tempo, a partir das tecnologias e da internet busca fazer morada, é um desafio contínuo. Castells (2005), nos informa que “vivemos uma sociedade em rede”; ou seja, “uma sociedade da informação”, em que os fluxos de dados intensos provocam uma necessidade de negociação intrínseca sobre o que, porque e para que consumir determinadas informações. E se assim o fizer, este intenso fluxo de dados pode limitar as possibilidades, os interesses e o tempo destinado à plena decodificação, justamente em razão de sua quantidade e facilidade de acesso.

Neste sentido, urge o receio de que nestes cenários digitais produzam-se histórias sem a mediação do historiador (Rolland, 2004), correndo o risco da perda de rigor científico, bem como uma presença de pluralidade e diversidade subjetiva que complexifica a pavimentação para uma consciência história. O “ponto chave” para entender este processo é a forma como a narrativa das representações se manifesta. O discurso, em operação. É por isso que neste mundo epistêmico e complexo da história digital, muitas esferas norteadoras orbitam em seu torno, buscando articular a disponibilização de contributos advindos da fundamentação de suas áreas.

A história digital, história oral, história do tempo presente, história pública, apesar de suas especificidades epistemológicas, convergem, entre si, já que pressupõem um novo olhar subjetivo e humanizado para a experiência do “ser” e do “estar” no tempo histórico, a partir de um ecossistema comunicacional, mediado por uma pedagogia da dialogicidade (E é aqui, portanto, que a Educomunicação, se configura, também, como elo norteador desta aprendizagem coletiva sobre estas narrativas do tempo em construção e movimento na história).

Anita Lucchesi (2014), no seu artigo intitulado: “*Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital*”, que compõe o volume 17 do *Dossiê História Oral*, em consonância com a reflexão anterior, nos aporta, com as seguintes manifestações

A história oral (pela inclusão de novas fontes), a história do tempo presente (pela abolição do “precioso” distanciamento), a história digital (pela sua radical proposição de novas formas de comunicação histórica) e, por fim, a história pública (por sua diversificação de audiência e possibilidade de engajamento em políticas públicas) questionam as regras estabelecidas na historiografia há longo tempo, e, talvez por isso, enfrentam resistências enquanto metodologias, perspectivas, modos de escrita e de divulgação histórica. Essas histórias e os seus diferentes registros, mediados pela tecnologia, implicam uma ampliação das áreas de atuação dos historiadores e trazem para o debate discussões acerca do compartilhamento de autoridade (Luchecci, 2014, p. 58-59).

Neste sentido, a cultura digital em sua conexão com o campo da história, igualmente complexa em seu entendimento por ser um campo que vislumbra muitos conceitos, também manifesta interface, mobilizando, assim, as práticas e processos dentro dos ambientes virtuais coletivos, a partir do intercruzamento de sentidos, o que, aliás, vem ao encontro do Lucchesi (2012) chamou de “história sem fio”, por não permear por uma linearidade radical, e sim, um conjunto de aspectos norteadores orbitando, contribuindo, convergindo, construindo.

Dissemos ‘sem fio’, por um lado, por percebermos que a possibilidade dos deslocamentos humanos atuais – reais/analógicos e cibernéticos/virtuais simultaneamente – se dá graças às novas Tecnologias de Informação e Comunicação, que permitem uma nova noção de espacialidade, em que nem mesmo estar conectado a um aparelho eletrônico fixo ligado a fios (wired) é necessário para circular no ciberespaço [...]. Por outro lado, chamamos a História desta contemporaneidade quase ‘líquida’ – como apreçaria Zygmunt Bauman – de ‘sem fio’, pois, ao menos no que diz respeito à operação historiográfica a partir das fontes históricas próprias da Era Google, percebemos que os historiadores ainda não encontraram o fio da meada (Lucchesi, 2012, p. 5-6).

Ao buscar entender este “fio da meada”, do qual se configura a partir dos conflitos identitários dos historiadores no tempo presente mobilizando uma História Pública, outro tema pode nos ajudar a associar melhor o conceito: a aceleração social do tempo. É temática incontestada nesta discussão a que se propõe esta pesquisa, pois, os fenômenos adversos que têm alterado as percepções sobre a experiência da vida, também têm afetado a forma como enxergamos e sentimos o trajeto temporal.

Com as mediações tecnológicas agilizando a nossa relação com os fatos, com as fontes, e até mesmo já nos propiciando a interpretação dos objetos e fenômenos por meio da inteligência artificial, o tempo para a observação apurada, tem sido cada vez mais escasso. Na obra *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*, o sociólogo alemão Hartmut Rosa (2019, p.69), diz que esta experiência sobre um pressuposto moderno para tentar explicar o fenômeno do tempo presente, configura uma “enorme aceleração do mundo e da vida e, assim, do fluxo de experiência de cada indivíduo”.

A jornalista, mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) e doutora em Educação (FE-USP), Michele Prazeres (2021), em seu artigo “*Tecnologias, aceleração e educação: aproximações entre as noções de aceleração social do tempo, moderna socialização escolar e cultura slow*”, aprofunda o conceito de aceleração social do tempo e os efeitos deste fenômeno. Segundo ela, ao analisar o campo, três dimensões são detectadas para embasar as

estruturas temporais da modernidade: a aceleração técnica, a aceleração das transformações sociais e a aceleração do ritmo de vida. Este último, “concerne ao aumento da frequência de ações e vivências por unidade de tempo, gerador da sensação de falta de tempo” (p.53).

O processo de aceleração social do tempo teria motores propulsores, que são as convicções, ideologias ou normas por trás do fenômeno aceleratório: (1) o motor social ou competição, que representa a base do sistema socioeconômico capitalista; (2) o motor estrutural ou o equivalente à promessa da “vida eterna” através da maximização de experiências de um ciclo de vida; e (3) a força propulsora interna, que seria o círculo aceleratório de reforço mútuo entre as categorias da aceleração. (Prazeres, 2021, p. 53).

Essas contribuições de Prazeres são fundamentais para compreender como a vivência contemporânea do tempo se articula em diferentes esferas, gerando uma percepção de escassez temporal que impacta diretamente a capacidade de reflexão e apropriação do passado. Essa discussão sobre a aceleração social do tempo se conecta de maneira produtiva com a historiografia, em especial com o debate sobre o presentismo, conforme postulado por François Hartog (2003) em sua obra *“Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo”*, ou sobre a noção de presente estendido, de Andreas Huyssen (2000) em *“Presentes Passados: história, memória e política”*. Ambas as perspectivas buscam entender a superposição do presente e a dificuldade em estabelecer uma clara distinção com o passado, um fenômeno que, como aponta Prazeres, é intensificado pela aceleração social.

A partir disso, o professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Adilson Citelli – uma das maiores referências em pesquisas sobre a aceleração social do tempo -, em sua coletânea denominada: *“Comunicação e educação: os desafios da aceleração social do tempo”* (2021), reúne reflexões potentes sobre as suas pesquisas acerca das dinâmicas do tempo histórico em construção – e em movimento - na sociedade contemporânea, especialmente dentro do contexto das novas tecnologias e da comunicação, bastante intervencionistas nas produções das subjetividades.

Ele, também, é pesquisador e uma das maiores referências na teoria da Educomunicação no Brasil (paradigma que surgiu e desenvolveu -se justamente na ECA – USP), especialmente no aspecto das mediações tecnológicas. A sua crítica sobre a Aceleração Social do Tempo traz um direcionamento de olhar sensível à distinção entre o *tempo linear* e o *tempo fragmentado*. Com o advento cada vez mais presente e inovador das novas tecnologias em associação com os estudos historiográficos, a dimensão do tempo (agora bastante imediatista) ganha novos contornos e desafios, principalmente no que tange ao cerne de sua estrutura de linguagem, dos componentes sensíveis da narrativa.

Quadro 1: Interface e diferença entre áreas

ASPECTOS	HISTÓRIA PÚBLICA	EDUCOMUNICAÇÃO	COMUNICAÇÃO PÚBLICA
FOCO PRINCIPAL	Democratização do conhecimento histórico	Processos educativos mediados pela comunicação	Ecossistema comunicacional ampliado entre instituição pública e sociedade
OBJETO CENTRAL	Produção, mediação e circulação de narrativas históricas	Práticas pedagógicas com uso consciente da comunicação e mídias	Transparência, prestação de contas, comunicação cidadã
RELAÇÃO COM O PÚBLICO	Coautoria e escuta ativa das memórias e saberes sociais	Participação ativa dos estudantes/ comunidades como produtores de conteúdo	Diálogo horizontal entre este Estado e participação popular
METODOLOGIAS TÍPICAS	Oficinas, exposições, engajamentos e circularidades em rodas de diálogo, mediações em museus.	Projetos interdisciplinares de produção de comunicação: podcast, rádio – escola, audiovisual, blogs, HQ's e Jogos Digitais.	Campanhas públicas, ouvidoria, mecanismos de interação e participação, linguagem acessível.
INSTRUMENTOS FORMATOS	Produtos culturais: documentários, mapas, documentos, trilhas de aprendizagem, mídia, informativos.	Redes sociais educativas, alfabetização e letramento midiático, Educação para os Meios, gestão da comunicação	Portais institucionais, programas de Comunicação Pública e engajamento social, mídias sociais.
INTERSECÇÕES	Projetos com construção de memórias, circularidades e engajamentos de atores, produção de mídias.	Pedagogia de projetos educacionais, formação em mídia e educação.	A comunicação como direito social, democratização da comunicação, estratégias de ampliações de coeficientes dialógicos

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Em relação à interface das áreas legítima a perspectiva dos Trânsitos Possíveis, como aponta o quadro acima, podemos situar que não estamos mais na linearidade da percepção temporal, e sim, em um fenômeno que apresenta, de forma fragmentada e simultânea, as atividades e as relações do cotidiano, inclusive sobrepondo-se, o que gera uma sensação de que o tempo está se esgotando. Percebe-se que este acaba tendo efeitos profundos sobre as relações sociais e a forma como lidamos com a percepção, com os sentidos, com a alteração da experiência subjetiva dos indivíduos com o tempo histórico. Esta aceleração pode gerar um

sentimento de desconexão, uma vez que as interações humanas tendem a ser mais superficiais e rápidas.

O percurso teórico traçado neste capítulo nos permitiu compreender a História Pública como um campo em constante desenvolvimento, que, embora tenha enfrentado críticas e debates sobre sua dimensão pragmática e sua legitimidade acadêmica, se consolida como uma área fundamental para a democratização do conhecimento histórico. Observamos que sua força reside justamente na capacidade de mobilizar os atores sociais, promover a autoridade compartilhada e atuar como um agente de consciência histórica em um mundo cada vez mais acelerado e midiaticizado.

Contudo, para que essa atuação se torne efetiva e estratégica no contexto contemporâneo, é imperativo que a História Pública se aproprie de ferramentas e metodologias que a conectem diretamente com o público. É nesse ponto que a presente pesquisa avança, propondo que a interface com a Comunicação Pública se configura como o principal eixo de ancoragem para analisar a prática da História Pública em ambientes institucionais. Desse modo, o próximo capítulo se dedicará a analisar como a História Pública é narrada nos portais oficiais de governos, investigando as memórias, características e proposições que emergem dessas narrativas, sob a gerência da Comunicação Pública e sob a ótica dos princípios da Educomunicação.

CAPÍTULO 3

A HISTÓRIA PÚBLICA NARRADA NOS PORTAIS OFICIAIS DOS GOVERNOS, SOB GERÊNCIA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA: MEMÓRIAS, CARACTERÍSTICAS, OLHARES E PROPOSIÇÕES

Diante do que foi apresentado, esta pesquisa busca mobilizar uma conexão possível entre a História Pública, a Educomunicação e a Comunicação Pública, a partir da análise da forma das narrativas memorialísticas presentes nos portais oficiais das Prefeituras de Andirá e Bandeirantes, no “Norte Pioneiro” do Paraná; muitas delas, sendo replicadas de maneira idêntica há muitas décadas, gerando um círculo vicioso de consumo informacional.

Pensar o papel da memória em constantes tensões no processo de legitimação de identidades individuais e coletivas, é desafio oportuno. Este é um aspecto fundamental que se faz necessário diante de um exercício de redirecionamento de ótica, já que ela pode articular uma narrativa da experiência existencial de um indivíduo ou coletivo, fomentando uma análise de como ela se molda e quais intervenções ela sofre ao longo de suas manifestações.

No livro *Memória e Identidade* (2011), Joel Candau nos possibilita uma vasta referência crítica para que possamos articular reflexões em consonância com a História Pública e, em consequência, com o meu objeto de pesquisa. Na obra, ele coloca a memória em um estado de fenômeno social, e não apenas um fenômeno individual, já que o ator social se constrói, em sua historicização cultural a partir dos contributos relacionais subjetivos orquestrados a partir da comunicação com um outro.

O autor alerta para a importância de um certo letramento, ou habilidade decodificativa, já que sociedades constroem narrativas do passado, muitas vezes, articuladas por intervenções de poder advindas das mais diversas esferas, impactando memórias e identidade de um indivíduo ou de um coletivo em determinado cenário de construção social. Neste aspecto, vale observar estas questões norteadoras: De que maneira as narrativas dominantes influenciam as memórias coletivas? E como outras narrativas marginais ou contra-hegemônicas, mobilizadas por meio de uma comunicação comunitária efetiva, surgem para contestar o que é lembrado oficialmente? Por tratar, a memória, de um ambiente narrativo de poder, Candau (2011), nos lembra que essas memórias estão em constante negociação entre o individual e o social, o público e o privado, o esquecido e o lembrado.

Esta leitura amplia o nosso senso crítico sobre a responsabilidade do papel da história pública, principalmente, hoje, neste tempo de advento tecnológico, enquanto paradigma

aplicado por meio da utilização da seara digital e comunicacional.

Pensar a dimensão pública da história local, narrada em portais institucionais de comunicação, é um pressuposto da História Pública que objetiva articular o direcionamento de olhar – e de sentidos – crítico sobre as formas e os contextos ali expressos. No artigo intitulado *Como fazer a história se tornar pública, e para quem?*, Andréa Telo da Côrte, Joana da Silva Barros, Livia Maria Garcia Lima, Maria Silva Duarte Hadler, Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Michel Kobelinsk, tecem, coletivamente, uma reflexão instigante sobre a representação social da história local. São deles estas palavras:

A dimensão pública das histórias e memórias locais se realiza não apenas na publicização de acervos museais, nos arquivos, nos livros, ou no conjunto de narrativas orais, mas sim na sua própria construção por um público plural, ativo e participativo com quem se compartilha a autoridade e, muitas vezes, a autoria. (Côrte *et al.*, 2021, p. 99).

Isso, pois, como enfatiza Marta Gouveia de Oliveira Rovai, expoente da História Pública no Brasil, em seu artigo *Publicizar sem simplificar – O historiador como mediador ético*, pavimentar os campos para o diálogo aberto e democrático, respeitando a diversidade de vozes e histórias, é um aspecto estratégico e necessariamente ético. Ela expressa, na coletânea intitulada *História Pública em Debate – Patrimônio, Educação e Mediações do Passado*, que “a História Pública é um posicionamento intelectual e político de observação da realidade” (Rovai, 2018, p. 187).

O interesse por investigar como se opera a construção, a disseminação e a absorção (efeitos subjetivos) das narrativas históricas veio, principalmente, como relatado anteriormente, pelo fato de ter minha vida profissional sido construída, em grande parte, no mundo da Comunicação Pública. Fui Secretário Municipal de Comunicação em gestões de prefeituras no Norte Pioneiro; além de ter sido Secretário Municipal de Cultura, também articulando, nesta região, ações voltadas às políticas de democratização cultural.

Na Comunicação Pública governamental, eu tinha acesso, nas prefeituras, à gerência dos espaços virtuais voltados à narrativa do tempo, inclusive analisando, como jornalista, a estrutura da linguagem. Como gestor da comunicação institucional (jornalista governamental), cuidava do site das Prefeituras alimentando o setor de produção de notícias jornalísticas e projetos de comunicação, mas, raramente, alguma inserção significativa no setor historiográfico (apenas de cunho estético, diagramático, no design, quando necessário).

Isso, inclusive, me desperta, ao olhar crítico sobre o efeito da replicação informacional e do cuidado com estas narrativas. É como se não pudesse mexer em algo sagrado, em uma

narrativa sagrada. Está lá. Replica-se, por gerações. Mas não se altera. Uma espécie de ordem velada, o que sempre me provocou curiosidade crítica.

Já na gerência da Secretaria de Cultura de Andirá, entre os equipamentos públicos que estavam sob minha gestão, a Casa da Memória Prefeito Roberto Simoni (Museu de Andirá, onde realizei a ampliação, o planejamento de visitas, ações de restauro, projetos de inserção da comunidade – inclusive, com os pioneiros), o Cine Teatro São Carlos (um centro cultural histórico com mais de 70 anos de existência, onde realizei muitos eventos de cunho cultural, como: *Encontrão dos Pé Vermeio* – reunião dos pioneiros da cidade que residem em outras comunidades; sessões de filmes; espetáculos culturais, exposições de artes), a Biblioteca Municipal (onde, inclusive, desenvolvi, por vários anos, um projeto chamado Sarau Literário, reunindo escritores, cronistas, poetas e poetisas, de Andirá, para homenagens e apresentações de suas vidas e obras), foram algumas das ações que, de certa forma, relacionavam-se com o fio histórico da comunidade.

As indagações que me provocavam reflexões sobre estas memórias eram diversas, desde a estruturação textual, sob o aporte do gênero biografia, contada em narrativa temporal por períodos; ou, em alguns momentos, expressando a memória a partir de um gênero romanesco, quase acoplado à uma literatura mágica. Como jornalista e apaixonado por literatura, e por política, os relatos históricos das comunidades sempre me encantavam, ao tempo, também, em que me instigavam reflexões críticas sobre a representação social, personagens, fatos, hierarquização simbólica dos pioneiros (em grande parte, imigrantes), silenciamentos de atores tradicionais, narrativas intencionais construindo ou desconstruindo memórias do coletivo, e até mesmo a forma como a representação pictórica – com seus discursos imagéticos.

Mas foi ao ler um artigo científico denominado “*Histórias de Municípios narrados nos seus sites oficiais: a História Pública e o seu potencial para a pesquisa em história*”, publicado em 2017 na tradicional Revista *Tempo e Argumento*, e escrito pelo Profº Drº Jorge Pagliarini Junior, que por sinal, veio a ser meu orientador, posteriormente, no mestrado em História Pública, no PPGHP – Unespar (campus Campo Mourão/PR), que o desejo, ainda mais apurado em intensificar o direcionamento de olhar para estas narrativas virtuais das prefeituras, acabou culminando nesta pesquisa. Foi este estudo, inclusive, que me instigou à adentrar ao mestrado em História Pública, a partir do despertar curioso sobre como poderia ser feito algo epistemológico semelhante sobre o “Norte Pioneiro”, já que havia uma carência de levantamentos informacionais e pesquisas correlatas.

O professor e pesquisador permeou a sua pesquisa sobre a análise dos portais oficiais

em 25 municípios que compõem a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM).

Tendo por ancoragem a História Pública, nossas preocupações teóricas e epistemológicas apontam para a revisão do campo da história mediante a análise e a reflexão em torno dos usos e dos significados da narrativa histórica voltada para o grande público, não especialista, nas suas implicações na relação entre memória (esquecimento) e identidade (Pagliarini Junior, 2017, p. 248).

O estudo inspirou esta pesquisa, que aliás me foi de grande referência para o despertar sobre o campo teórico, associando os meus estudos em Comunicação Pública e Educomunicação, aplicados nas comunidades de Andirá e Bandeirantes, onde os meus constructos laborais no campo temático a que se propõe esta pesquisa está alocado.

A pesquisa, nesta fase, delinea-se em cinco eixos fundamentais:

- A identificação e o registro da realidade situacional dos conteúdos históricos nos sites oficiais (no âmbito da forma da estrutura linguística das narrativas e na estrutura pictográfica destas narrativas);
- O encaminhamento de questionário alusivos aos setores responsáveis pela gerência dos informes historiográficos das comunidades em sites governamentais;
- O discurso político ou ideológico (aqui, engendrado na percepção da hierarquização ou silenciamentos possíveis de detecção);
- A proposta de uma ação de intervenção em História Pública Digital, com foco na formação dos gestores dos setores de Comunicação dos municípios, com o fito específico de articular a reflexão crítica e a consciência história, a melhor circularidade e o engajamentos, pressupostos da História Pública.

O objetivo é analisar como as memórias destas comunidades são midiaticizadas, disponibilizadas nos mecanismos digitais (sites), impactando um estado de percepção social sobre o pertencimento coletivo dos cidadãos. Afinal: “Não podemos discutir memória pessoal, geracional ou pública sem considerar a enorme influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as formas de memória” (HUYSEN, 2004, p. 20-21).

No artigo intitulado: *Os historiadores do lado de fora: uma historiografia pública dos sites das prefeituras do Estado do Paraná*, publicado na Revista NUPEM, os autores Thiago Reisdorfer e Jorge Pagliarini Junior traçam uma linearidade amplamente fundamentada sobre o comportamento das narrativas históricas nos portais oficiais das Prefeituras do Paraná. Eles destacam que, nos portais oficiais das Prefeituras investigadas, “a narrativa prima pelo esforço de didatização de conteúdos e procura alcançar uma força explicativa. A sua lógica

é, também, a lógica do seu leitor, e sua tessitura envolve posicionamentos diversos, todos eles concatenados com a definição de recortes temporais e temas históricos. (Reisdorfer; Pagliarini Junior, 2024, p. 4).

Complementam, justificando a pesquisa

Acreditamos que o reconhecimento das temáticas centrais dessas narrativas e mesmo o entendimento de suas formas de contar a história local e/ou regional, bem como sua análise conceitual a partir das temporalidades, contribuam, de maneira significativa, para o seu entendimento e, quiçá, para uma futura atuação de profissionais da História em parcerias e/ou no gerenciamento desse tipo de produção histórica. Portanto, uma historiografia pública, útil para o desenvolvimento de práticas de história pública, encontra aqui um caminho de diálogo e aprendizado, no qual as características do hipertexto, as produções da e na internet, e o entendimento da aplicabilidade da história na sua apresentação pública e “didatizada”, necessitam ser considerados (Reisdorfer; Pagliarini Junior, 2024, p. 16).

A pesquisadora e historiadora Janice Gonçalves (2023), no artigo *Redes e compartilhamentos que reconfiguram a história*, que integra a coletânea *História Pública e História Conectada*, lembra que “um dos pontos em comum entre a história pública e a chamada história conectada é a intenção de renovação da prática historiadora. Essa intenção se revela no impulso para ampliar públicos (ou audiências) em relação ao conhecimento histórico produzido”. Neste viés, a autora ressalta o movimento de renovação da historiografia ao buscar formas mais inclusivas e interativas de apresentar e compartilhar a história, aproveitando novas plataformas e estratégias para alcançar e envolver pessoas fora do universo acadêmico tradicional.

Seja pelo viés da estruturação linguística, em narrativas sobre o tempo histórico, ou, inclusive, analisando a iconografia disposta, as imagens, fotografias e esboços, também são textos não verbais que operacionalizam sentidos sobre o objeto. Em muitos casos, estes elementos informacionais complementam a narrativa verbal, ilustrando-os, e orquestrando sentidos e emoções. Portanto, são muito importantes e carecem de habilidades decodificantes.

Peter Burk (2017, p.25), em seu livro “*Testemunha ocular – o uso de imagens como evidência histórica*”, diz que “imagens, assim como textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular”.

Marcelo Abreu (2021), no artigo *Fazendo História em comum – divulgação histórica, exposição, documentário e história pública*, na coletânea *Fazendo História Pública*, explica que a História Pública se define, entre outras coisas, pela autoria e autoridade compartilhada. “Uma compreensão dessa partilha enfatiza o engajamento de historiadores e

historiadoras profissionais com instituições ou grupos sociais que não se constituem a partir de princípios disciplinares” (p. 73). O autor nos leva à percepção de que, seja no mundo virtual, ou na articulação de estratégias de mobilização de atores e agrupamentos sociais, a História Pública se faz presente, a partir da narrativa propiciada e difundida.

3.1 Estrutura Metodológica: processos

A pesquisa permeia por duas vertentes procedimentais, sendo uma analítica e outra propositiva (trataremos da perspectiva propositiva mais adiante). Por sua vez, a pesquisa analítica divide-se em duas abordagens: a primeira, em uma *Pesquisa Bibliográfica*, com foco no aporte teórico que sustenta o conjunto de campos que propõem-se à intersecção do objeto (História Pública, Educomunicação e Comunicação Pública); e a *Pesquisa Exploratória*, que irá delinear-se pela investigação dos sistemas narrativos, a partir do foco documental, nos portais dos municípios elencados. Ambas as estruturas metodológicas, embasam-se na *abordagem quali quantitativas*. Nesta abordagem, unem-se a descrição, classificação e interpretação de informações.

Usar nas pesquisas científicas a combinação de dados advindos de abordagens qualitativas e quantitativas pode ser muito importante para compreender eventos, fatos e processos, o que exige uma profunda análise e reflexão por parte do pesquisador. Este, além de seu papel de observador, vê-se instigado a buscar procedimentos de coleta de dados que possam correlacionar as suas experiências à teoria que embasará suas observações atendo-se à forma de apresentar os dados obtidos. Por conseguinte, verifica-se a possibilidade de correlação entre as duas abordagens. Esse viés metodológico de pesquisa denomina-se método misto ou *qualiquanti*. (Rodrigues; Oliveira; Santos; 2021, p. 168).

Bernandete Gatti (2004), uma das maiores pesquisadoras em educação do país, integrante da Fundação Carlos Chagas, define a interface das abordagens qualitativa e quantitativa (*quali quantitativa*), asseverando que não são antagônicas, ao contrário, são complementares e oportunizam compreender melhor os fenômenos que orbitam o objeto investigado. Ela ainda diz que “o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (Gatti, 2004, p. 21).

Ela defende a interface dos métodos, ao tempo em que destaca que, naturalmente,

ambas necessitam caminhar juntas, já que apenas a abordagem quantitativa, por exemplo, não seria suficiente para dar conta da apresentação temática.

Explicando cada uma delas, tem-se o seguinte: no âmbito da *abordagem qualitativa*, segundo Minayo (2009), ela

Trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009, p. 21).

Já na seara da *abordagem quantitativa*, a perspectiva metodológica é a de *mensuração* ou *quantificação* de um determinado fenômeno, “o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 69).

Flick (2004), diz que a intersecção destas abordagens potencializa, ainda mais, a qualidade da pesquisa, já que além do vasto arsenal teórico descritivo, ainda se fundamenta em levantamentos de dados, cujo a missão seja, fundamentalmente, validar a observação. Antes da análise do *corpus*, é preciso descrever alguns conceitos e autores que darão fundamentação à estrutura teórico-metodológico desta seção do trabalho, a que se propõe a apresentação e decodificação das narrativas temporais nos portais oficiais, bem como a apresentação e interpretação de projetos, políticas, programas e ações dos setores de Comunicação Pública que, eventualmente, já interseccionam-se com os campos que sustentam o objeto desta pesquisa.

Para fazer a interpretação desse objeto, optei pelo método da *Análise de Discurso Crítica (ADC)*, campo de pesquisa que estuda a influência das relações de poder nas estruturas narrativas, sobretudo midiáticas. A teoria foi criada, entre outros, por Norman Fairclough (2001), linguista britânico, cujo o foco epistêmico permeia sobre a concretude dos lugares da linguagem nas relações sociais, intervindo nos espaços coletivos e propiciando mudanças sociais e interações.

A proposta de trazer o contributo do campo visa, como pavimento referencial, decodificar as nuances das narrativas nos Portais Oficiais. Para este autor, o discurso não deve ser considerado uma ação individual, e sim, uma prática social, a partir de múltiplas orientações: cultural, política, econômica, ideológica, podendo, inclusive, ser atravessado por todas elas. Barreto (2019), ressalta que a ADC é uma proposta teórica e metodológica que permite investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia.

Fairclough (2001) em seu viés tridimensional, aponta três dimensões estratégicas que

devem ser consideradas na Análise de Discurso Crítica (ADC): texto, prática discursiva e prática social. Ele também refere-se à estrutura de narrativas discursivas como uma espécie de *arquitetura do texto*, direcionando um olhar atento à forma e aspectos superiores de planejamentos de diferentes tipos de texto.

Outro autor utilizado neste intento epistemológico é o Theodoor Jacob "Theo" van Leeuwen, linguista, semioticista, conhecido especialmente por sua pesquisa nos campos da semiótica social, da multimodalidade e da análise crítica do discurso. Baseamo-nos na proposta de ADC do van Leeuwen (1996), pois ele propõe modos possíveis de representação dos sujeitos a partir de um *inventário sociossemântico*, método este, conhecido como *Representação de Atores Sociais*, que trata das formas através das quais práticas sociais são representadas nesta construção discursiva.

A partir da ótica de Fairclough e Van Dijk, a análise das narrativas históricas no site da Prefeitura de Andirá pode ir muito além do "o que aconteceu". Isso, pois, a ADC pavimenta caminhos estratégicos para buscar entender ou investigar como a história é construída discursivamente, por que certas versões são privilegiadas e quais os efeitos de poder dessa representação histórica na comunidade de Andirá, podendo, possivelmente, revelar camadas ideológicas e dinâmicas de poder que se escondem por trás das narrativas aparentemente neutras de um site institucional.

A título de demonstração do processo de pesquisa, foram realizadas as leituras dos textos nos quatro sites, a decodificação de cunho expositiva e organizacional das formas (tipos) de narrativas, além das representações pictóricas inseridas nas memórias dos municípios.

3.2 Andirá, Bandeirantes, Santa Amélia e Itambaracá – o conceito de Região

A análise reflexiva e crítica das narrativas históricas dos portais são os nortes fundantes desta pesquisa, junto à percepção sobre como os portais se comunicam com os públicos. No princípio do trajeto desta pesquisa, havíamos pensado em tecer uma análise sobre toda a região do “Norte Pioneiro”, compreendendo um conjunto de 29 municípios. Entretanto, visando o aprofundamento da interpretação e, principalmente, a aproximação sensível dos pressupostos do estudo com a minhas experiências – como destacado, anteriormente, no capítulo I -, optei pelas cidades de Andirá e Bandeirantes. Justifica-se esta escolha muito em razão de toda historicidade laboral, de intervenção comunicativa e de pesquisas, terem sido articuladas ao longo de quase 20 anos por este pesquisador, nestes espaços. Esta é a razão da escolha espacial delimitada.

Entretanto, como estas duas cidades integram-se com uma diferença de 20 Km de distância, achei oportuno pensar com um olhar micro-regional, ampliando, assim, o recorte espacial da investigação para a inserção de mais duas cidades - Itambaracá e Santa Amélia – que também fazem divisa territorial. As narrativas que aportam a construção das fronteiras dos territórios mostram que não há muita distância de sentidos existenciais, mas, de conexões históricas entre ambas. Como destacado pelos pesquisadores Jorge Pagliarini Junior e Leandro Baller, na obra: *Uma leitura sobre as novas configurações migratórias: análise no/do tempo presente em narrativas orais e de jornais*: “Os sujeitos falam de si ao falarem dos espaços e, numa das suas acepções, o espaço pode ser entendido pelas fronteiras que distanciam, mas que também aproximam pessoas” (2019, p. 131).

Para melhor entender este processo, se faz necessário uma breve tessitura referencial sobre o conceito de Região.

Para Reckziegel (1999)

A região só se entende, metodologicamente falando, como parte de um sistema de relações que se integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade. Assim, pode-se falar tanto de uma região no sistema internacional, como de uma região dentro do estado nacional ou dentro de uma unidade de um sistema político federativo. Pode-se falar, igualmente, de uma região cujas fronteiras não coincidem com fronteiras políticas juridicamente definidas. O que não se pode perder de vista, no entanto, é que a significação analítica e a utilidade explicativa do conceito de região dependem de sua referência constante ao sistema global de relações do qual foi recortada (RECKZIEGEL, 1999, p. 20).

Carbonari (2009) nos aponta que o conceito de região pode ser acoplado à perspectiva do movimento; portanto, a história em processo de interfaces e construções contínuas no tempo. Ele diz

El espacio regional, no es, por tanto, un espacio fijo, sino un espacio social con conjuntos heterogéneos en continua interacción. Es testimonio del pasado que actúa sobre el presente y condiciona el futuro. Analizarlo implica verlo como un espacio dinámico, en continuo movimiento. Por tanto, como producto de la historia y que al mismo tiempo actúa sobre la historia (Carbonari, 2009, p. 28).

No campo da História Pública, especialmente ao analisar narrativas municipais, como é o caso desta pesquisa, a noção de região é fundamental para compreender e situar as histórias locais. Mais do que um simples recorte geográfico, a historiografia a entende como espaço de interação cultural, social e econômica, cujas identidades e dinâmicas ultrapassam fronteiras administrativas e interseccionam sentidos e culturas. Autores como Jacques Le Goff e Peter Burke destacam a importância de se examinar as identidades e memórias coletivas que

se constroem em determinado território.

Para Burke, a história regional evidencia singularidades de um povo ou lugar, muitas vezes ausentes nas narrativas nacionais. Em *A Escrita da História: Novas Perspectivas*, afirma que a história regional "procura desvendar as particularidades de uma sociedade local, suas crenças, práticas e instituições, que não se encaixam facilmente em generalizações maiores" (BURKE, 1992, p. 78). Assim, a região é um espaço onde tradições locais dialogam com influências externas, gerando culturas híbridas e em constante transformação.

Essa perspectiva converge com a da escola dos Annales, em que Braudel, em *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, ressalta a persistência de estruturas geográficas e sociais, defendendo que a história também é a "história de lenta duração, de estruturas que duram e mudam, e que se superpõem às conjunturas" (BRAUDEL, 1995, p. 19).

A análise das narrativas oficiais dos municípios de Andirá, Bandeirantes, Santa Amélia e Itambaracá revela que suas histórias não são isoladas, mas inseridas em um contexto regional mais amplo, marcado por processos comuns, como colonização, desenvolvimento agrícola e construção de identidades. Como afirma Le Goff, a memória coletiva "não é um mero registro do passado, mas uma construção ativa que confere sentido à identidade de um grupo ou de uma comunidade" (Le Goff, 2003, p. 42).

3.3 O “Norte Pioneiro”

Ao buscar tecer a ótica regional, não podemos, nesta pesquisa, deixar de trazer, mesmo que brevemente, uma reflexão sobre o conceito de “Norte Pioneiro”, já que estas cidades citadas na pesquisa integram, também, esta região, assim denominada. O historiador Mateus Torelli Fidelis, no artigo denominado *Reocupação do Norte Pioneiro do Paraná: o caso de Cambará, Alambary e os indígenas*, reflete sobre o constructo de representação social articulado na terminologia.

A terminologia utilizada para denominar essa parte territorial– norte “Pioneiro”–se torna um tanto problemática, pois parte do princípio de uma formação identitária que corrobora para a reificação da história do vencedor, do “pioneiro”, decaráter heroico e mitológico (Fidelis, 2022, p. 3).

A concepção de “Norte Pioneiro” do Paraná deve ser compreendida não apenas como uma simples delimitação geográfica, mas como um constructo histórico, integrado e discursivo. A historiografia tradicional, representada, por exemplo, por nomes como Ruy Christovam Wachowicz, em sua obra *História do Paraná* (2010), frequentemente concebeu a

ocupação do território como um processo de avanço civilizatório, celebrando a figura do "pioneiro" como o agente do progresso. As obras de Wachowicz, nesse sentido, são um ponto de partida fundamental para entender a narrativa consolidada, que se formou e se difundiu em larga escala. Seus estudos são fundamentos clássicos para os historiadores que demandam a decodificação do campo. Ele explica, nesta obra, os processos e conflitos políticos, ideológicos e econômicos que circundaram esta região do Paraná.

O início da ocupação da região chamada Norte Velho ou Norte Pioneiro retrocede à década de 40, no século XIX. Duas iniciativas concomitantes e independentes deram início à ocupação desse território, compreendido entre os rios Itararé, Paranapanema e Tibagi; 1 – a necessidade estratégica de ligar o litoral brasileiro à longínqua Província do Mato Grosso. Esta iniciativa vai ser liderada por João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina; 2 – a passagem de tropeiros e/ou latifundiários mineiros pelo registro do Itararé. O desejo de apossar-se terras novas e férteis levaram-nos a iniciar a organização de posses de terras na região. A comunicação com o Mato Grosso era um dos grandes problemas do Império. Não havia caminho, mesmo de tropas, que ligasse a então capital Rio de Janeiro, com aquela província. Esta comunicação tornou-se um ponto fraco na política brasileira com a região do Prata (Wachowicz, 2010, p. 295).

Na sua obra, o professor e pesquisador relata o processo historiográfico desta região, as dificuldades de comunicação neste período, os ciclos econômicos emergentes, as articulações políticas. Ainda sobre esta fundação regional, as pesquisadoras Lucinéia Cunha Steca e Mariléia Dias Flores (2002), na obra *História do Paraná – do século XVI à década de 1950*, também evidenciam esta linha do tempo, destacando as nomenclaturas utilizadas e processos de embates estabelecidos.

As denominações dadas à região situada entre os rios Paranapanema, Itararé e Tibagi, compreendendo as cidades de Curiúva e Wenceslau Braz, foram várias. Wachowicz, em *Norte Velho, Norte Pioneiro*, afirma que ela já foi chamada região do *Valuto* pelos sertanejos paulistas, que também usaram o termo *Panema* derivado do nome do Rio Paranapanema. O usual, foi por algum tempo a expressão Norte Velho, mas mostrou-se pouco ética. Assim, estabeleceu-se Norte Pioneiro, o que não desmente o fato da ocupação do Norte como um todo ter se iniciado a partir dessa região. (Steca; Flores, 2002, p. 117).

No entanto, o termo "pioneiro", presente na própria nomenclatura, é um frequente objeto de análise pois evoca uma narrativa oficial de desbravamento que, como bem apontam autores como Nelson Dacio Tomazi (1997), foi forjada entre as décadas de 1930 e 1950.

A dissertação de Tomazi (1997), denominada *"Norte do Paraná: história e fantasmagorias"*, busca desvelar as "fantasmagorias" dessa história hegemônica, expondo os processos de violência e exclusão que foram silenciados em nome de uma colonização supostamente pacífica. Essa reflexão é reforçada pelo artigo de Mateus Torelli Fidelis, como destacado, que propõe a ideia de "reocupação" em vez de colonização. A pesquisa sobre a

região de Cambará, no “*Norte Pioneiro*”, revela que o território não era um “*vazio demográfico*”, mas já era habitado por indígenas e posseiros-caboclos.

A história do “pioneiro” é, portanto, uma narrativa que se impôs sobre as memórias e presenças locais, inclusive alterando nomes de lugares para apagar o passado e associar a nova identidade a um ideal de civilização e progresso. Discutir o “*Norte Pioneiro*” nesse contexto é, portanto, questionar as memórias oficiais e dar voz às histórias marginais, estabelecendo um diálogo crítico entre a historiografia clássica e as novas abordagens.

Ao observar a forma das linguagens e dos discursos, detectou-se que entre os tipos de estruturas narrativas memorialísticas, constam, por exemplo, referências de cunho descritivo, romanceado, de cunho organizacional temporal (em formas de datas e acontecimentos), de inserção de atores oficiais, como apresentam-se a seguir. Para melhor compreender este processo interpretativo, utilizo de três categorias, aqui, fundamentais: a ADC, a conexão com a História Pública, a Conexão com a Educomunicação / Comunicação Pública.

3.3.1 Andirá – categorias de análise

Figura 2: ANDIRÁ –Apresentação



Fonte: Site da Prefeitura de Andirá

<https://andira.pr.gov.br/cidade/historia>

Figura 3: ANDIRÁ –Memória



Fonte: Site da Prefeitura

<https://andira.pr.gov.br/departament/090-secretaria-de-desenvolvimento-economico-e-turismo/page/comtur>

A narrativa memorial do município de Andirá – antes da emancipação, denominada Ingá - , descrita em seu portal oficial, tem algumas especificidades instigantes no trato da estrutura da linguagem, em um misto de gêneros textuais e tipologias que configuram o relato. A começar pelo teor histórico-crítico e comparativo, como descrito, entre outros, neste fragmento:

Podemos comparar a história de Andirá, a sua emancipação política, com a história do Brasil, quando de sua independência de Portugal. O pequeno distrito de Ingá, desde sua fundação pelos idos de 1927, estava ligado politicamente ao Município e Comarca de Cambará, contribuía com os impostos e tudo o que a metrópole precisava. Tudo era empregado para a melhoria e progresso de Cambará, para o pequeno distrito, nada sobrava.

E tem mais: “Em face das injustiças que se acumulavam, começaram a surgir os "inconfidentes". Há aspectos descritivos da linha temporal, dos atores oficiais, pioneiros, primeiros equipamentos públicos e instituições. O texto é assinado pela senhora *Dr^a Odila Guide Rosário Marchini – in memorian -*, em 1981, então advogada na comunidade. A emancipação política de Andirá aconteceu em 1943. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – atualização de 2022 – indicam um contingente populacional de 19.878 habitantes.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

A) O discurso, sob o olhar da ADC.

A representação social da emancipação de Andirá (anteriormente chamada Ingá) vai além de um simples relato de acontecimentos, pois evidencia, conforme orienta a ADC, uma construção discursiva que confere legitimidade e exalta o processo como algo mais heroico. Expressões como *"injustiças que se acumulavam"* e a analogia com a *"história do Brasil, quando da sua separação de Portugal"* são narrativas estratégicas, do ponto de vista da Comunicação Pública, engendrada em princípios de entendimento do discurso de poder. Essas escolhas inserem a história da luta local em uma narrativa mais ampla de conquista da liberdade e afirmação da autonomia, atribuindo aos *"inconfidentes"* da região um papel comparável ao de personagens históricos de relevância nacional. Esta forma de construção pavimenta a legitimação e a representação social dos “pioneiros” (ou das famílias pioneiras).

Ao enfatizar que *"Tudo era empregado para a melhoria e progresso de Cambará, para o pequeno distrito, nada sobrava"*, a narrativa proposta reforça um enredo de dominação e negligência. Essa perspectiva sustenta a ideia de que a emancipação foi uma reação legítima e ética diante de um cenário de disparidade e exclusão. O texto, como já ressaltado, é assinado pela Dr^a Odila Guide Rosário Marchini (in memoriam), uma advogada da comunidade, portanto, uma representação social que carrega uma autoridade expressamente manifestada. A presença de um personagem com credibilidade social, fé pública e profissional para assinar a história reforça a veracidade e a oficialidade da narrativa.

A menção *"inconfidentes"*, por exemplo, possibilita a identificação e aproximação, no texto, com as representações de atores como padres, médicos, farmacêuticos, comerciantes e agricultores, ilustrando, assim, uma ideologia de lideranças comunitárias. São os *"cidadãos de bem"* (elites locais e profissionais liberais) que, segundo o aporte do discurso histórico, se mobilizaram contra o poder estabelecido de Cambará. Essa representação, simbólica, pode enfatizar a ideia de que a mudança social é impulsionada, principalmente, por figuras de liderança estabelecida (os pioneiros, os desbravadores), minimizando o papel de outros atores ou agrupamentos sociais que pudessem também tecer contributos significativos durante este processo e tempo, ou ainda desconsiderando a presença de indígenas, silenciados, no trajeto da historicização legitimada.

O foco em *"contribuições para impostos"* e a falta de *"retorno"* para Ingá, como destacado, ressaltam uma ideologia de justiça fiscal e autonomia econômica, que se traduz diretamente em poder político. A luta pela emancipação é, portanto, apresentada como uma

busca por autogoverno e controle sobre seus próprios recursos e tempo histórico, mas, utilizando, como instrumento, a esperança, a confiança nas autoridades, a mobilização comunitária, o poder intrínseco do discurso. O relato serve, neste sentido, para instigar os atores sociais, mobilizar o sentido de esperança e moldar a identidade coletiva de Andirá. Ao enfatizar a superação de injustiças e a conquista da liberdade, a história oficial constrói um sentimento de orgulho e pertencimento.

A descrição dos "desafios" e "sacrifícios" dos "inconfidentes", como as "jornadas extenuantes a Curitiba", demonstra a existência intrínseca de uma espécie de “panteão de heróis” locais: como dito anteriormente, os corajosos pioneiros, desbravadores. Isso solidifica a memória de um passado de luta e vitória que pode ser invocado para fomentar o espírito coletivo, a coesão social e a valorização das raízes do município. Nesse sentido, a observação aproxima-se da análise de Reisdorfer e Pagliarini Júnior (2024), que, ao categorizarem as narrativas históricas de sites de prefeituras do Paraná, identificaram um total de 12 categorias temáticas. Entre elas, temas como *Economia*, *Ocupação*, *Urbanização*, *Símbolos e Hinos*, e o central "*pioneiros*" foram recorrentes. O estudo evidencia que a figura do pioneiro representa uma fase de ocupação e/ou colonização, sendo um elemento marcante para a construção da memória oficial, que utiliza discursos de superação e heroísmo para reforçar a identidade local.

Isso, pois, o discurso não tem a missão apenas de informar, mas também de persuadir, engajar, incentivar os cidadãos a se identificarem com os valores de resiliência e autodeterminação. Este sentimento, construído, vai multiplicando-se por gerações. Em síntese, a análise do discurso da história de Andirá, sob a ótica da ADC, demonstra como o texto vai além da simples cronologia dos eventos, atuando como uma ferramenta para construir e perpetuar uma memória oficial que reflete e, ao mesmo tempo, reforça determinadas relações de poder, histórias construídas e ideologias dentro da comunidade, o que reflete na percepção do espaço-tempo e do sentido de pertencimento das novas gerações que consomem estas informações replicadas há décadas, por exemplo, nos espaços escolares ou movimentos sociais.

B) Conexão com a História Pública

Como observado anteriormente, a História Pública é entendida como um campo que produz uma práxis muito importante – teoria, prática e reflexão -, sobre como a história é produzida e disseminada, bem como analisa a forma como o engajamento de atores envolvidos aos processos históricos legitima uma ação de ecossistema comunicacional democrático,

aberto, dialógico (pressupostos educomunicativos), culminando em participação coletiva e conscientização histórica / social. Neste sentido, algumas considerações percebidas na comunicação da historicidade da comunidade se fazem importantes em destacar.

Antes, porém, enfatiza-se o direcionamento do olhar sensível para o papel da representação institucional de um portal oficial em uma comunidade – sob o comando dos gestores da Comunicação Pública -. Neste sentido, o site da prefeitura de Andirá, por exemplo, atua como um curador da memória local, um guardião da “história legitimada”, o que lhe confere muita responsabilidade histórica e, em consequência, também alerta para críticas sobre a forma como o discurso articula a construção de narrativas de poder, simbólicas, de representação, que perpetuarão por gerações o mesmo pavimento de sentidos.

Ao disponibilizar a história do município no suporte virtual (site), a Comunicação Pública municipal controla o acesso à narrativa oficial e decide – muitas vezes em comum acordo com os atores gestores da época - quais eventos históricos, imagens e personagens serão destacados – e de que forma. Assim como, a estrutura diagramática, o layout, podendo ser objetiva, ou detalhada; imagética, com recursos intermediáticos – ou não -. A História Pública está em movimento e, neste sentido, apresenta-se aos gestores um arsenal de caminhos para a construção das narrativas ao longo do tempo.

Por se tratar, o site, de um mecanismo de Comunicação Pública legitimado, confere um selo de autoridade e também de legitimidade à versão apresentada desta história, podendo, inclusive, como enaltecido pelo jornalista Perseu Abramo, em sua obra *Padrões de Manipulação da Grande Imprensa (2016)*, conduzir sentidos a partir de padrões, como Indução, Fragmentação, Ocultação – entre outros -. Embora o portal oficial de um município não seja caracterizado como “Grande Imprensa” no sentido da imprensa clássica e tradicional, ele pode, sim, adentrar à esta perspectiva de suporte informacional coletivo, na medida em que há uma dimensão de acesso até mesmo muito maior que muitos veículos de comunicação de massa.

Além disso, considera-se, com atenção, o fato de que, tradicionalmente, as narrativas são produzidas por um espaço de Comunicação Pública, por meio de mãos de jornalistas ou outros profissionais de comunicação (Marketing, Relações Públicas, Comunicação Institucional, Publicitários, entre outros). No caso de Andirá, a narrativa histórica foi descrita, como apresentada anteriormente, por Dr^a Odila Guide Rosário Marchini, uma figura importante da comunidade. Isso indica uma curadoria que valorizou a perspectiva interna e local, ao invés de contributos de cunho acadêmico que poderia ter sido articulada por um

historiador (a). Entretanto, pode-se analisar que esta opção pode ressoar mais com a população, que reconhece o nome, a história e a credibilidade da autora.

Outro aspecto importante que vem ao encontro dos pressupostos da História Pública são os objetivos das narrativas. Por exemplo: ao apresentar a emancipação como um ato heróico e de superação, a prefeitura fomenta o orgulho dos moradores em relação à sua cidade. Há, ainda, o sentido pedagógico, educativo, já que o texto informa os cidadãos sobre suas origens, ensinando-lhes sobre os "pioneiros" e "inconfidentes" que moldaram a cidade, o que, como dito anteriormente, é um mecanismo ideológico reproduzido nas escolas e em muitos outros espaços de integração social.

Isso contribui para a formação de uma memória coletiva, mesmo que exista críticas sobre isso, considerando que são fontes e atores oficiais descritos, inviabilizando outros atores ou grupos sociais que eventualmente já existissem no recorte espacial. Há, ainda, um importante olhar sobre o campo da “superação”, o que pode ser usado como fonte inspiradora para a mobilização e engajamento de atores.

C) Conexão com a Educomunicação / Comunicação Pública.

Conforme decodificamos, a história de Andirá, apresentada no site da prefeitura, oferece um terreno fértil para análises a partir da ótica da Educomunicação e da Comunicação Pública, que se complementam ao explorar como a informação sobre o passado é produzida, distribuída e engaja os cidadãos. A interface destes campos propicia o direcionamento de olhar para o teor pedagógico da História Pública, como já destacado anteriormente. Não se trata apenas de transmitir fatos, mas de usar a narrativa como uma ferramenta para o desenvolvimento de habilidades críticas e de cidadania.

Figura 4: *Print Screen* do site

Fonte: <https://andira.pr.gov.br/cidade/historia>

Figura 5: *Print Screen* do site

Fonte: <https://andira.pr.gov.br/cidade/historia>

Considerando que a Educomunicação atua na apropriação dos mecanismos de comunicação, na produção livre e criativa, na consolidação e construção de ecossistemas comunicacionais, as narrativas dos portais podem ser importantes mecanismos pedagógicos que potencializam a prática escolar ou ações coletivas, e dinamizam as percepções sobre a própria historicidade local, instigando novos olhares, reflexão crítica, comparações.

No âmbito da Comunicação Pública, ancora-se, ainda, a forma como o setor

institucional articula o seu planejamento estratégico visando a eficiência no engajamento de atores, em projetos diferenciados que sensibilizem a subjetividade da sociedade acerca de sua historicidade. Portanto, a história de Andirá narrada no portal da prefeitura é um exemplo concreto de como a Educomunicação pode usar o passado para formar cidadãos mais conscientes e críticos, e como a Comunicação Pública utiliza essa narrativa para construir a identidade e o orgulho local, apresentando as memórias e os valores do município, engajando atores e tornando a história cada vez mais pública e participativa.

Andirá tem comunicado a sua memória através de projetos estratégicos, como: O “Encontrão dos Pé Vermeio”, que reúne, anualmente, os pioneiros e suas famílias para ativar a integração histórica; a “Casa da Memória Prefeito Roberto Simoni”, um museu implantado no espaço da antiga Estação Ferroviária da cidade; o “Cine Teatro São Carlos”, com uma arquitetura imponente, no centro da cidade, construído há muitas décadas para ser o cinema da cidade. Chegou a pegar fogo e foi reconstruído. Hoje é a sede da Secretaria de Cultura local e acolhe projetos como a Escola de Comunicação e Artes, o Musicou, Exposições. Mas, também, pode-se articular uma reflexão crítica considerável sobre as narrativas do portal, na medida em que há ausência de mecanismos de interação ou de convite à participação nas narrativas, o que evidencia um modelo de comunicação unidirecional, distanciando-se dos princípios dialógicos da Educomunicação e dos pressupostos de transparência e participação da Comunicação Pública.

3.3.2 – Bandeirantes – categorias de análise

Figura 6: BANDEIRANTES – Apresentação



Fonte: Site da Prefeitura de Bandeirantes

<https://www.bandeirantes.pr.gov.br/pagina/7/turism>

Figura 7: Réplica de Castelo Medieval – Vinícola Ladorni



Fonte: <https://www.bandeirantes.pr.gov.br/pagina/7/turismo>

Bandeirantes teve a sua emancipação ocorrida em 1934. Mas, no portal oficial do município, entre os dados presentes na breve descrição histórica da comunidade – de apenas cinco parágrafos –, e um acréscimo de informes contemporâneos, também há o relato em datas e nomes de pioneiros que, desde os anos de 1920, articularam-se, segundo os informes, por meio de vieses políticos e econômicos, muito em razão da chegada da estrada de ferro. Destaca, em sua linha temporal descrita, os nomes de atores oficiais. Mas, faz uma menção importante – porém, apenas com uma abordagem de citação breve –, sobre a presença dos indígenas caingangues.

Esta menção reflete uma das categorias semânticas analisadas por Reisdorfer e Pagliarini Júnior (2024), no artigo da Revista NUPEM: a *Etnia*. O estudo, denominado “Os historiadores do lado de fora: uma historiografia pública dos sites das Prefeituras do Estado do Paraná”, revela que apenas 32% dos sites investigados destacam o elemento étnico. Mais do que isso, a pesquisa aponta que a presença indígena é raramente citada e, quando o é, cumpre a função de um “elemento lendário”, não sendo apresentada no tempo presente. Essa constatação reforça a sua própria observação, evidenciando que a narrativa oficial do município de Bandeirantes segue um padrão discursivo que invisibiliza ou historiciza a presença indígena, desvinculando-a da realidade contemporânea.

Outro aspecto importante a considerar no portal é a intermedialidade presente no setor

da história do município, já que a partir de um link disponibilizado, o leitor, ao clicar, é direcionado à novos informes presentistas da contextualização histórica, como Universidades, Serviços, Economia, entre outros. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – atualização de 2022 – indicam um contingente populacional de 31.273 habitantes.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

A) O discurso, sob o olhar da ADC.

O relato disponível no portal da Prefeitura de Bandeirantes, ainda que direto ao expor datas e acontecimentos, e expressar uma mistura de objetivos e dados históricos com algumas informações contemporâneas e de cunho institucional (como é o caso da apresentação de universidades na cidade) evidencia opções discursivas que, sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica (ADC), também revelam as estruturas de poder e as ideologias implícitas na memória institucional do município.

O trecho se inicia de maneira direta: *"A região de Bandeirantes, Paraná, era originalmente um deserto intocado habitado pelos índios Caingangues até 1920."* Essa afirmação, mostra um contexto ideológico na estruturação na narrativa e representa um elemento central para a análise crítica do discurso. A expressão *"deserto intocado"*, por exemplo, constitui um sentido de tomada de espaço. Este termo, *"deserto"*, transmite a noção de ausência — seja de vida, ocupação, progresso ou *"aproveitamento racional"* das riquezas. Ao ser qualificado como *"intocado"*, intensifica-se a percepção de um território à espera de intervenção, desenvolvimento, progresso, como se estivesse disponível para ser transformado.

Embora Caingangues sejam citados, brevemente e com forte perspectiva de silenciamento ou apagamento de suas representações no espaço – tempo, o adjetivo *"intocado"* imediatamente os associa à paisagem natural, negando-lhes o status de sujeitos sociais ativos e plenos daquele espaço. Essa formulação de sentidos, ancorado em uma opção por narrativa de poder de escolhas, dialoga com um padrão discursivo típico de narrativas de colonização: o apagamento da presença originária e a chegada em um espaço *"vazio"*.

Portanto, ao caracterizar o território como um *"deserto intocado"*, a narrativa aporta a chegada de colonizadores como um ato legítimo de ocupação e organização, e não como imposição ou dominação. O que percebe-se é que a referência aos Caingangues é meramente informativa, não há a opção pelo aprofundamento da apresentação destes atores, nem explicita sua conexão com o lugar, relegando-os a uma posição periférica dentro da memória institucional sobre o progresso de desenvolvimento da cidade.

Outro aspecto à observar da narrativa é a citação de uma autoridade, o “engenheiro Carlos Borromei”, e a subsequente “*demarcação das terras*”, logo acompanhada pela comercialização de alqueires destinada à criação da localidade chamada “*Invernada*”. Um ponto central do texto é a “*rápida expansão do novo núcleo urbano*”, atribuída à implantação da Estrada de Ferro São Paulo – Paraná. Este apontamento dialoga diretamente com uma das categorias semânticas levantadas no artigo de Reisdorfer e Pagliarini Júnior (2024): *Caminhos* (p. 10), como uma abordagem que busca aproximar a história municipal da história estadual e nacional, relacionando à “frentes migratórias” e “transformações agrárias”. A narrativa do município, ao enfatizar a chegada da ferrovia, alinha-se a um padrão discursivo que associa o desenvolvimento local à implantação de grandes rotas de transporte, reconhecendo-as como vetores de ocupação e progresso, e não apenas como meras infraestruturas.

De acordo com Fairclough, o discurso está intimamente articulado com as estruturas sociais. No caso de Bandeirantes, a construção textual associa o surgimento e o desenvolvimento da cidade a empreendimentos de engenharia, comercialização de terras e, principalmente, à malha ferroviária, implementando, assim, a narrativa velada de chegada do progresso. Os chamados “*pioneiros*” (destacados no texto no portal como, João Manoel dos Santos, João Cravo, Azarias Vieira de Rezende e Juvenal Mesquita) são representados como protagonistas dessa dinâmica de crescimento econômico-material.

Segundo Van Dijk, instituições exercem domínio ao controlar os discursos que circulam socialmente. A forma como a história de Bandeirantes é contada — por meio de documentos legais, datas administrativas e atos governamentais — sustenta a noção de que o surgimento e consolidação do município derivam de ações formais do poder público. Essa abordagem contribui para a naturalização do papel institucional e de suas estruturas como agentes legítimos da organização espacial local.

Como destacado anteriormente, a narrativa se apoia fortemente nos chamados “atores formais” — indivíduos associados à propriedade da terra e à condução de obras de infraestrutura. Os que consolidaram-se na História Pública local como os pioneiros, e que hoje são lembrados em razão dos nomes de vias, avenidas, escolas, bairros. Neste sentido, novamente, direcionamos um olhar de atenção para o fato de que não há menções relevantes sobre o destino dos Caingangues após a ocupação do território (se foram expulsos, mortos, não se tem notícias oficiais), tampouco sobre a atuação de outros segmentos sociais que contribuíram para a construção da cidade, como os trabalhadores do campo, migrantes, os negros, as mulheres. É justamente esta ausência das representações sociais que caracteriza uma forma de apagamento discursivo, moldando uma identidade coletiva que privilegia a

perspectiva dos fundadores e das autoridades, em detrimento de outras vivências históricas.

Ao decodificar a narrativa histórica da Prefeitura de Bandeirantes, no portal oficial, confirma-se que o discurso e a escolha dos elementos informacionais apontam o objetivo ideológico: o de validar a atual configuração sociopolítica, retratando a origem e o progresso do município como processos espontâneos, bem planejados e pacíficos. Conflitos, disputas ou desigualdades são suprimidos do enredo.

B) Conexão com a História Pública

O teor central desta pesquisa é o trânsito possível entre os campos da História Pública, Educomunicação e Comunicação Pública. Esta tríade manifesta-se, de formas diferentes, em cada espacialidade, em razão de suas peculiaridades gestoras da História Pública. Analisar sob esta ótica, as narrativas históricas dos portais oficiais das Prefeituras elencadas, é um desafio importante, pois nos apresenta como os atores da história articulou – e articulam, ainda hoje – a intersecção de atores, a mobilização e o reconhecimento dos sujeitos sociais locais. Destaca-se, ainda, o fato de que a proposição da narrativa da cidade via Comunicação Pública Institucional engendra o interesse unilateral desta historicização, sob o controle dos organismos políticos.

Neste tópico norteador da análise, considera-se os princípios centrais da História Pública: a valorização de múltiplas vozes, a crítica à memória oficial e a possível falta de multivocalidades, o engajamento com o público amplo, a circularidade democrática das informações e o papel social da história na construção de identidades coletivas.

Compreende-se que as narrativas históricas não são neutras, mas práticas sociais situadas em relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001). A ênfase conferida à “*chegada de fazendeiros e colonizadores*”, à “*implantação da ferrovia*” e à atuação de “*agentes estatais*” configura um discurso que visa, como afirma Fairclough (2016, p. 94), “naturalizar determinadas ordens sociais como se fossem inevitáveis”. No âmbito da História Pública, problematizar essas narrativas implica questionar “quem controla a produção e a circulação das memórias” (POLLAK, 1989, p. 9) e compreender que o passado é constantemente “reelaborado a partir de disputas simbólicas” (JELIN, 2002, p. 41).

No caso de Bandeirantes, a narrativa analisada cumpre uma função de autocelebração cívica e reforço identitário, sustentando um projeto discursivo que privilegia determinados sujeitos históricos e silencia outros. A representação do espaço como vasto local habitado pelos Caingangues até 1920 constitui um elemento central para a História Pública. Embora a historiografia acadêmica tenha desconstruído a ideia de “*território vazio*”, as

narrativas de domínio público frequentemente permanecem ancoradas nessa concepção.

A referência pontual aos Caingangues, sem explorar sua trajetória, cultura ou as consequências da colonização para esse povo, resulta na exclusão de uma dimensão essencial da memória e da identidade local. Como propõe Burke (2008, p. 67), faz-se necessário o investimento em estratégias comunicacionais para “trazer à tona o que a sociedade deseja esquecer”, conferindo voz e visibilidade a grupos historicamente marginalizados.

C) Conexão com a Comunicação Pública / Educomunicação

Nesta categoria, provocamos a percepção sobre como a História Pública local é comunicada às audiências e como ela contribui (ou não) para processos educativos e participativos, pressupostos fundantes da Educomunicação. O conteúdo histórico sobre Bandeirantes, por exemplo, conforme observado, apresenta-se predominantemente como um relato informativo e descritivo, centrado em datas e nomes oficiais, ancorado em uma perspectiva funcionalista – de mera apresentação da memória. Tal abordagem atende à função básica de fornecer um registro histórico documentado, mas, tem suas limitações, ao centra-se na exposição informacional, sem a estratégia de utilização destes insumos para comunicar de forma engajada e reflexiva.

Figura 8: Print Screen site da prefeitura de Bandeirantes/PR



DADOS GERAIS

Criação do Município: Decreto Estadual nº 2396 de 14/11/1934

Emancipação Política: 05/01/1935

CNPJ: 76235753/0001-48

Endereço: Rua Frei Rafael Pronner, 1457 – Centro

CEP: 86360-000 – Bandeirantes-Pr.

Site: www.bandeirantes.pr.gov.br

E-mail: comunicacao@bandeirantes.pr.gov.br

Telefones: (043) 3542-4525

Denominação dos Habitantes: Bandeirantense

Área unidade Territorial (km²): 445,193 (IBGE)

População: Ano 2010 - 32.184 habitantes (IBGE 2010)

Eleitores: Aptos 24.881

Comarca: Bandeirantes

Limites: Rio das Cinzas / Rio Laranjinha / Ribeirão dos Índios / Ribeirão Água das Perobas

Densidade: 71,9 Hab/ km²

Altitude: 420 m

Fuso Horário: UTC- 3

Localização: Micro região Norte Velho Paranaense

Rodovias: BR-369 / PR-436 / PR- 517/ PR-519

Distância da Capital Curitiba: 430 km

Clima: Subtropical, com verões quentes, com geadas pouco freqüente, concentração de chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. Temperaturas médias Verão: > 22° a 28° C, Inverno: < 14° a 18° C

Solos: LVE- Latossol Vermelho – Escuro, LRE- terra roxa estruturada. A área e ocupada com pastagens, de Capim Colonial, Braquiaria, Pasto Comum e Lavouras: cana-de-açúcar, Soja, Milho, Trigo, Alfafa, Algodão, Uva Fina, Café. Bovinocultura de corte e Leite, destacamos as raças Nelore, Limousin, Holandesa, e Misto. Avicultura de Corte, Suinocultura (porcos), Equinos (cavalos), Piscicultura (peixes), Fruticultura (Goiaba, Tangerina, Laranja, Uva, Morango, Abacaxi, Maracujá e Banana), Olerícolas: (Tomate, Pimentão, Pepino, Alface, Brócolis, Couve-Flor, Repolho, Beterraba, Cenoura e Alho, Silvicultura (Povoamento Florestal).

Produção: Somos o 2º maior produtor de uva-fina-de-mesa do Estado do Paraná e o maior produtor da cultura de Alfafa do Brasil, e somos um dos maiores cinturões verdes do Paraná com a produção de olerícolas no sistema de estufas, produzindo tomate, pimentão e pepino.

Recursos Hídricos: O Município pertence a bacia do Rio Paranapanema, banhados pelo sistema Hidrográfico dos Rios Laranjinha e Rios das Cinzas. Tendo um lago Artificial das Termas Yara, tem fontes Minerais e Terais com Água Medicinal comprovadas, com propriedades em Cloro Sulfatado, estimulante Digestivo e ação em Doença de pele.

Fonte: <https://bandeirantes.pr.gov.br/cidade>

Contudo, ao longo dos mais de 20 anos experienciando a práxis da Comunicação Pública, é possível destacar que a comunicação é um bem social, que não é palpável, e sim, ancorada em um profundo campo de conexões de sentidos e experiências. Neste aspecto, alerta-se que a Comunicação Pública em espaços governamentais deve transcender a simples disponibilização destas informações, buscando promover o envolvimento ativo, crítico, social, pedagógico, dos públicos diversos. O texto demonstra objetividade e linearidade na apresentação dos dados, como as datas de fundação e os processos de desmembramento, que oferecem um acesso rápido e direto a informações sobre a edificação do município.

No que tange ao engajamento dialógico, verifica-se uma limitação decorrente da ausência de estratégias que estimulem a interação do público, como galerias de imagens históricas acompanhadas de legendas participativas, links para documentos originais ou espaços destinados a comentários e relatos dos cidadãos. Essa falta de outros elementos da História Pública restringe o potencial de Comunicação Pública efetiva, que deve se caracterizar pela construção de um processo comunicativo bilateral e não por uma mera transmissão unilateral dos dados históricos.

Acerca da transparência e a capacidade de resposta, embora a prefeitura demonstre transparência ao disponibilizar informações históricas, a forma como são apresentadas suscita questionamentos acerca da completude e representatividade do relato. A omissão de informações relativas à vida indígena e aos impactos da colonização, por exemplo, como já foi apontado anteriormente, configura uma lacuna significativa na transparência, por não

oferecer uma perspectiva integral e plural do passado.

Por fim, a Educomunicação, enquanto campo de intersecções utilizando as mídias e os processos comunicativos como ferramentas pedagógicas para o desenvolvimento crítico e participativo dos indivíduos e comunidades, apresenta-se como um paradigma importante no plano de ação estratégica dos setores institucionais, já que a produção de mídias como podcast historiográfico acerca da comunidade, produções de video-documentários feitos pelos atores sociais em parceria com a Comunicação Pública, entre outras produções, certamente, trariam importantes impactos na compreensão do engajamento memorial.

A Prefeitura de Bandeirantes, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, coordena um equipamento público importante nesta vertente da apresentação memorial: o Museu Municipal Prof^a Maria Calil Zambom, que inclusive conta com projetos de visitas voltados à educação histórica.

No tange à Educomunicação, destaca-se que a área teórica constitui um campo interdisciplinar que integra os saberes da educação e da comunicação, explorando linguagens midiáticas e processos comunicacionais como instrumentos pedagógicos para a formação crítica e participativa de indivíduos e comunidades (SOARES, 2011). Sob essa perspectiva, a narrativa histórica presente em um site institucional revela um potencial educacional significativo, na medida em que pode ser mobilizada para diferentes finalidades educativas e cidadãs, articulando engajamento em projetos de História e de Comunicação Pública, concomitantes.

Neste sentido, embasa-se na promoção da cidadania e da identidade local, pois o conhecimento histórico contribui para a construção do senso de pertencimento e responsabilidade social, enaltecendo a consciência histórico-crítica sobre o tempo e o espaço. Do mesmo modo, a apresentação plural de fontes e interpretações favorece o desenvolvimento deste mesmo pensamento crítico, estimulando a análise e a problematização das representações do passado. Além disso, a apropriação ativa dessas informações pelo cidadão pode impulsionar o engajamento cívico, estabelecendo pontes entre o conhecimento histórico e a participação nas questões contemporâneas da comunidade.

Entretanto, o conteúdo analisado no site da Prefeitura de Bandeirantes apresenta desafios relevantes sob a ótica educacional. O primeiro refere-se ao caráter homogêneo da narrativa, estruturada de forma linear e oficial, centrada nos “pioneiros” e no “desbravamento”. Esta perspectiva estrutural narrativa veicula uma visão única e naturalizada do passado, dificultando o exercício crítico, que é o elemento fundante da Educomunicação, como já apresentado anteriormente. Nessa ótica, o navegante do portal não é instigado a

questionar ausências e silenciamentos, como: “quem mais estava aqui?”, “quais conflitos emergiram?”, “quais os impactos para os povos originários?” e “onde eles estão na historicização?”.

Outro aspecto crítico que pode-se tecer na análise conjuntural do portal, a partir do viés educ comunicativo, é a ausência de recursos didáticos e multimodais, essenciais à prática educ comunicativa, que valoriza a integração de diferentes linguagens para potencializar a aprendizagem. A predominância do texto escrito parece limitar a experiência interativa, o que torna a comunicação unidimensional. Isso quer dizer que a inclusão de mapas interativos, linhas do tempo visuais, vídeos com relatos de moradores e historiadores, digitalização de documentos históricos, fotografias históricas, poderia enriquecer a narrativa, favorecendo múltiplas leituras e a construção colaborativa do conhecimento.

Na decodificação, também se observou a falta de conexão entre passado e presente, elemento essencial para atribuir sentido social, cultural e educacional à história local. Neste sentido, a narrativa poderia estabelecer vínculos com práticas contemporâneas, como projetos voltados à memória pública. Por fim, o site, neste viés da narrativa historiográfica, não explora seu potencial de participação cidadã, um dos princípios centrais da Educomunicação, que incentiva a criação de espaços para a produção colaborativa de conteúdo. A disponibilização de programas, projetos públicos, que possibilitassem aos habitantes enviar memórias, fotografias e relatos pessoais, além de corrigir ou complementar informações, certamente, transformaria a página em um ambiente dinâmico de construção coletiva da memória histórica.

Ao apresentar a história como processo aberto, marcado por disputas e múltiplas interpretações, a Comunicação Pública se alinha aos princípios da Educomunicação, fomentando a reflexão crítica sobre a História Pública, articulando, assim, a construção cidadã do conhecimento histórico.

3.3.3 Santa Amélia – categorias de análise

Figura 9: SANTA AMÉLIA – Vista aérea central



Fonte: https://santaamelia.pr.gov.br/pagina/7_historia-da-cidade.html

A história de Santa Amélia, descrita no site oficial do município, é bastante objetiva, compondo-se por apenas 03 parágrafos. Destaca o início da mobilização, orquestrada pelo pioneiro Ângelo Pavan, que adquire, 2800 alqueires de terras, parte da fazenda Carvalhópolis, no interior de Bandeirantes, com a finalidade de edificar um Patrimônio, com a venda de pequenos lotes. Com uma caravana de vários outros atores que tornaram-se expoentes pioneiros de Santa Amélia, realizaram as medições, distribuições e comercializações. Deram o nome, ao novo Patrimônio, de Galdinópolis, sendo inaugurado, oficialmente, em 1940. Não chegou a ser alçado à condição de Distrito, vindo a se emancipar em 1951, com o nome de Santa Amélia. Uma narrativa curta, que foi possível detectar, via google, pois no site oficial não consta o link de acesso disponível para os dados. Só é possível, via site de busca. Também não nenhuma menção às fortes comunidades indígenas que já ocupavam (e ainda encontram-se presentes no território). Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – atualização de 2022 – indicam um contingente populacional de 3.394 habitantes.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

A) O discurso, sob o olhar da ADC.

A discrepância entre a narrativa oficial apresentada pelo município de Santa Amélia e a realidade histórica da resistência indígena constitui um exemplo paradigmático que demanda análise crítica do discurso. Nesse contexto, as contribuições teóricas de Norman Fairclough e Teun A. van Dijk, referências na Análise do Discurso Crítica (ADC), como já mencionados e referenciados, oferecem instrumentos conceituais precisos para compreender como a linguagem atua como mecanismo de poder e exclusão social. O primeiro, em sua teoria, estabelece uma abordagem tripartite: texto, prática discursiva e prática social, apontando o quanto é estratégico analisar de que forma o discurso, enquanto um insumo no ecossistema comunicacional, é utilizado para a construção de significados e relações de poder, considerando, assim, a dimensão social do discurso. Já van Dijk se aprofunda decodificando a dimensão cognitiva do discurso, considerando o contexto social na análise. O discurso, para ele, pode refletir e reproduzir desigualdades.

No que tange à dimensão textual descritiva, o registro memorial de Santa Amélia, limitado a apenas três parágrafos. Destaca-se a ausência de adjetivações que expressem a paisagem ou a vivência indígena, evidenciando um silenciamento significativo. O primeiro nome, “Galdinópolis”, é fruto de uma criação alheia à toponímia indígena, e o termo “pioneiro” carrega um valor semântico transmitindo a ideia implícita de que o território aguardava ocupação.

Já na dimensão da prática discursiva, a narrativa se insere no gênero de história oficial com caráter fundacional. A escolha do enunciador (o portal institucional da prefeitura) e o foco narrativo na figura do pioneiro evidenciam que a produção discursiva se alinha às convenções de instituições que buscam legitimar sua origem. A ausência de outras perspectivas ou referências bibliográficas indica um processo unilateral de elaboração, em contraste com o diálogo plural e inclusivo esperado em uma concepção de história pública.

Ao pairar a interpretação pela dimensão da prática social, privilegiando o contexto da compra e a venda de terras, o relato reproduz uma lógica social orientada por princípios capitalistas e por uma ideologia de desenvolvimento que valoriza a propriedade privada e a exploração econômica como marcos civilizatórios. A omissão da presença e das lutas indígenas não parece constituir um mero lapso de memória, mas pode ser caracterizado como um ato intencional de silenciamento que reforça estruturas de poder nas quais as

reivindicações territoriais e os direitos originários são invisibilizados ou secundarizados.

A perspectiva de Van Dijk complementa esta análise crítica, direcionando a atenção para os mecanismos pelos quais o discurso influencia a cognição social e sustenta relações de poder. O texto institucional exerce poder simbólico ao moldar a memória histórica, ao retratar Ângelo Pavan como o “pioneiro” que adquire terras “no interior de Bandeirantes”. Dessa forma, legitima-se uma ordem social em que o direito de posse recai sobre recém-chegados, naturalizando-se um consenso sobre o que é “normal” e “legítimo”. Nesse cenário, a resistência indígena emerge como contra-discurso, desafiando a narrativa hegemônica e questionando a legitimidade dessa memória oficial.

A omissão da trajetória indígena e a centralidade dada à compra de terras reforçam a ideologia do “vazio demográfico” ou da “terra intocada”, já destacadas em outros momentos desta pesquisa. Essa visão sustenta a justificativa para a ocupação e subsequente “civilização” do espaço, ao mesmo tempo em que nega a legitimidade das reivindicações dos povos originários. Assim, perpetua-se um discurso excludente que naturaliza a marginalização dessas comunidades.

A narrativa histórica oficial de Santa Amélia não se configura como mera descrição neutra do passado, mas como produto discursivo que, à luz de Fairclough, deve ser entendido enquanto prática social reprodutora de ideologias e relações de poder. Quando confrontada com a presença e a resistência histórica das comunidades indígenas, a omissão institucional adquire o caráter de violência simbólica, constituindo, nos termos de Van Dijk, um ato de controle discursivo que consolida uma ideologia de dominação e silencia sistematicamente vozes e direitos dos povos originários.

B) Conexão com a História Pública

A narrativa oficial de Santa Amélia configura um exemplo paradigmático de construção discursiva institucional, cujo intento é a legitimação de origens e identidades. Essa versão, ao ser observada a partir do campo da História Pública, pode ser submetida a uma análise crítica com base no conceito de autoridade compartilhada. Conforme Michael Frisch (1990) em sua obra *A Shared Authority*, a memória histórica deve ser edificada de forma colaborativa entre especialistas e as comunidades, desbancando, assim, a lógica vertical de transmissão do saber.

Nesta direção do caso de Santa Amélia, constata-se que a versão oficial, propagada pela prefeitura, adota uma abordagem linear e unívoca. Essa representação é marcada, como

destacado anteriormente, pela exaltação do "pioneiro" na estrutura da narrativa e pela omissão de referências à presença e às lutas dos povos indígenas que habitavam – e que ainda habitam – a região. Tal postura diverge da perspectiva dialógica e inclusiva defendida por Ricardo Santhiago (2016) em *História Pública no Brasil*, obra na qual ele concebe o campo como um espaço de mediação entre a historiografia acadêmica e as múltiplas formas de conhecimento social, proporcionando, assim, voz a grupos historicamente marginalizados.

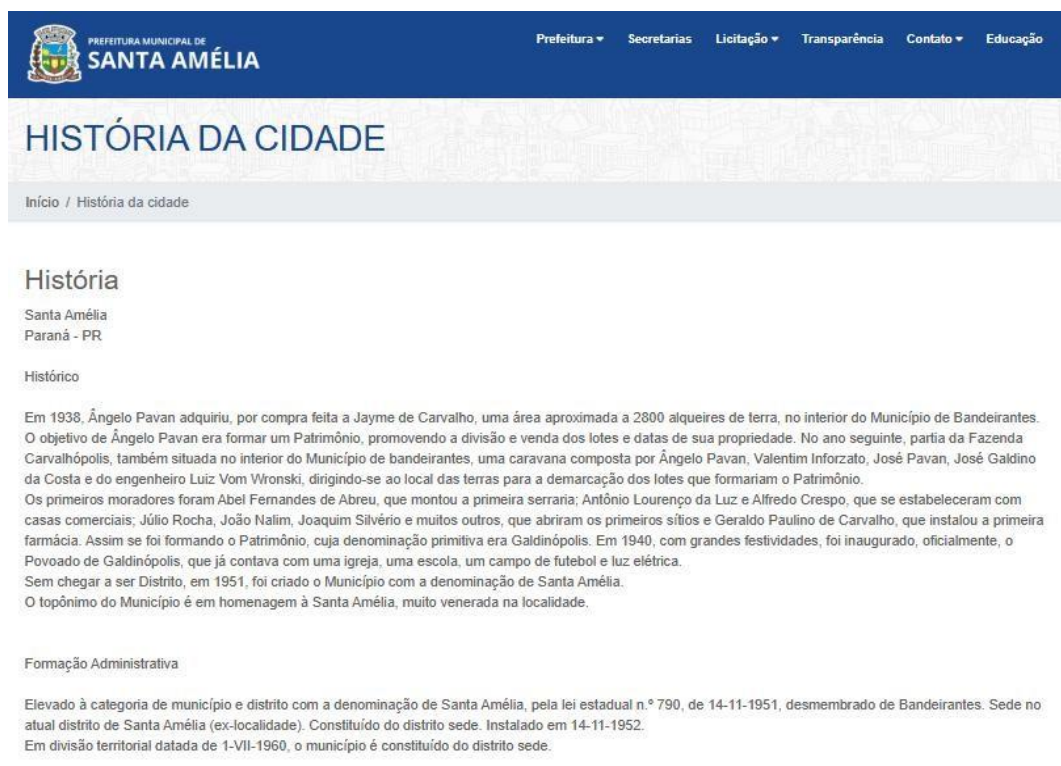
Marta Carosio (2014), em seu estudo *História Pública: entre o passado e a construção social da memória*, enaltece a necessidade de se fomentar narrativas polifônicas e críticas. Tais narrativas devem ser capazes de questionar as memórias oficiais e de revelar conflitos e tensões sociais. No contexto de Santa Amélia, essa abordagem implicaria em revisitar a história local, integrando depoimentos orais, registros indígenas e outras fontes documentais que atestem a complexidade do processo histórico. Essa revisão se opõe ao formato da narrativa homogênea e excludente presente no texto institucional.

C) Conexão com a Comunicação Pública / Educomunicação

A Comunicação Pública, como campo de estudo e prática, pressupõe que as instituições governamentais devem se comunicar com a sociedade de forma transparente, aberta, ecossistêmica, ética e responsável, servindo ao interesse público e articulando a dialogicidade. No caso de Santa Amélia, a forma como a história é apresentada no portal oficial apresenta-se como uma explanação funcionalista da referência memorial, sem espaços para uma estrutura comunicativa ampliada com os públicos.

Primeiramente, a acessibilidade da narrativa já se constitui como um problema de Comunicação Pública. A indisponibilidade de um link direto no site oficial, exigindo que o conteúdo seja acessado via ferramentas de busca, demonstra uma falha na transparência e no planejamento comunicacional. A informação, mesmo existindo, não é ativamente promovida ou facilmente alcançável, o que sugere um distanciamento da prefeitura em relação a esse conteúdo. Isso se opõe a uma Comunicação Pública efetiva, que busca a visibilidade e o engajamento do cidadão.

Figura 10: Print Screen do site da prefeitura de Santa Amélia



Fonte: https://santaamelia.pr.gov.br/pagina/7_historia-da-cidade.html

Ademais, a própria narrativa, centrada na figura do pioneiro Ângelo Pavan e na compra de terras, evidencia um recorte político e social que reforça uma única representação do passado. Essa escolha discursiva é um ato político, conforme abordado em reflexões como as presentes no artigo "*A Comunicação, a Política e a Representação Social*" (NASCIMENTO, 2018). Dedoné (2023), explica o papel da Comunicação Pública Institucional, ao tecer uma análise reflexiva sobre o tema *História Pública e Comunicação Pública: Interfaces*, publicado, como artigo, no jornal Folha do Norte Pioneiro.

A História Pública parece ser um conceito disputado, pela sua força de constructo epistêmico, como, também, pela novidade do campo. Mas é fato que a área perpassa por dois sentidos igualmente importantes: a apropriação pública dessa história e a circularidade do conhecimento/informações. Refletir sobre o uso do passado no espaço público, identificar quais públicos alvos podem estar inseridos neste processo, articular ações (programas, projetos, políticas públicas) que instiguem a mobilização comunitária em torno do tema histórico, ampliar o ecossistema do fluxo informacional, entender que a história do tempo presente está acontecendo, são pautas para serem acopladas à reflexão sobre o protagonismo crítico em espaços institucionais da Comunicação Pública (DEDONÉ, 2023, s. p.).

A Educomunicação, por sua vez, fundamenta-se na utilização dos ecossistemas comunicacionais como instrumentos pedagógicos voltados ao aprimoramento do pensamento crítico e à promoção da participação cidadã (Soares, 2010). Contudo, o portal institucional de Santa Amélia revela-se insuficiente na exploração desse potencial educ comunicativo, ao veicular uma narrativa histórica unilateral e desprovida de problematizações, engajamentos de atores, alternativas para diálogo e circularidades.

Ao apresentar uma exposição “concisa e objetiva”, que não interpela a origem das terras nem contempla a ausência da população indígena, perde-se a oportunidade de fomentar uma reflexão crítica historiográfica mais aprofundada. Um recurso educ comunicativo, em sua essência, deveria incentivar o público a questionar: “Quem mais habitava este território?”, “Quais foram os impactos para esses grupos?”, “Quais os conflitos que contribuíram para a conformação da cidade?”, “Quais políticas públicas ou programas de comunicação com estes públicos poderiam ser desenvolvidos?”.

Parte-se, sempre, da perspectiva pedagógica dos mecanismos oficiais públicos, como os sites e suas narrativas memoriais locais, para levar conhecimentos às novas gerações. Entretanto, quando há esta ausência, restringem-se a capacidade dos cidadãos - especialmente dos estudantes - de atuarem como leitores críticos e de se reconhecerem como agentes inseridos em um processo histórico dinâmico e multifacetado, ao invés de simples receptores passivos de uma versão oficial da história.

Ademais, a carência de elementos interativos e multimídia — tais como fotografias, depoimentos orais, mapas interativos ou links para documentos — impede que o portal constitua um ambiente de aprendizagem diversificado e enriquecedor. A Educomunicação propõe a edificação de ecossistemas comunicacionais dialógicos e polifônicos, nos quais o cidadão possa participar ativamente como coprodutor de conteúdos e sentidos. Em síntese, a narrativa histórica de Santa Amélia, conforme apresentada no portal oficial, revela-se um desafio para as premissas da Comunicação Pública e da Educomunicação.

O discurso é vertical e desprovido de ferramentas pedagógicas interativas, falhando em sua função de informar de forma transparente e de educar de maneira crítica e participativa. Para que a história local se torne um verdadeiro patrimônio da comunidade, seria necessário reestruturar a comunicação do portal, tornando-a acessível, plural e disposta a incorporar as múltiplas vozes de sua população — incluindo a história e a luta contínua dos povos originários. Somente assim, o município poderá construir uma memória coletiva mais rica, democrática e representativa de sua identidade.

3.3.4 Itambaracá categorias de análise

Figura 11: ITAMBARACÁ – Vista aérea



Fonte: <https://www.itambaraca.pr.gov.br/cidade/galeria/algumas-imagens-de-nosso-municipio>

“E foi assim que tudo começou...”. Com este indicativo, o setor memorial do site da Prefeitura de Itambaracá parece buscar uma forma atrativa de encantar, por meio de uma estrutura textual que versa sobre o descritivo, o memorialístico e o conto, os leitores ávidos pela história pública da cidade. Terras pertencentes à Jacarezinho – e depois, com a emancipação de Cambará, passou a ser Distrito desta –, o povoado de Jaborandi (primeiro nome da comunidade de Itambaracá) também teve novas alterações no decorrer de seu tempo histórico.

Quando o Distrito de Ingá, também pertencente à Cambará, emancipou-se, agora com o nome de Andirá, Jaborandi passa a se chamar Itambaracá e a ser, agora, Distrito de Andirá. Em 1955, tornou-se emancipado. O setor de memórias também conta com um trecho de citação dos indígenas que viviam nesta localidade, sem maiores dados sobre a etnia e situações de confronto, apenas fazendo menção à uma comunicação e troca de utensílios (de sementes para foices e facões) que teria, eventualmente, ocorrido entre um dos exploradores pioneiros e um conjunto de indígenas, os quais ele denominou como “bugres”. Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – atualização de 2022 –

indicam um contingente populacional de 5.908 habitantes.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

A) O discurso, sob o olhar da ADC.

Assim como as comunidades anteriormente destacadas, a história oficial do município de Itambaracá, disponível em seu portal, ao ser examinada sob a ótica da Análise do Discurso Crítica (ADC), também revela-se a partir de uma narrativa discursiva que molda a memória coletiva e as representações sociais de forma ideologicamente orientada. Há nortes específicos estruturantes nesta construção, que vale a pena direcionar o olhar de atenção sensível. A começar pelo texto longo, em estilo descritivo, embasado em muitos atores e fatos, documentos e leis, relatos e passagens da história local.

Sob a ótica da ADC, conforme os pressupostos de Norman Fairclough e as reflexões de Teun A. van Dijk, o discurso não apenas reflete o contexto historiográfico, mas o constrói, aportado em manifestações de poder e de ideologias que, muitas vezes, são reproduzidas de maneira inconsciente. A narrativa de Itambaracá também segue a tríade analítica de Fairclough, que permite examinar a inter-relação entre texto, prática discursiva e prática social para desvendar as estruturas de poder e as ideologias subjacentes.

Em referência ao contexto da “Construção do Mito Fundacional”, o texto da prefeitura constrói a estrutura de imagem deste ator, centrado no pioneiro Joaquim Severo Batista, que é retratado como um agente de ordem e progresso. A narrativa, que se inicia em 1885 com a “exploração de terras” e a aquisição de “40.000 alqueires”, legitima a origem do município através da propriedade privada e do esforço individual. Essa prática discursiva é típica de uma história oficial que busca dar à comunidade uma origem heróica e legalista, desvinculada de conflitos ou de outras presenças no território.

O texto também utiliza a palavra indígena “Itambaracá” para nomear a cidade, atribuindo-lhe o significado de “*Pedra do Amor*”. A apropriação do nome indígena, no entanto, é descontextualizada da cultura e da história dos povos originários. Essa é uma manobra discursiva que utiliza um elemento simbólico da cultura indígena para adornar a narrativa, ao mesmo tempo que apaga a presença física e as lutas desses povos pelo território, configurando um processo de silenciamento.

As escolhas textuais e discursivas da narrativa de Itambaracá refletem e, ao mesmo tempo, reforçam práticas sociais e ideologias específicas. O discurso oficial constrói uma representação social do território como um espaço a ser “explorado” e “legitimado” por

indivíduos audaciosos. Essa representação, na perspectiva de Van Dijk, é um sistema de crenças compartilhadas que orienta a percepção do mundo e as ações sociais.

Da mesma forma que as outras comunidades, o silenciamento da história indígena é um ato discursivo que sustenta a ideologia do vazio demográfico, ou seja, a crença de que a terra estava “vazia”, aguardando a chegada dos colonizadores. Essa ideologia tem uma função prática: ela legitima a posse da terra por descendentes destes atores, invisibilizando, assim, as demandas de grupos sociais desfavorecidos, como os povos indígenas.

O professor Lucineudo Machado Irineu, no artigo “Discurso, Sociedade e Cognição: notas sobre representações sociais”, aborda reflexões a partir de Van Dijk, referência do campo da ADC, trazendo contribuições efetivas para a nossa análise. Conforme o texto, as ideologias, por definição, são sistemas gerais, compartilhados por grandes grupos ou culturas. O discurso oficial de Itamaracá, portanto, veicula precisamente uma ideologia de progresso e pioneirismo que é compartilhada pela cultura dominante e que é aprendida em contextos sociais como a escola, os veículos de comunicação e as interações diárias.

A narrativa oficial de Itamaracá funciona como um sistema de pensamento que, ao omitir o conflito e a presença indígena, também sustenta as práticas sociais de posse e poder. A ADC, neste viés, permite-nos não apenas ler o que está escrito, mas também compreender o que foi intencionalmente deixado de fora, revelando a complexa relação entre linguagem, ideologia e a construção de nossa realidade social.

B) Conexão com a História Pública

A investigação do portal institucional de Itamaracá, quando examinada sob a perspectiva da História Pública, também evidencia tensões significativas entre a narrativa oficial e os fundamentos inerentes à construção participativa da memória social. O campo pressupõe dinamização nas interconexões sociais e na forma de produção de sentidos sobre as experiências sociais, culturais, históricas, instigando a participação cidadã, a multiplicidade de vozes e a problematização das versões dominantes do passado. Nessa ótica, o conteúdo apresentado pelo site da Prefeitura Municipal configura-se mais como uma prática de autolegitimação institucional do que como um espaço de diálogo histórico efetivo, embora seja de maior dimensão de dados do que os demais municípios apresentados.

A narrativa historiográfica é conduzida de forma linear, com foco na exaltação do “pioneiro” e na sucessão de eventos político-administrativos - tais como a legitimação de terras, a elevação à condição de distrito e a emancipação. Essa abordagem inviabiliza a “co-construção” da memória, princípio basilar da História Pública. Como salienta Ricardo

Santhiago (2016), esse campo do conhecimento deve funcionar como ponte entre a historiografia acadêmica e as “formas de saber” originadas na sociedade, expressas em registros orais, tradições, mitos e memórias coletivas de diferentes grupos sociais. Ao desconsiderar essas fontes, o portal municipal reproduz a lógica verticalizada, segundo a qual a história é algo a ser transmitido de forma unidirecional, e não um processo colaborativo.

Entre os aspectos mais críticos identificados no discurso institucional está, ao exemplo dos demais municípios observados, a omissão sistemática da trajetória dos povos indígenas. Apesar de a etimologia do topônimo “Itambaracá” remeter a um idioma de matriz nativa, não há qualquer desenvolvimento acerca da presença, da cultura ou das lutas desses grupos no território, embora, as narrativas não – oficiais rememoram fatos e histórias sobre estes povos, que circulam no campo do imaginário e nas narrativas orais e simbólicas. Tal escolha narrativa, que superficialmente remete à cultura originária, simultaneamente esvazia e oculta sua historicidade concreta.

Tanto a preservação da memória quanto o esquecimento são atos políticos que moldam identidades. Nesse sentido, o silêncio em torno da presença indígena não constitui uma mera lacuna documental, mas um posicionamento que reitera a ideologia do “vazio demográfico”, já enaltecido anteriormente, desenhando o sentido do processo de ocupação colonial. A História Pública, por outro lado, pressupõe o resgate dessas vozes, revelando a existência dos conflitos e experiências que a narrativa oficial frequentemente omite.

C) Conexão com a Comunicação Pública / Educomunicação

O portal de Itambaracá não explora plenamente as potencialidades da Comunicação Pública, reconhecendo-o como um bem social de interações, e do ambiente digital, enquanto repositório de memória e instrumento de engajamento social. A narrativa histórica apresentada também mantém-se em um formato estático e descritivo, o que limita o diálogo memorialístico com a comunidade e reduz as possibilidades de trocas subjetivas e de apropriação coletiva do patrimônio cultural. Importante destacar que, da mesma forma que o município de Santa Amélia, não possui um setor exclusivo para cuidar da Comunicação Pública Institucional. Neste sentido, o manejo dos dados são administrados pelos atores dos setores administrativos e dos atores que coordenam o portal.

Sob a ótica da Comunicação Pública, entendida como processo dialógico, plural e orientado ao interesse público (Duarte, 2012; Matos, 2009), é fundamental que as plataformas digitais de gestão municipal sejam concebidas como espaços de mediação entre governo e sociedade, permitindo a circulação de informações relevantes e a construção compartilhada de

sentidos. Um portal institucional não deve ser apenas um canal de transmissão de dados, mas também um ambiente que pavimenta a participação cidadã, implementando um coeficiente comunicacional aberto e democrático, ampliando, desta forma, a relação de confiança entre poder público e população.

A incorporação de princípios da Educomunicação, definida por Soares (2011) como o conjunto de ações voltadas a ampliar o ecossistema comunicativo, promover a liberdade de expressão e desenvolver competências críticas no uso das mídias, ampliaria consideravelmente o papel do portal. Isso poderia se concretizar por meio da criação de seções interativas que permitam o envio e a curadoria de conteúdos pela própria comunidade, a digitalização e disponibilização de acervos fotográficos, vídeos, jornais e documentos, a produção de depoimentos audiovisuais de moradores, bem como a implementação de mapas interativos que mostrem a evolução territorial do município.

Tais estratégias, alinhadas aos pressupostos da História Pública — que busca democratizar o acesso, a produção e a interpretação do passado (Frisch, 1990; Cauvin, 2016), transformariam o portal em um espaço vivo de memória, onde o passado deixa de ser um registro distante e se torna um recurso ativo pautado em engajamento de atores e circularidades.

3.5 Estrutura Metodológica: Questionário

Embora o estudo desta pesquisa apresente quatro municípios, que circundam-se em uma micro-região, optou-se por aplicar o questionário para maiores levantamentos de dados em apenas dois deles: Andirá e Bandeirantes. O objetivo desta escolha foi proposital: eles possuem setores institucionais de Comunicação Pública (um dos focos desta pesquisa). Portanto, visa investigar como que, por meio deste setores de planejamentos específicos (e outros setores responsáveis pela alimentação informacional da História Pública local), articulam os trabalhos de cuidado com os dados do tempo histórico.

As questões que seguem tem como meta entender a forma pela qual os entrevistados refletem sobre o papel central da história numa relação com a Comunicação Pública, a cientificidade deste campo, bem como uma reflexão sobre a representação social destes atores, em seu próprio papel enquanto um ator articulador das práticas, dos planejamentos e processos, que visam o cuidado memorial das comunidades.

Destaca-se, neste aspecto, também, a responsabilidade e o compromisso com a memória, tanto deste setor historiográfico inserido nos portais, como, ainda, o perfil do gestor

deste processo, já que a demanda social que se relaciona com este conteúdo é diversa, distinta e de cunhos objetivos múltiplos. A começar pelas gerações mais novas, os estudantes, as crianças e adolescentes, que em seus trabalhos educativos de pesquisa, encontram nestes mecanismos informacionais públicos, os dados e fontes referentes à memória de seus antepassados e sua comunidade. Portanto, neste sentido, gerações comungam destes conteúdos, produzindo sentidos.

Da mesma forma, em ação de aprendizado histórico, pesquisadores, acadêmicos, jornalistas, escritores, empresários e instituições das mais diversas agências de socialização, comulgam desta relação de captura de dados para os seus intentos. Portanto, há um compromisso e uma responsabilidade de produção de sentidos históricos neste espaço e nesta relação com a narrativa:

A narrativa histórica pode ser vista e descrita como uma operação mental constitutiva. Com ela, particularidade e processualidade da consciência da história podem ser explicitadas didaticamente e constituídas como uma determinada construção de sentido sobre a experiência do tempo. O aprendizado histórico pode, portanto, ser compreendido como um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem. A narrativa histórica pode, então, em princípio, ser vista como aprendizado quando, com ela, as competências forem adquiridas através de uma função produtiva do sujeito, com as quais a história será apontada como fator de orientação cultural na vida prática humana (Rüsen, 2011, p. 43).

Pagliarini Junior (2017), em seu artigo *História de Municípios narradas nos seus sites oficiais: a História Pública e seu potencial para a pesquisa histórica*, também orienta que

Em muitas das vezes, os sites apresentam formas de escritas estruturadas em três concepções, sendo elas a História enquanto “mestra da vida”, carregada, por exemplo, do discurso do pioneirismo; a presentista, voltada às realizações de um curto recorte, via de regra correspondente ao mandato da gestão atual; e , ainda, a teleológica, estruturada numa projeção das demandas e dos acontecimentos das conquistas políticas (científicas, morais, etc.) representadas nos programas políticos (Pagliarini Júnior, 2017, p. 255).

Ele enfatiza, que as histórias contadas nos sites oficiais dos municípios tendem a seguir esses três padrões: glorificando o passado fundacional (pioneirismo), valorizando a gestão política atual (presentismo) e projetando um futuro de conquistas e progresso (teleologia). Essas narrativas, portanto, apesar de terem um viés de aprendizagem, também são seletivas e têm a intenção de servir a objetivos políticos e de legitimação das gestões em curso. Essa reflexão crítica é um alerta importante para o processo de decodificação da estrutura do discurso, visando a orientação de compartimentalização dos fatos do passado, em

consonância com a história em movimento.

Como percebido no decorrer desta escrita, no que se refere à proposta de reflexão epistemológica sobre a Comunicação Pública e a Educomunicação – entendidas como campos acoplados à História Pública -, foi mobilizado um questionário com o intuito de investigar a percepção dos setores institucionais públicos de comunicação, acerca da memória pública local, bem como saber se há planejamento estratégico do poder público municipal e ações voltadas à reflexão coletiva, projetos e políticas alusivas, produções de mídias, no programa de atuação do setor, com foco na perspectiva do engajamento de públicos e circularidades histórias (pressupostos da História Pública).

O questionário se delimitou através das seguintes questões:

- ***NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA.***

3.5.1 Desde quando o site está no ar?

3.5.2 O site conta com o setor de memória da comunidade?

3.5.3 Quando ocorreu sua última atualização?

3.5.4 A Prefeitura conta com o setor de Comunicação Pública? (Assessoria de Imprensa, Departamento de Comunicação, Secretaria Municipal de Comunicação Social) ou outra denominação correlata? Se não, qual setor é o responsável pelas notícias e pelo planejamento de comunicação com o público?

3.5.5 Possui um canal de comunicação on line com a população (Chat, Newsletter, Redes Sociais, Ouvidoria)?

3.5.6 Quem gerencia o setor de Comunicação Pública é jornalista formado ou graduado em outras áreas da comunicação? Se não, de qual área é?

3.5.7 Ao destacar informações da atual gestão, no setor de notícias, utiliza-se de alguma conotação histórica? (comparativo com outras épocas, homenagem a pioneiros e personalidades, etc.) – Exemplificar.

- ***NO CAMPO DA HISTÓRIA***

3.5.8 O site conta com setor específico sobre a História / memória da cidade?

3.5.9 Existem outros campos além do específico sobre a história do município, que também referem-se à memória, como, por exemplo, patrimônios históricos, paisagens, turismo? (fotografias, homenagens, etc)?

3.5.10 O campo específico da história do município conta com fácil acesso e ou localização no site? Está inserido em algum menu que carece de navegação para detecção ou ele é

apresentado de forma explícita em *banner* na página principal?

- 3.5.11 Além de textos escritos, existem outros tipos de narrativas que retratam conteúdos históricos? (fotografias ilustrações, charges, etc). Exemplificar.
- 3.5.12 Alguém assina por esta apresentação histórica ou conta com referência?
- 3.5.13 Algum historiador auxiliou/auxilia na sua produção?
- 3.5.14 Os textos de caráter histórico apresentam alguma problemática ou são meramente informativos?
- 3.5.15 O texto de caráter histórico possui referências bibliográficas? (caso possua, citar)
- 3.5.16 O site conta a história a partir da política? Da econômica? Da cultura? Faz alguma homenagem ou destaca personalidades? Destaca o papel de pioneiros? Utiliza de datas significativas? A narrativa faz alguma referência aos moradores do município? E as “pessoas comuns”? Conta a História numa narrativa trágica? Cômica? Romanesca (heróis?) apresenta mitos locais/regionais?
- 3.5.17 O conteúdo histórico apresenta uma leitura histórica teleológica? Utiliza a história como magistra vita? Apresenta uma leitura presentista da História? (exemplificar)
- 3.5.18 Estabelece em algum campo uma relação direta entre o passado com o presente? (especificar). Algum outro campo ou link apresenta leituras históricas? (exemplificar).
- 3.5.19 Há projetos, ações, planos de gestão (do setor de comunicação ou outro) que mobiliza audiências, públicos, e torno da história da comunidade. Esses projetos são temporais ou contínuos?



Figura 12 (fonte: arquivo pessoal): Registro efetuado na Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação da Prefeitura de Andirá, entrevistando a Secretária Ana DelPadre. Como destacado no memorial, eu coordenei esta mesma Secretaria entre os anos de 2015 a 2018, implementando, entre outras ações, os projetos educacionais.



Figura 13 (Fonte: arquivo pessoal): Registro efetuado na Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, entrevistando os assessores Talitha Dalacosta e Róger D. T. Demétrio. Como destacado no memorial, eu coordenei este mesmo setor entre os anos de 2005 a 2008, implementando, entre outras ações, os projetos educomunicativos.

As entrevistas foram conduzidas presencialmente junto aos setores responsáveis pela Comunicação Pública institucional das duas prefeituras. Com base nos levantamentos informacionais e na análise crítica dos informes obtidos, identificaram-se abordagens distintas na operacionalização da Comunicação Pública e nas estratégias utilizadas por cada município para apresentar suas narrativas históricas, revelando diferentes formas de construção e gestão da memória coletiva local. Na sequência, uma análise analítico-comparativo dos dados levantados, divididos por categorias elencadas: 01) Caracterização e estrutura da gestão da comunicação; 02) Presença e acessibilidade da História; 03) Características narrativas e produção do conteúdo histórico; 4) Engajamento e Projetos de História Pública.

- **Caracterização e Estrutura da Gestão da Comunicação**

De acordo com as respostas, ambos os municípios carecem de informações precisas sobre a data de lançamento e a última atualização de seus respectivos sites, no âmbito da referência memorial. Há uma alimentação informacional contínua nos portais, entretanto, esta prática refere-se aos conteúdos do cotidiano, no tempo presente, nas notícias das ações governamentais. No entanto, ambos possuem um setor formal de Comunicação Pública: Andirá com uma Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, e Bandeirantes com uma Assessoria de Comunicação.

Em relação aos canais de comunicação online, Bandeirantes se mostra mais abrangente, utilizando Ouvidoria, e-mail oficial, WhatsApp e redes sociais com chat aberto,

enquanto Andirá se limita a redes sociais e Ouvidoria. Uma diferença notável reside na formação dos profissionais: Bandeirantes conta com uma Assessora de Imprensa com formação em Cinema (e experiência em jornalismo), e um colaborador no setor da área de Letras; ao passo que em Andirá, os responsáveis pela comunicação possuem formação em Gestão Pública e Educação, o que pode influenciar as estratégias e o olhar sobre a comunicação.

- **Presença e Acessibilidade da História**

De acordo com as questões elencadas no questionário, ambas as prefeituras disponibilizam um setor específico ou aba dedicada à história/memória do município, com fácil acesso via menu de navegação. Esse é um ponto positivo em comum, indicando a valorização da narrativa histórica como parte da memória pública local. No entanto, Bandeirantes se destaca por integrar a memória em mais áreas do site, como na aba de Turismo e por meio de fotografias históricas espalhadas pelo portal, enquanto Andirá concentra o conteúdo histórico majoritariamente em sua seção dedicada.

- **Características Narrativas e Produção do Conteúdo Histórico**

Em ambos os sites, as narrativas são predominantemente textuais, sem o uso de fotografias, ilustrações, entrevistas memoriais ou outros recursos multimídia diretamente nas seções de história. Embora Bandeirantes mencione que o Museu Municipal seria o local para visualizar fotografias, peças históricas e documentos. Nenhuma das cidades conta com historiadores profissionais na produção do conteúdo do site, e ambas as prefeituras afirmam que seus textos são informativos e não possuem referências bibliográficas. Essa autopercepção de neutralidade contrasta com a análise da Análise de Discurso Crítica (ADC), que revela profundas construções ideológicas.

Em Andirá, a história é apresentada com uma clara problemática (a opressão por Cambará) e um tom romanesco/heroico, comparando a emancipação a um evento de magnitude nacional (a Independência do Brasil). Essa narrativa é explicitamente teleológica (culminando na autonomia), atua como *magistra vitae* (oferecendo lições morais de luta) e é presentista, ao ressoar com valores contemporâneos de justiça e autonomia. A abordagem foca na política, na cultura e nos pioneiros, sem se aprofundar em atores não oficiais. Há uma relação direta entre passado e presente estabelecida na própria narrativa histórica.

Já o contexto histórico de Bandeirantes, por sua vez, aborda um tom mais factual e descritivo, focando na economia (estrada de ferro) e na política da fundação, com destaque

para pioneiros e figuras oficiais. Embora a síntese mencione a presença indígena, a narrativa geral tende a ser mais neutra e a não aprofundar problemáticas como conflitos, o que, sob a ótica da ADC, representa um silenciamento discursivo e o apagamento da historicização de um povo tradicional pertencente à história local.

- **Engajamento e Projetos de História Pública/Educomunicação**

O município de Andirá utiliza a história (com destaque aos pioneiros) em suas notícias de gestão e possui projetos de História Pública nas escolas, além de contar com uma "Casa da Memória" e um "Cine Teatro" históricos. Isso indica uma tentativa ativa de mobilizar audiências em torno da história da comunidade. Bandeirantes, em contraste, não detalha o uso da história na comunicação da gestão atual, e, apesar de manter um Museu, afirma não possuir, no momento, projetos de comunicação que envolvam a história do município. Em síntese, Andirá se destaca por uma narrativa histórica mais interpretativa e engajadora, que busca construir uma identidade cívica através de sua história, vindo ao encontro da perspectiva da História Pública. Bandeirantes, por sua vez, prioriza uma comunicação mais factual e descritiva do passado, com menor integração da história em projetos ativos de engajamento público

4. Produto Educacional: Proposta de formação em Educomunicação e História Pública

Figura 14: Divulgação da palestra de apresentação da formação



Fonte: Acervo do autor.

Como observado, a pesquisa apresenta um esforço no âmbito da compreensão de que há, de fato, uma intersecção possível entre os campos epistemológicos da Educomunicação, Comunicação Pública e História Pública, visando a ampliação dos coeficientes comunicacionais, o protagonismo criativo, a apropriação dos meios de comunicação de massa (além de sua leitura crítica), o engajamento de atores no âmbito das estratégia de circularidade de informações históricas.

Nesta seara percebe-se que um campo se vale do outro, na medida em que se fortalecem nas conexões, promovendo, assim, ecossistemas comunicacionais democráticos, abertos, instigando uma práxis possível para a consolidação da consciência história, ao tempo em que, também, ampliam olhares sobre o “ser” e o “estar” no mundo em transformação.

A investigação presente envereda-se por esta missão epistemológica que, mesmo que não seja finita, aqui nesta produção temporal, possa, no futuro, despertar os olhares sensíveis dos comunicadores, estudantes, pesquisadores e dos historiadores do tempo presente, no sentido de prepará-los para o enfrentamento dos desafios do século XXI, muito engendrados em práticas midiáticas e de cultura digital no pressuposto da construção historiográfica.

Tempos, estes, marcados, inclusive, em grande parte, por revisionismos, fascismos, cerceamentos, manipulações, dominações ideológicas, tensões no campo dos sentidos, apagamentos, disputas de narrativas e o advento de atores dispostos à perseguição da ciência histórica (e dos historiadores).

Portanto, não se pode mais falar sobre a comunicação (especialmente a prática da comunicação pública, articulada em espaços do poder público, como, por exemplo as prefeituras de municípios), sem, antes, entender o compromisso social estratégico desta gestão informacional construída e dialogada em coletivo. Nos meus quase 20 anos de formação no bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo, e ao mesmo tempo, em pesquisa e práticas educacionais na comunicação política e comunicação pública institucional em Prefeituras, reuni experiências, dissabores e êxitos que me amadureceram acerca do olhar estratégico da comunicação para a promoção das transformações sociais. Aliás, a comunicação é um bem social, que, portanto, pressupõe, que seja de caráter integrador, mobilizador, dialógico; e a palavra é uma arma poderosa, que pode ser um alento formador ou uma navalha para o tempo.

Ainda mais, quando os setores de comunicação social destes mesmos espaços governamentais são, também, os responsáveis pela produção de sentidos sobre a representação social e a manutenção dos setores historiográficos e memorialísticos dos portais oficiais dos governos. Neste aspecto, a pesquisa tece um conjunto de reflexões (e ainda questões) pertinentes, que muito serve como uma espécie de *Pedagogia da História Pública*, em convergência com a Educomunicação, no ambiente gestor da Comunicação Pública, pavimentando, por meio de um processo de ensino e aprendizagem, uma efetivação da práxis dos campos, instigando, por meio de metodologias, o trânsito do conhecimento histórico nestes espaços de poder.

Entre estas questões possíveis acerca deste gestor de interfaces, alocado na Comunicação Pública, temos: Quem são estes atores e qual o seu perfil? Como se organizam em sua representação social? Como dialogam com as audiências orquestrando projetos, políticas e ações voltadas ao reconhecimento dos fatos, tempo, e atores sociais que compõem (ou que compuseram) uma comunidade? Como percebem, investigam, os fenômenos e o movimento da história em andamento? Como mobilizam as narrativas do tempo histórico nos portais oficiais do poder público?

Essas são apenas algumas das muitas questões que podemos traçar na tentativa de decodificar o perfil do historiador público, engendrado pela metodologia educacional, e em um ambiente centrado na Comunicação Pública governamental. Diante da complexidade

destes campos, e da tentativa prática de conexão possível, percebemos que este ator demanda uma atenção epistemológica distinta, já que, tenho percebido nestas comunidades do meu recorte de pesquisa, que nem sempre contam com profissionais formados em jornalismo (ou áreas correlatas), manifestando uma ausência de pluralidade e diversidade e complexificando o ecossistema comunicacional com os seus respectivos públicos; nem tampouco, historiadores no quadro de servidores atuando nesta seara, o que também complexifica o olhar da consciência histórica em articulação.

É neste sentido que esta proposta de formação em Práticas Educomunicativas em História Pública, voltada à apresentação, didática, destes campos, e mostrando como elas podem ser utilizadas, de forma convergente, nos planos de gestão da Comunicação Pública, é uma das propostas desta pesquisa. A ideia é reunir Assessores de Imprensa, Secretários de Comunicação, chefes de Departamento de Comunicação – entre outros atores, entre os quais historiadores e gestores culturais, a serviço do poder público, relacionados ao cuidado das narrativas e dos setores da história/memória nos portais oficiais dos governos -.

A proposta também contribuir com o plano de gestão de comunicação em órgãos públicos, acentuando a minha experiência de duas décadas dedicadas ao serviço da Comunicação Pública, utilizando a Educomunicação como método.

O objetivo é que esta sequência didática possa servir como um piloto, para futuras formações correlatas, inspirando estes profissionais à percepção de sua representação, à reflexão sobre a consciência histórica, bem como à dinamização criativa da prática da gestão de comunicação institucional. Zabala (1998, p. 18), diz que sequências didáticas são “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”.

Desta forma, é possível entender que este pressuposto se constitui em um misto de aprendizagem inovadora, criativa, focada na reflexão do objeto (o plano de atuação da comunicação institucional), ao tempo em que articula-se o desenvolvimento de uma visão holística crítica do processo de atuação, caminhando ao encontro do que podemos chamar de consciência histórica. Faz-se necessário enaltecer que esta pavimentação formadora mobiliza-se a partir das problematizações, da reflexão dialogada coletivamente, da apropriação e produção dos mecanismos de mídias, das leituras e experiências, da experimentação.

Zabala (1998, p. 54) também diz que esta “identificação das fases de uma sequência didática, as atividades que a confirmam e as relações que se estabelecem devem nos servir para compreender o valor educacional que têm”. Entender como funciona o processo de

construção da informação e a maneira como esta se manifesta na prática laboral dos jornalista e historiadores em espaços públicos são aspectos que circundam a problematização deste objeto. Por isso, a proposta de formação, visando a emancipação de novas rotas para a emancipação dos sujeitos, se apresenta como estratégica.

A Educomunicação, enquanto um campo teórico consolidado na prática de ampliação dos coeficientes comunicacionais entre os atores e as agências de socialização, manifesta-se, aqui, não como um fenômeno de novo olhar sobre a essência da dialogicidade crítica emancipatória, mas, apropriada como um poderoso método para fazer História Pública.

Em minhas pesquisas, ao longo de muitos anos de contato com a Educomunicação, percebi que ela se apresenta como aporte teórico flexível e adaptativo em quaisquer área, muito em razão de sua missão de ampliação de ecossistemas dialógicos, de seu paradigma de interfaces e fomento criativo de uma educação para/pelo/com os meios de comunicação, em todas as agências de socialização. Como destaquei na primeira parte desta pesquisa de dissertação, onde paio pelas memórias e relações com a minha temática no mestrado, eu ainda cursava a graduação em comunicação social, no início dos anos 2000, quando tive o primeiro contato com este campo de interfaces e o utilizei como método para direcionamento de ótica nos planos de gestão dos setores de comunicação pública em que estive inserido, mobilizando importantes transformações e engajamentos de atores dos mais diversos setores públicos, além da população, que viu, dinamizada, a dialogicidade com o poder público.

Objetivo Geral

Proporcionar aos agentes públicos dos setores de comunicação institucional governamental - bem como aos atores gestores dos campos da cultura, e outros, atrelados, fundamentalmente, à função de mediação dos informes historiográficos nos portais oficiais -, práticas e processos teóricos de História Pública e Comunicação, que auxiliem na dinâmica de construção de planos de gestão educamunicativos que ampliem os ecossistemas comunicacionais nos espaços do poder público, dinamizando, assim, a dialogicidade com as audiências múltiplas interessadas no campo da memória local e da representação social.

Objetivos específicos

Proporcionar, aos agentes, embasamento teórico em História Pública, Comunicação Pública e Educomunicação, para que certifiquem-se da possibilidade efetiva de interface destes campos para a pavimentação de trabalhos de circularidade e engajamentos de atores sociais, no contexto da história local e da cidadania.

- Habilitar os profissionais para uma intervenção crítico-reflexiva nos processos comunicativos;
- Refletir, coletivamente, sobre os gêneros biográficos e Escritas de Si, vislumbrando possibilidades de programas, atividades, prospecções em ações públicas comunicacionais que contemplem a busca, identificação e valorização da história oral e pictórica, de atores não oficiais (fontes não oficiais) que também circundam pelo constructo historiográfico das comunidades (muitas vezes não inseridos nas narrativas do tempo nos portais oficiais);
- Apresentar os vários meios de comunicação tradicionais e contemporâneos (com foco nas mídias digitais), os seus processos de construção da informação jornalística e a adaptação aos vários suportes de comunicação e redes, em forma de oficina, visando fornecer aos alunos/agentes uma experiência prática de produção que possa contribuir com a mediação e difusão do conhecimento histórico, promovendo, assim, uma comunicação mais acessível, democrática, dialógica e participativa;
- Fornecer aos alunos estratégias para a análise crítica da mídia, como exercício para a cidadania e percepção da consciência histórica;
- Preparar o aluno para o planejamento e execução de projetos correlatos, bem como o engajamento de atores e realização de processos nos espaços da Comunicação Pública.
- Desenvolver competências para aplicar práticas de Educomunicação em projetos históricos e educativos, com foco na melhoria da comunicação entre o poder público e a sociedade.
- Propiciar uma formação básica sobre historiografia/tradicional, crítica, além de conceitos sobre a relação história e memória.

PÚBLICO ALVO

- Historiadores
- Jornalistas (e comunicadores de diversas áreas de formação)
- Agentes Culturais
- Servidores de áreas que, também, possam estar diretamente ligados às narrativas históricas nos portais oficiais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Eixo Formativo I – O que é memória Pública? Introdução à História Pública e História Regional (03 encontros síncronos, de 05 hora cada, na modalidade presencial, além de aulas assíncronas, com disponibilização de materiais de referência, com mais 05 horas, totalizando, então, 20 horas por Eixo Temático)

- Conceitos estruturantes de História e Memória;
- Introdução sobre a historiografia local/regional;
- Estudo das narrativas dos sites convidados.

Eixo Formativo II: Breves conceitos teóricos - (03 encontros síncronos, de 05 hora cada, na modalidade presencial, além de aulas assíncronas, com disponibilização de materiais de referência, com mais 05 horas, totalizando, então, 20 horas por Eixo Temático)

Introdução à História Pública (Fundamentos, conceitos, engajamento, circularidades informacionais, memória coletiva);

- Introdução à Educomunicação (Fundamentos, áreas e metodologias práticas);
- Introdução à Comunicação Pública (Fundamentos, áreas diversas da comunicação e o intercruzamento com a cultura digital);
- Alfabetização e Letramento Midiático, no contexto da História Pública.

Eixo Formativo III – Narrativas do Tempo - (03 encontros síncronos, de 05 hora cada, na modalidade presencial, além de aulas assíncronas, com disponibilização de materiais de referência, com mais 05 horas, totalizando, então, 20 horas por Eixo Temático)

Literatura e História no poder público: Escritas de Si, Biografias, Autobiografias, Autoficção, Experiências, Narrativas do tempo Histórico – verbais e pictográficas);

- Preservação e conservação da memória história (práticas e processos);
- Patrimônio Cultural e Imaterial;
- Políticas de Democratização cultural.

Eixo Formativo IV – Plano de Gestão de Comunicação e História Pública - (03 encontros síncronos, de 05 hora cada, na modalidade presencial, além de aulas assíncronas, com disponibilização de materiais de referência, com mais 05 horas, totalizando, então, 20 horas por Eixo Temático)

- Construção coletiva do Plano de Gestão em Comunicação e História Pública, acentuando prospecções para o setor da comunicação institucional, as ferramentas de análises de públicos alvos, discursos, estruturas de imagem, articulação de engajamento de atores

oficiais e não oficiais em ações de cunho comunitários.

O objetivo principal desta proposta de formação é contribuir para o desenvolvimento de atores públicos que atuam no campo da Comunicação Pública ambientados sobre os pressupostos da História Pública. Com efeito, espera-se que possam ampliar o olhar crítico sobre a experiência do tempo, e como as narrativas - que são manifestações de poder no registro oficial deste tempo - podem encontrar novas bifurcações advindas de outras narrativas, experiências e atores, do passado e do presente, tecendo, assim, um contributo sobre o coletivo social. Aprender sobre como se operacionaliza a construção das informações e utilizar estes conhecimentos, habilidades, técnicas e mecanismos para dinamizar a divulgação da História Pública amplia a conscientização.

Esta é uma proposta de formação correlata ao tema da pesquisa, envolta à perspectiva de ampliar o olhar dos organismos públicos, e dos atores que ali circundam, acerca de suas representações diante das manifestações e fenômenos do passado e do presente em movimento.

Figura 14: Projeto Piloto – Apresentação da Formação em Andará – PR



Fonte: Acervo do autor.

Figura 15: Divulgação da palestra de apresentação da formação



Fonte: Acervo do autor.

Como parte das ações desenvolvidas no contexto da pesquisa empírica, realizou-se, em 18 de julho, o evento “*História Pública e Educomunicação: Identidade, Memória e Participação Cidadã*”, no Cine Teatro São Carlos, em Andirá, numa parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação. A iniciativa constituiu um projeto piloto da proposta de formação em Educomunicação e História Pública, etapa subsequente desta pesquisa. O encontro teve como objetivo central promover um espaço formativo e reflexivo acerca das contribuições desses campos para o fortalecimento da identidade coletiva, articulando práticas participativas e a construção colaborativa de memórias.

A programação contemplou debates sobre temas estruturantes, como o conceito de tempo histórico, a cultura local, a memória pública, as políticas de democratização cultural e a preservação do patrimônio histórico. Também foram problematizadas as relações entre grupos sociais e processos históricos, destacando o papel das organizações culturais na formação da identidade comunitária. Durante as atividades, emergiram discursos que, em sua maioria, evidenciam uma compreensão da história sob um viés tradicional, fortemente vinculado à narrativa do “pioneirismo” como elemento legitimador do território. Tal perspectiva, embora valorizada pelos participantes, mostrou-se pouco problematizada em termos críticos, sendo em grande parte naturalizada, especialmente quando associada a memórias de famílias fundadoras e marcos institucionais.

Entre os relatos, destacou-se o depoimento do atual maestro da Banda Marcial Municipal, que rememorou a criação do grupo em 1934, ressaltando sua relevância contínua

na formação de jovens músicos por quase nove décadas. Esse exemplo evidencia a persistência de tradições culturais como expressões identitárias e a função social de instituições artísticas na construção da memória coletiva. Professores da rede municipal também contribuíram para o debate, enfatizando a importância da memória educacional na compreensão da trajetória da cidade. Foi recordado, por exemplo, que a Escola Municipal Ana Nery, onde atuo como pedagogo, foi criada antes mesmo da emancipação política do município, tornando-se um marco histórico na memória local.

As críticas levantadas previamente na análise dos portais institucionais, como a invisibilização de determinadas vozes e a ausência de narrativas plurais, manifestaram-se de forma mais sutil no evento - não como discursos explícitos, mas nas entrelinhas e silenciamentos, especialmente na ausência de referências às populações indígenas e a outros grupos sociais marginalizados na historiografia local. Nesse sentido, tornou-se necessário adotar uma postura de mediação dialógica, evitando a construção de um confronto público com representantes das prefeituras ou participantes. O processo de negociação dos saberes partiu do reconhecimento de que todos os envolvidos detêm conhecimentos legítimos sobre a história local, mesmo que não estejam amparados por formação historiográfica formal. Essa abordagem buscou valorizar os relatos orais, ao mesmo tempo que introduziu elementos conceituais capazes de ampliar a compreensão sobre a complexidade do passado.

Ao tratar a relação entre história e memória, foi possível explicitar que, embora ambas estejam interligadas, a história se fundamenta na análise crítica e contextualização das fontes, enquanto a memória se vincula a experiências subjetivas e afetivas. Procurou-se esclarecer que a História Pública, ao dialogar com as memórias individuais e coletivas, pode reinterpretá-las sem negá-las, incorporando-as ao debate como elementos essenciais para a diversidade narrativa.

As reflexões foram permeadas pelos princípios da Educomunicação, que, conforme Soares (2011), integra práticas comunicacionais e processos educativos de forma dialógica, visando à construção coletiva do conhecimento. Sob esse enfoque, o evento demonstrou que a articulação entre História Pública, Comunicação Pública e Educomunicação não se restringe à divulgação de conteúdos, mas envolve a criação de ecossistemas comunicativos que favoreçam a interação, a expressão cidadã e o reconhecimento da diversidade cultural (ABPEducom, 2018). Tal abordagem revela-se estratégica para fortalecer identidades coletivas, promover a democratização cultural e reafirmar o papel da história como ferramenta de pertencimento e cidadania.

A análise dos discursos coletados durante o evento-piloto em Andirá demonstrou uma

compreensão da História predominantemente crítica entre os atores sociais envolvidos. Haviam, ali, artistas, historiadores, comunicadores, imprensa. Alguns, inclusive, de famílias tradicionais “pioneiras”. Essa percepção emergiu a partir da escuta sensível das múltiplas vozes presentes, as quais reconheceram a necessidade de ampliar ações de popularização e engajamento para a construção de uma consciência histórico-coletiva mais inclusiva, mediadas por planejamentos de comunicação, de cultura e educação pública. Como já destacamos anteriormente, a História Pública deve se configurar como um espaço ecossistêmico, de ampliação dialógica, onde as memórias e experiências dos sujeitos são valorizadas, possibilitando a emergência de novos sentidos sobre o passado. Nesse sentido, os relatos de diferentes gerações e as reminiscências evocadas pelos participantes indicam o desejo dos presentes em contribuir para a ampliação da cultura e memória locais.

Quanto às dimensões sociais da narrativa, especialmente o conceito de “pioneirismo”, observou-se uma valorização crítica, ainda que permeada por sentimentos de reconhecimento e gratidão aos primeiros habitantes. Essa dualidade é consistente com as discussões de Trouillot (1995) sobre as “silenciamentos” presentes na construção das narrativas históricas oficiais, que privilegiam certos grupos em detrimento de outros, como mulheres, negros e indígenas. De fato, alguns interlocutores demonstraram consciência da ausência desses sujeitos na historiografia local, o que reforça a importância da pluralidade de vozes para uma história mais justa e representativa.

As críticas levantadas anteriormente acerca dos portais institucionais, especialmente em relação à invisibilização de determinados grupos sociais, manifestaram-se tanto diretamente, pela constatação das lacunas e ausências documentais, quanto de forma indireta, nas entrelinhas dos discursos e silenciamentos. Essa dinâmica foi evidenciada pela ausência quase total de referências à população indígena nas narrativas oficiais, apesar de seu reconhecimento tácito na memória popular local. Tal fenômeno está alinhado às análises de Assmann (2011), que enfatiza a natureza política do esquecimento e da memória, destacando como o que é omitido também revela estruturas de poder e dominação.

No que tange à mediação dos saberes durante o evento, foi fundamental adotar uma postura de escuta aberta e democrática, que valorizasse o conhecimento não formal dos participantes, evitando a imposição do pesquisador como detentor único do saber. Essa negociação epistemológica está em consonância com os princípios da Educomunicação, que defendem a construção coletiva do conhecimento a partir de uma pedagogia da dialogicidade ampliada, democrática, em um processo de interlocução entre saberes diversos, culturas e representações sociais diversas. O processo não se encerra na ação formativa, mas se abre

para desdobramentos futuros, pois a pesquisa atua como um catalisador de novas investigações e sentidos na história local.

Por fim, a delicada relação entre história e memória foi abordada com a preocupação de não desvalorizar as memórias dos sujeitos, reconhecendo-as como elementos vitais e subjetivos que dão sentido à experiência histórica. Sob a perspectiva teórica de Nora (1989), que distingue entre memória (dinâmica, viva e presente) e história (analítica e crítica), procurou-se explicitar que a História Pública, ao estimular o questionamento, pode reinterpretar as memórias sem, contudo, apagá-las, promovendo uma dialética enriquecedora entre passado e presente.

Dessa forma, o evento evidenciou a importância da articulação entre História Pública, Comunicação Pública e Educomunicação para a construção de ecossistemas comunicativos participativos, que incentivem o protagonismo social e o reconhecimento da diversidade cultural, conforme defendido pela ABPEducom (2018). Essa abordagem contribui para fortalecer identidades coletivas, democratizar a cultura e reafirmar a história como ferramenta fundamental para a cidadania e o pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realizam no processo da vida humana. (O termo “vida” designa, obviamente, mais do que o mero processo biológico, mas sempre também – no sentido mais amplo da expressão – um processo social). Para esta forma de consciência, é determinante a operação mental com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas. Essa operação pode ser descrita como orientação do agir (e do sofrer) humano no tempo. Ela consiste na articulação de experiências e intenções com respeito ao tempo. (RUZEN, 2001, p. 58).

Eu tenho um desafio, aqui. E como a vida toda, desde criança, foi marcada por resistência, desafios, lutas, sirvo-me da provocação de poder inserir-me, como jornalista e professor, na luta por um mundo melhor, através da comunicação, da educação, da política pública, das ciências, pavimentando uma estrada aportada em criticidade e consciência social, histórica. Paulo Freire, certa vez, disse: “ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde. Ninguém nasceu professor ou é marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática” (Freire, 1991, p. 17).

Faço a abertura desta conclusão narrativa acadêmica com estas duas citações, anteriores, primeiro, para enfatizar, que o tempo não é finito, mesmo quando partimos para um outro mundo. O tempo, é a experiência humana, manifestada nas narrativas que relacionam-se com as de outras; nos sentidos que tecemos nas experiências de outros; e nos impactos que provocamos, na existência subjetiva de outros.

O tempo está aí, movimentando-se, sem soltar as mãos de ninguém; ora dos teóricos, que embasam nossos constructos científicos; dos filósofos, que mesmo após centenas de anos, estão vivos, por aí, transformando, formando, orientando, criticando, a forma de ver, ser e estar no mundo. O tempo está na literatura, nas artes rupestres, na arquitetura, nos saberes populares, nas invenções e inovações, nas religiões, na ciência, na arte, na representação social de atores e coelivos, nas paisagens.

O tempo é texto, é palavra, que circunda não apenas as nossas produções epistemológicas, mas, a nossa existência política, ideológica, espiritual, as dimensões humanas, a nossa forma de resistir, as nossas dores nos trajetos. Como disse Sartre (2004): “O escritor engajado sabe que a palavra é ação”. Neste sentido, o tempo é a narrativa de tudo. É neste contexto, - um pouco filosófico, digamos, e associado com a historicização -, que esta minha pesquisa se envereda, por registrar a transformação do tempo no mundo – pelo menos, do meu tempo e do meu mundo.

Eu poderia ficar, durante páginas e palavras, tecendo, aqui, o quanto eu admiro o tempo, a experiência, a minha paixão pelas palavras e pelas coisas (uma alusão à Michel Foucault) e por tudo o que propiciou, até o momento, à minha vida (ou, claro, às minhas vidas, aqui mesmo neste plano). Rusen (2001), diz que a vida está alocada à experiência e a intenção do tempo. Sua tessitura reflexiva, aqui, buscava destacar sobre como a consciência histórica se manifesta na interseção entre a experiência temporal e as intenções humanas, oferecendo uma compreensão profunda da relação entre história e vida prática. Bergamachi (2006, p. 55), tece: “o sujeito, então, se escreve. Sua escrita vai se construindo na relação com o Outro, em suas relações originárias, nestas relações em que o sujeito ‘tateia’, tentando responder, porém sem saber ao certo, o que o Outro quer, naquilo que, no desejo, é desconhecido”.

Paulo Freire – Patrão da Educação Brasileira -, ao nos dizer que não nascemos professores (e, aqui, empresto o conceito para aplicar, também, à todas as outras profissões) e, sim, nos tornamos, acopla-se muito ao aspecto da produção subjetiva e histórica de um sujeito que, ao ser impactado por narrativas e experiências, molda a sua própria narrativa existencial no cenário em que vive, e transforma-o. Afinal de contas, somos frutos de tudo o que nos impactou, experienciamos, vivemos.

Ao construir esta pesquisa, questionei-me, bastante, em que rumo epistêmico eu poderia tomar. Mas, logo percebi, que não havia, para mim, outra forma de narrar a temática do meu objeto sem tecer intersecções com a minha experiência na Comunicação Pública e na Educomunicação. Ou melhor: até poderia, mas, não teria a dimensão subjetiva e reflexiva, que aporta uma práxis, tão afirmativa, quanto a da inserção de minhas memórias.

Não é um texto essencialmente memorialístico, mas, como nos últimos 20 anos de minha vida estive experienciando os trajetos da Comunicação Pública e da Educomunicação (todos os dias, todos os meses, todos os anos, nos exitosos feitos e nos doloridos trajetos), seria incrível se eu encontrasse, portanto, o elo perfeito para narrar estes campos epistemológicos em uma poderosa conexão com a História Pública, que, aliás, tem tudo a ver com eles, já que pressupõem circularidade, ecossistemas comunicacionais abertos, protagonismo, engajamentos de atores sociais, compartilhamento de autoridades, apropriação e produção dos meios de comunicação, por meio da consciência histórico-crítica.

A presente pesquisa buscou enaltecer que há, de fato, uma poderosa conexão entre estes campos tão profundos e com raízes solidificadas, mas que, ainda assim, diante dos fenômenos da contemporaneidade, e da hermenêutica dialógica, articulam um ecossistema comunicacional possível, encontrando formas para novos olhares e intersecções. Apresento,

aqui, uma breve trajetória e argumentos sobre cada um destes campos, em seus fundamentos, áreas e metodologias, ao tempo em que trabalho na busca pela conexão epistemológica.

Uma destas frentes de investigação foi justamente a análise do papel da Comunicação Social das Prefeituras de Andirá e Bandeirantes, órgão responsável pelo registro memorial, pelo engajamento dos cidadãos, pela gestão dos fluxos informacionais e pela produção e disseminação do tempo histórico nos portais oficiais das prefeituras. Ao tecer uma análise de conjuntura destas narrativas, a partir da semiótica, da estrutura da linguagem, dos tipos textuais, da forma como lidaram – e lidam – com as narrativas do tempo e seus atores, buscamos identificar as ações de cuidado direcionadas ao espaço virtual de cunho histórico. Para tanto, mobilizamos, por meio da metodologia de levantamento de dados (enquete), entrevistas e coletas de informações que nos possibilita traçar uma investigação sobre estes portais, seus conteúdos e seus mecanismos de disseminação.

Da mesma forma, propomos um encontro de formação em Educomunicação e História Pública, para agentes públicos responsáveis pelos setores de comunicação dos governos (Assessores de Imprensa, Secretários Municipais de Comunicação e de Cultura, agentes culturais, e outros atores responsáveis pela gestão dos processos comunicacionais e os espaços narrativos históricos das comunidades). Uma sequência didática permeando pelos pressupostos dos três campos que se convergem, cujo o objetivo é a dinamização de estratégias e planos de gestão da comunicação pública. Foi realizado um piloto, com agentes dos setores da cultura e da comunicação, servindo de possibilidade e sugestão, para outros encontros com a temática alusiva. Concluo destacando que, nesta seara, a pesquisa espera contribuir, avançar, apresentar, em ambos os campos, novos pressupostos teóricos, angariando novos cientistas que vislumbrem, nesta intersecção, pavimentos possíveis para avanços epistemológicos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ABREU, Marcelo. **Fazendo História em comum – divulgação histórica, exposição, documentário e história pública**. In: SCHMIDT, Benito; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Fazendo História Pública**. Vitória: Milfontes, 2021. p. 73.
- ANDIRÁ. **História da cidade**. 2024. Disponível em: <https://andira.pr.gov.br/cidade/historia> . Acesso em: 14 jun. 2024.
- ASSMANN, Aleida. **Cultural Memory and Western Civilization: Functions, Media, Archives**. Cambridge University Press, 2011
- ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- ABPEducom (Associação Brasileira de Pesquisadores em Educomunicação). **Diretrizes para a Educomunicação**. São Paulo, 2018.
- BANDEIRANTES. **História da cidade**. 2025. Disponível em: <https://bandeirantes.pr.gov.br/cidade> . Acesso em: 02 jul, 2025.
- BARTHES, Roland. “**La Mort de l’auteur**” (1968). In: BARTHES, Roland. **Le Bruissement de la langue**. Essais critiques IV. Paris: Le Seuil, 1984, p. 63-69.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Pre-textos conversaciones sobre la comunicacion y sus contextos**. Cali, Centro Universidade del Valle. Coleccion Ensayo Iberoamericana, 1995
- BORGES, Viviane (org.) **História pública e história do tempo presente**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2021. p. 9-20.
- BALLER, Leandro; PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. **Uma leitura sobre as novas configurações migratórias: análise no/do tempo presente em narrativas orais e de jornais**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 31–**, jan./jul. 2019.
- BARBOSA, Marialva. “**Imprensa e História Pública**.” In: MAUD, Ana Maria; ALMEIDA, Rabêlo de; SANTIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**, São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular – o uso de imagens como evidência histórica**. 2017.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- BERGAMASCHI, R. **Escrita morte-origem em psicanálise**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.
- BERGSON, H. (1999). **Matéria e Memória**. Tradução de Carlos C. de Moura. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- CANDAU, Vera Maria. **Memória e identidade: a experiência do sujeito e da coletividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CONSANI, Marcel. **Educomunicação – o que é e como fazer**. São Paulo: Editora Contexto, 2024.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **História Pública: uma reflexão sobre o campo e seu papel na sociedade**. Café História, 2023. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br>. Acesso em: 11 mar. 2025
- CAUVIN, Thierry. **A comunicação da história a audiências não acadêmicas, a participação pública e a aplicação da metodologia histórica a situações do presente**. NUPEM, v. 12, n. 1, p. 46, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5724/3748>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- CARBONARI, María Rosa. **De como explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Histotia Regional**. História Unisnos. São Leopoldo: v.13, n.1, p.19-34, 2009.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TAVARES, Ana Paula. **História Pública e Divulgação da História**. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 16.
- CÂMARA, Maria do Rosário e outros (orgs.). **História oral: A memória do povo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 111.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?** In: MAUAD, Ana Maria; RABELO DE ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 170.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **História pública e seus múltiplos olhares: reflexões sobre o campo e suas fronteiras**. São Paulo: Editora ABC, 2016.
- CAROSIO, Marta. **História pública: entre o passado e a construção social da memória**. Revista História da Historiografia, n. 15, p. 127-144, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

- CITELLI, Adilson (Org.). **Comunicação e educação: os desafios de aceleração social do tempo**. São Paulo: Paulinas, 2017. p. 182.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Rio de Janeiro: Contexto, 2011.
- CAUVIN, Thomas. **Public history: a textbook of practice**. New York: Routledge, 2016.
- CAUVIN, Thomas. **Public history: a guidebook**. New York: Routledge, 2020.
- CÔRTE, Andréa Telo da; BARROS, Joana da Silva; LIMA, Livia Maria Garcia; HADLER, Maria Silva Duarte; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; KOBELINSKI, Michel. **Como fazer a história se tornar pública, e para quem?** In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; RODRIGUES, Rogério Rosa (Orgs.). **História Pública em Movimento**. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 99.
- DEDONÉ, Tiago Silvio. **Memorial Reflexivo: aporte para a formação e prática docente a partir da experiência de um Educomunicador**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Cidade de São Paulo / UNICID, São Paulo, 2019.
- DEDONÉ, T. S.; MUNHOZ COSTA, P. H. de R.; MESQUIDA, P. **A hermenêutica fenomenológica como método e a educomunicação como sujeito: Uma busca pela essência do fenômeno**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023034, 2023.
- DEDONÉ, Tiago Silvio. **História Pública e Comunicação Pública: Interfaces**. Folha do Norte do Paraná, 2018. Disponível em: <https://folhadonortepr.com.br/historia-publica-e-comunicacao-publica-interfaces/>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- DEWEY, John. **Experiência e educação**. Trad. Anísio Teixeira. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- DE GROOT, Jerome. **Public History: a lack of theoretical engagement**. International Journal of Public History, v. 1, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.examplelink.com> (se disponível, caso contrário pode remover a parte da URL). Acesso em: 11 mar. 2025.
- DUARTE, Jorge. **A comunicação pública: fundamentos e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vivência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Freire, P. (1991). **Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 20.

ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. **O que é, como e por que História Pública? Algumas considerações sobre indefinições.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 10., 2017, Maringá. Anais... Maringá: UEM, 2017. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3426.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

FIDELIS, M. T. (2022). **Reocupação do Norte Pioneiro do Paraná: o caso de Cambará, Alambary e os indígenas.** Revista Angelus Novus, v. 13, n. 18, 196003.

FRISCH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History.* Albany: State University of New York Press, 1990.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____, Norman. **Language and Power.** 3. ed. London: Routledge, 2016. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria.* Madrid: Siglo XXI, 2002.

FORMIGA, F. de O. N. **A evolução da hipótese de agenda-setting.** 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GONÇALVES, Janice. **Redes e compartilhamentos que reconfiguram a história.** In: *História Pública e História Conectada.* 2023.

GATTI, Bernadete. **A pesquisa qualitativa na educação: fundamentos e métodos.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2004. p. 21.

HUYSEN, Andreas. **Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia.** Routledge, 2004. p. 20-21.

ITAMBARACÁ. História da cidade. 2025. Disponível em: <https://bandeirantes.pr.gov.br/cidade> . Acesso em: 02 jul, 2025.

JODELET, Denise. **A psicologia social das representações sociais.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

KAPLÚN, Mário. **La educación para los medios: Un modelo de comunicación.** 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984. p. 14.

KAPLÚN, Mario. **La educación por la comunicación.** Montevideo: Ediciones de la Torre, 1992

KELLEY, Robert. **The Public Historian and the Historians of the Present.** The

Public Historian, v. 1, n. 1, p. 111-119, 1978.

LARROSA, Jorge. **Tecnologias do Eu e Educação**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIDDINGTON, Jill. Public history: a practical guide. Londres: Routledge, 2011.

LUCCHESI, Anita. **Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital**. Dossiê História Oral, v. 17, p. 58-59, 2014.

LUCCHESI, Anita. **História sem fio: a contemporaneidade e as novas tecnologias na operação historiográfica**. Revista Brasileira de História, v. 32, n. 62, p. 5-6, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

MALERBA, Lúcio. **A história pública e o papel dos historiadores no espaço público**. In: Revista Brasileira de História, v. 34, n. 68, 2014. p. 43-59.

MELLO, Ricardo Marques de. **O que é teoria da história? Três significados possíveis**. Revista Brasileira de História, v. 32, n. 64, 2012. p. 377-398.

MAUAD, Ana Maria. **História pública e fotografia: usos do passado no tempo presente**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 1-20, 2017.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANCHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011b, p. 41-49.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Retos culturales de la educación a la comunicación**. In: Comunicación, Educación y Cultura. Relaciones, aproximaciones y nuevos retos (Desafios culturais da educação para a comunicação. Comunicação, educação e cultura. Relações, aproximações e novos desafios). Bogotá: Cátedra Unesco de Comunicación Social. Facultad de Comunicación y Lenguaje, Pontificia Universidad Javeriana, 1999.

MINAYO, M. C. S. (2009). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis:

Vozes. RODRIGUES, V.; OLIVEIRA, R.; SANTOS, J. Método misto ou qualiquanti: uma abordagem integradora. Academia Brasileira de Letras, 2021.

Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/qualiquantitativo>.

Acesso em: 13 mar.

NOIRET, Serge. **História Pública Digital**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28- 51, maio 2015. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. DOI: <http://dx.doi.org/10.18225/liinc.v11i1.797>. Acesso em: 01 mar. 2025.

NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1989.

NASCIMENTO DE CARVALHO, Daniel Bramo; NUNES LINHARES, Ronaldo. **Multiletramentos com tecnologias digitais da informação e comunicação: por uma educação inclusiva e autônoma.** Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 24, n. 74, p. 181–194, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.75866. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/75866>. Acesso em: 15 jul. 2026.

PASSEGGI, Maria da Conceição. **Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório.** In: PASSEGGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista (Orgs.). Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PERUZZO, Cicília. **A comunicação popular e alternativa no Brasil: teoria, história e prática.** São Paulo: Paulus, 2008.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PINHEIRO, Rose. **Educomunicação: uma prática pedagógica transformadora.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PORTELLI, Alessandro. **A história como narrativa: as vozes e os silêncios na história oral.** In: PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício do historiador na era da internet. In: MAUAD, Ana Maria; RABELO DE ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). História pública e história digital. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 19.

PRAZERES, Michele. **Tecnologias, aceleração e educação: aproximações entre as noções de aceleração social do tempo, moderna socialização escolar e cultura slow.** Revista Brasileira de Educação e Comunicação, v. 17, n. 1, p. 53, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200-212, 1989.

PETERSEN, P. T. ., Souza, L. Z. de ., Souza, A. E. de ., Alves, C. . R. da S. T. ., & Junges, F. C. . (2023). **Análise de Discurso Crítica: a concepção de discurso segundo Fairclough e a relevância da ADC para a mudança e a transformação social.** Revista Missioneira, 123-133.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PRODANOV, C. C.; Freitas, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** (2ª ed.). Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. Histórias de Municípios narrados nos seus sites oficiais: a História Pública e o seu potencial para a pesquisa em História. Revista Tempo e Argumento,

v. 9, n. 2, 2017.

REISDORFER, Thiago; PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. **Os historiadores do lado de fora: uma historiografia pública dos sites das prefeituras do Estado do Paraná.** *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 16, n. 39, p. 1–18, e-2024046, set./dez. 2024. DOI: 10.33871/nupem.2024.16.39.9527

RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane. **A terceira margem do tempo: cruzamentos possíveis entre a história pública e história do tempo presente.** In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Como e por que fomentar uma História Pública latinoamericana. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Editora Letra e Voz, 2020. p. 307-324.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Política de alianças: das vantagens e potencialidades da parceria entre história pública e teoria da história.** In: CASTRO, Rafael Dias de; RODRIGUES, Thamara de Oliveira (Org.). *História Pública e Teoria da História.* São Paulo: Letra e Voz, 2024. p. 48.

ROUSSO, Henry. **L'histoire appliquée ou les historiens thaumaturges.** *Le Débat*, v. 24, n. 1, p. 42-56, 1984.

ROLLAND, Denis. **Internet e história do tempo presente: estratégia de memória e mitologias políticas.** *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 59-92. jan. 2004

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 2019. p. 69

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **A democratização do acesso e a participação na construção da história pública.** *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários.* Organizado por Ana Maria Mauad, Juniele Rabelo de Almeida e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 186.

_____, Marta Gouveia de Oliveira. **Publicizar sem simplificar - O historiador como mediador ético.** In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; RODRIGUES, Rogério Rosa (Orgs.). *História Pública em Debate – Patrimônio, Educação e Mediações do Passado.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 187.

RUSEN, J. **História: Narrativa, memória e saber histórico.** São Paulo: Contexto, 2011.
_____, J. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

REISDORFER, Thiago; PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. **Os historiadores do lado de fora: uma historiografia pública dos sites das prefeituras do Estado do Paraná.** *Revista NUPEM*, p. 04, 2024.

RECKZIEGEL, Ana L. **História regional: dimensões teórico-conceituais**. In: História: debates e tendências. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UPF, Passo Fundo: UPF, 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: comunicação e educação em diálogo**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: a comunicação como prática pedagógica**. São Paulo: Paulus, 1999.

_____, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulus, 2011.

_____, Ismar de Oliveira. **Alfabetização e Educomunicação: o papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida**. In: 3º Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Sesi, UnB e Unesco, 2010.

_____, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas e epistemológicas**. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15–27, 2014.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

SANTHIAGO, Ricardo. **História pública e história oral: convergências, tensões e possibilidades**. Revista História Oral, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 11–28, 2016.

_____, Ricardo. **História pública: práticas, públicos e disputas de sentido**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANCHIAGO, Ricardo (orgs.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 89–104.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1969.

SANTAELLA, Lucia. Semiótica Aplicada. São Paulo: Cengage Learning, 2008, p. 5.

SARTRE, J.-P. **Que é a Literatura?** São Paulo: Ática, 2004.

SARTORI, Lúcia. **A Educomunicação e seus pressupostos**. Revista Brasileira de Educomunicação, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2002.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0204, maio/ago. 2020.

SCHMIDT, Benito Bisso. **História pública e as disputas em torno do passado**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 36–53, 2014.

SCHMIDT, Benito Bisso. **História pública, memória e usos políticos do passado**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANCHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 45–62.

SAYURI, Juliana. **A História é notícia: Temas históricos e o ofício do historiador em reportagens publicadas na Folha de São Paulo**. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TAVARES, Ana Paula (Org.). *História Pública e Divulgação da História*. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 42.

SANTA AMÉLIA. História da cidade. 2024. Disponível em: https://santaamelia.pr.gov.br/pagina/7_historia-da-cidade.html. Acesso em: 05 ago. 2025.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: História e fantasmagorias**. 1997. 342 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31883>

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Beacon Press, 1995.

VAN LEEUWEN, T. **A representação dos atores sociais**. In: PEDRO, E . R. (org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Editorial caminho, 1996.

URKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
